

Março 1933.
Abril

n.º 37

UM SECTARIO QUE SE IGNORA

Não é de admirar que voltemos constantemente ao thema do ensino, embora outros, e dos mais urgentes chamem tambem a nossa attenção. Entre estes sobrelva o do pleito de 3 de Maio. São das mais promissoras as noticias que nos chegam de todo o Brasil, sobre as actividades da Liga Eleitoral Catholica. Desde as grandes capitaes, onde, apesar de toda a campanha emprehendida contra nós ou dos meios materiaes ou politicos incomparavelmente mais abundantes de que outros partidos dispõem, contamos com grande percentagem do alistamento,—até os mais reconditos recantos do Brasil, como Rio Branco ou Senna Madureira, — por toda a parte foi grande a actividade eleitoral dos catholicos, que em muitos pontos excedeu, mesmo a nossa expectativa. Não somos aqui inclinados ao optimismo e preferimos sempre abusar das côres sombrias do que ser envolvidos em vãos de perigosas illusões. Nossos leitores bem sabem que costumamos aqui dizer as verdades, sem subterfugios, não só aos nossos adversarios mas sobretudo aos proprios companheiros de Fé.

Nosso criterio é sempre olhar a realidade, sem temor do que ella contenha, pois se ha gente, que não tenha o direito de temer os quadros, mais sombrios dos factos que nos rodeiam, somos nós catholicos que não praticamos a philosophia do exito mas sabemos tambem que, quaesquer que sejam os nossos fracassos individuaes, ou mesmo collectivos, nenhuma força humana ou demoniaca tem poder sobre a alma immortal da Igreja de Christo.

Podemos assim dizer que essa eleição para a Constituinte, sendo embora a primeira de que os catholicos participaram incorporados, já deu resultados consideraveis e excedeu mesmo á nossa expectativa. Voltaremos sobre o assumpto em nosso proximo numero,

quando os resultados da apuração já permittirem um estudo mais objectivo do thema.

O caso eleitoral, porém, para nós que o vemos em função do problema dos nossos principios superiores, não obscurece os assumptos vitaes, em face dos quaes é elle apenas uma questão de meios ou de methodo. Neste caso está o problema da educação, agora mais do que nunca, posto em fóco pela revolução de idéas que attingiu sobretudo os meios pedagogicos e que o diario "A Nação" vem accentuando com a sua serie de entrevistas. Commentámos aqui, da ultima vez, a do sr. Celso Kelly, director da Instrucção Publica, no Estado do Rio, e hoje annotamos a do nosso velho conhecido sr. Anizio Teixeira, a cuja direcção está entregue o ensino municipal da Capital da Republica e que é agora, sem favor algum, um dos guias da nossa pedagogia moderna.

Na entrevista que, ha tempos, concedeu á "A Nação", desenvolve o sr. Anizio Teixeira, mais uma vez, pontos de vista já bem conhecidos, mas que accentuam, a absoluta divergencia em que a sua philosophia pragmatica da educação se encontra da philosophia catholica da educação, e a radical separação entre essa sua metaphysica pedagogica e a concepção brasileira da vida.

Como fiel discipulo da Universidade de Columbia. U. S. A. repete o sr. Anizio Teixeira a philosophia dominante nos meios universitarios norte-americanos e que Dewey, grão-mestre de toda essa nova philosophia pedagogica burguesa, exprime em todas as suas obras. E' preciso aliás accentuar que essa philosophia, — se de facto reflecte o character primario e um tanto pueril da concepção yankista da vida (que vigora tanto entre a maioria dos *scholars*, como entre os membros do Rotary Club ou da Y. M. C. A.), não é de invenção norte-americana. De facto, diz o sr. Anizio Teixeira nessa entrevista: "Toda a theoria da educação, sustentada por mim em cursos e em publicações, está profundamente embebida da philosophia da vida moderna, decorrente de duas forças e tendencias sociaes que a estão modelando, a despeito de todas as vicissitudes: democracia e sciencia".

Esqueceu o nosso director de ensino, uma terceira, segundo a classificação que ha quasi quarenta annos fazia Emile Boutroux no curso sobre a philosophia de

Kant, que professou na Sorbonne em 1895-1897. Dizia nesse curso o grande mestre da philosophia franceza contemporanea :

— “O primeiro dos traços (que caracterizam a nossa época) é o progresso incrível da *sciencia*...; o segundo traço característico da nossa época é o progresso da *democracia*, da idéa da igualdade de direitos em todos os homens...; o terceiro caracter é a generalização e o progresso extraordinario da *instrucção e do bem estar*” (1).

Como se vê, esqueceu-se o sr. Anizio Teixeira do terceiro traço da “*philosophia da vida moderna*”, que é aliás, “*consequencia dos dois primeiros*”, como accrescenta Boutroux. E, aliás, parece-nos que a definição de Boutroux já está profundamente envelhecida hoje em dia, e que a guerra e a revolução, os dois phenomenos historicos capitaes do inicio do seculo XX, collocaram esses traços do mundo parecidos, não com o que é de facto, mas aquillo que no *seculo XIX se julgava ser* o “*mundo moderno*”. O optimismo, a confiança na benemerencia indefenida da “*sciencia*”, o progresso da “*democracia*”, a certeza de um “*bem estar*” crescente e de uma *philosophia* generalizada do exito, é tudo quanto ha de mais “*burguez*” e de mais “*seculo XIX*”. Mas como o pensamento philosophico americano anda geralmente atrasado de meio seculo, não é de admirar que ainda julguemos os traços característicos da “*philosophia da vida moderna*”, segundo o espirito do seculo passado, antes que a “*sciencia*” tivesse confessado o seu relativismo, que a “*democracia*” tivesse encontrado no socialismo um successor feliz e que o “*bem estar*” tivesse sido tragicamente ridicularizado pela crise economica mundial e pelas multidões dos 25 milhões de sem trabalho, que dão ao mundo “*moderno*” do seculo XX, um traço característico, não de “*bem estar*”, mas de “*mal estar*”.

Eis, pois, a grande novidade que o eminente *master of arts* da Universidade de Columbia vem contar aos pobres brasileiros embasbacados deante da sua cultura *yankee* e do seu modernismo pedagogico !

Podiamos ir, de periodo em periodo, mostrando, como as idéas philosophico-pedagogicas, do sr. Anizio

(1) — *Emile Boutroux*, La philosophie de Kant; J. Vrin, 1926, pagina 368.

Teixeira são todas bebidas em livros e escriptores norte-americanos, a partir do traço com que caracteriza a civilização moderna, como “civilização em permanente mudança”, o que é a summula e os termos textuaes da “changing civilisation”, que vamos encontrar em tudo quanto é compendio norte-americano de pedagogia.

Com isso não queremos censurar o sr. Anizio Teixeira por não nos dar uma philosophia original e propria da educação. Seria perfeitamente inutil senão ainda mais pernicioso. Queremos apenas marcar o seu *yankismo*, e accentuar como é contradictoria com isso a sua affirmação de que — “toda a educação, por isso mesmo que vae operar com individuos e recursos nacionaes, tem que attender e obedecer as condições do meio” e que portanto a “philosophia educacional brasileira decorrerá da philosophia geral da vida de qualquer paiz democratico (entendida democracia como ethica social) e dá civilização moderna (entendida como civilização baseada na sciencia) com as adaptações necessarias á indole brasileira e ás condições objectivas do Brasil”.

Em outras palavras, a educação no Brasil tem de ser a educação norte-americana transportada para os tropicos. Nada mais. A “indole brasileira” entra ahi como simples condimento, pois se lhe nega todo fundamento em qualquer principio profundo de sua formação e muito particularmente no passado religioso de sua raça e de sua historia. Esse não têm a menor importancia aos olhos desses pedagogos que só tem pela “indole brasileira” ou pelas “condições objectivas do Brasil” o mais soberano desdem, como se viu das declarações do proprio sr. Anizio Teixeira, que aqui reproduzimos em nosso ultimo numero. A “technica” pedagogica e a “philosophia moderna da vida”, são tudo para esses desnacionalizadores e deschristianizadores da nossa infancia. Não ha uma palavra sobre a nossa indole moral christã, sobre o nosso passado catholico. Só se fala em “ethica social” que é, no sentido em que a emprega um atheu paganizado como o sr. Anizio Teixeira, uma ethica não christã; ou em “sciencia, sem mais nada, o que é synonymo para elle de sciencia materialista e pragmatica.

O sentido profundo da vida, a sua base espiritual, o ideal de cultura geral, a qualidade christã do cara-

cter brasileiro, nada disso importa para esse joven bahiano que a Universidade de Columbia naturalizou norte-americano.

Quanto á funcção do Estado em materia educativa, é muito curioso consignar como o sr. Anizio Teixeira defende o absolutismo pedagogico do Estado, *fingindo combatê-lo* para respeitar as suas precedentes e emphaticas declarações "democraticas" :

— "Não só não deve o Estado impôr nenhuma doutrina fechada ou dogmatica, como lhe compete velar para que a escola se conserve livre de qualquer forma, descoberta ou occulta, de compressão ou de orientação sectaria ou unilateral".

E' precioso este texto como testemunho da habilitade tortuosa com que o monopolio educativo do Estado leigo vae opprimindo as consciencias, ao mesmo tempo que hypocritamente finge respeitá-las. Veda-se ao Estado "impor nenhuma doutrina fechada", mas permite-se ao Estado *impor uma doutrina aberta*, não menos "dogmatica" que as demais, que prepare "intelligencias esclarecidas, criticas e livres".

Esse individualismo pedagogico contraria toda uma serie de systemas de educação desde o systema mais amplo, que é o que dá á educação uma finalidade religiosa ultima, sem prejuizo de suas finalidades relativas de preparo individual para a vida de unidade nacional e de humanismo christão: — até o systema mais fechado do polytechnicismo proletario comunista. Mas pouco importa para esses falsos liberaes. O sr. Anizio Teixeira finge acreditar que o Estado, fechando as suas escolas a qualquer finalidade que não seja estrictamente individualista ("formar intelligencias esclarecidas, criticas (sic) e livres (sic) — pratica o mais amplo liberalismo, sem ferir a consciencia de ninguém.

Elle bem sabe, no emtanto, que assim não é, e se não o sabe é porque o laicismo em vez de *abrir* a sua intelligencia "critica e livre", *fechou-a* a qualquer outra convicção que não seja o seu ideal pequenino de uma "democracia" baseada na "sciencia". Esse ideal é apenas o de um agrupamento mecanico de unidades humanas escravas dos seus instinctos e ligadas apenas pela idolatria do progresso material da sciencia, isto é, muito automovel, muito radio, muita velocidade, muita "efficiency" no trabalho, e, muita catastrophe

economica, muita luta entre classes, entre nações, entre raças, entre continentes, para acabar lentamente por um suicidio biologico e moral identico ao de todas as civilizações antigas, que morreram porque se deixaram seduzir por um egoismo "democratico" e "scientifico" materialista correspondente (dentro dos conhecimentos humanos de sua época) ao "progresso" que desnorteou esse joven alumno da Columbia University.

Onde, porém, o espirito acanhadamente sectario do sr. Anizio Teixeira se revela, em toda a sua plenitude, é na contradicção entre esse amplo liberalismo individualista que pede para a educação brasileira (pois o sr. Anizio parece que só se lembra da "indole brasileira", para estimular os seus defeitos, mas nunca para apoiar as suas virtudes...) — e a recusa delicada mas formal que oppõe, respondendo ao ultimo item do inquerito, ao ensino religioso facultativo nas escolas publicas.

Quem foi lendo as suas emphaticas declarações em favor do "espirito de liberdade doutrinaria" das nossas escolas, e contra "qualquer dominio sectario ou qualquer dogmatismo philosophico", conta como certo que a resposta ao ultimo quesito vae ser affirmativa.

Mas o espirito sectario do sr. Anizio Teixeira ainda é mais forte do que seu espirito libertario, mostrando aliás como no fundo as duas tendencias se equivalem: E entre ser coerente com o que dissera e aceitar esse ensino religioso facultativo, que seria a affirmação pratica daquella "liberdade doutrinaria" que tanto louva, preferiu a incoherencia. E termina por um "non possumus" em que repelle formalmente o ensino religioso nas escolas publicas, repetindo a velha tecla de que irá "dividir" os alumnos. A escola, a seu ver "deverá ser o grande lar commum de todos os brasileiros, onde as divisões ainda existentes na propria sociedade, os preconceitos de familia, a distincção de credos e outras forças de segregação não tem entrada".

Isto é, para se conseguir esse lar commum — supprime-se arbitrariamente das crianças brasileiras, a juizo de alguns inspectores de ensino atheus ou masons, as crenças religiosas, as preferencias estheticas, as variedades de temperamento, as origens geographicas, as tradições moraes, as linhas ethnicas o espirito de familia, tudo o que constitue a personalidade humana, fazendo-se da creança um automato ou uma

pequenina engrenagem de uma machina immensa, e isso para "formar intelligencias esclarecidas, criticas e livres!" Bastava, aliás, a suppressão das crenças religiosas, como se dá no ensino radicalmente leigo recommendado pelo sr. Anizio, para que a escola se transformasse numa contradicção com a vida e com o ambiente da familia. E ahi se mostra, desde logo, a imposição do Estado, a tyrania do laicismo que sob a capa de crear "um lar commum para todos os brasileiros, onde graças a Deus ainda não falta uma imagem do Coração de Jesus e muitas vezes impera um sentimento religioso muito profundo e muito sincero.

E por ahi se vê, como fazer da escola, como quer o sr. Anizio um ambiente falso, artificial, fóra da realidade e das suas divisões reaes de crença, de familias, de gostos, de qualidades moraes ou intellectuaes, é o melhor meio de separar a escola da vida, — onde a criança vae encontrar e encontra cada dia tudo isso, — voltando a crear ambientes pedagogicos mais confinados do que aquelle que esse falso respeito á liberdade individual quiz evitar.

Eis ahi como uma falsa philosophia da vida, que nega a supremacia dos valores espirituaes, que nega o primado de Deus na educação do homem, para contentar-se com o primado ridiculo da "democracia" e da "sciencia", á altura dos instinctos mais rasteiros ou mais triviaes do egoismo humano, — eis ahi como essa falsa e pueril concepção da vida leva esse sectario que se ignora, doutor em pedagogia moderna, — a renovar os peiores erros da pedagogia antiga, que separava a escola da vida, que criava ambientes artificiaes, que não preparava o individuo para uma "changing civilisation", etc.

E o sectarismo que elle tanto vê nos outros é a unica base real do seu apregoado modernismo pedagogico que em seus principios philosophicos vimos datar de meio seculo e em suas consequencias praticas nos leva a um seculo atrás.

Para um jovem "master of arts" de Columbia, discipulo de Dewey e entusiasta de Kilpatrik concordemos que é um resultado pouco consolador...

SANTO ALBERTO MAGNO

Doutor da Igreja

O assombro do seu seculo

VIDA E OBRA

Fr. Pierre Secondi, O. P.

A canonização de Alberto Magno, os trabalhos que a prepararam, as solennidades que se seguiram, determinaram a recrudescencia de novos escriptos e de novas pesquisas a se ajuntarem á vasta literatura que sete seculos accumularam, apesar da obscuridade relativa em que se deixou ficar, por largos annos, a grande figura do mestre de Sto. Thomaz de Aquino (1).

Antes de publicar alguns estudos sobre sua obra e influencia, escolhidos para thema de conferencias em francês no Instituto Catholico de Estudos Superiores e no Centro Dom Vital, quizeramos reunir os frutos dessas investigações, traçando, tão exactamente quanto possivel, o quadro, por assim dizer, de sua vida ainda pouco conhecida e cuja actividade prodigiosa já é uma lição.

E' certo, com effeito, que não se trata apenas de mero trabalho de historia ou de homenagem ao trabalhador extraordinario, em quem alguns querem ver o bandeirante do "obscurantismo", quando, evidentemente, vamos encontrá-lo na origem de todo trabalho scientifico moderno.

(1) — No numero especial da *Revue Thomiste*, dedicado a Alberto Magno (36° année, nouvelle série t. XIV — St. Maximin, 1931), um ensaio de bibliographia albertina assignala nada menos de 583 trabalhos, artigos e estudos, em todas as linguas, referentes á personalidade ou ao pensamento de Santo Alberto.

Alberto Magno foi, além de santo, conquistador e conductor de homens. As honras insignes que a Igreja acaba de lhe conferir são uma prova disso.

Devem portanto os seus exemplos e doutrina exercer sobre nós uma influencia renovadora.

Eis porque citaremos factos e textos que, ao mesmo passo que nos revelam a personalidade de Alberto Magno, servem para engrandecer-nos.

Além disso, lá está elle com Sto. Thomaz no problema central dos esforços da intellectualidade catholica, e a solução que ambos nos apresentam não tem apenas um valor passageiro.

Evidentemente, si a obra de Alberto Magno soffreu, em varios pontos, ajustes, reparos e complementos, a significação do seu methodo, o amor e discernimento da verdade, o equilibrio magnifico da sua vida espiritual e da sua vida scientifica hoje mais do que nunca se impõem aos catholicos do seculo XX. Si para elles tem a sciencia menos segredos, facilmente correm o risco de inverter a ordem dos valores.

FONTES HISTORICAS

Queremos simplesmente assignalar aqui — indicando-lhes succintamente o character historico — as principaes biographias classicas de Alberto Magno, ás quaes teremos que recorrer constantemente no decurso deste estudo.

De modo geral contêm estes trabalhos preciosas informações historicas, infelizmente, porém, misturadas com desenvolvimentos lendarios onde não se sabe mais a parte que cabe ao verdadeiro e a que pertence ao imaginario.

Não nos apressemos no accusar a falta de espirito critico dos autores medievaes: não compreendiam elles, como nós, a historia; na sua maioria entendiam que escrever a vida de um grande homem, de um santo, era, antes de tudo, compendiar factos e exemplos capazes de levar á edificacão. Dahi avultarem certos pormenores em que se manifestam as principaes virtudes, porém, insufficientes para restabelecer, com segurança, a chronologia continua de sua verdadeira existencia.

O primeiro compendio, neste genero, que diz respeito a Alberto Magno são as *Vitae Fratrum* de Gé-

rard de Frachet, (2) compostas em 1260. No Capitulo de Milão, em 1255, o Bemaventurado Humberto de Romans, Mestre Geral, querendo conservar a lembrança dos primeiros tempos dominicanos, pedira aos antigos que lhe mandassem a narrativa de factos edificantes de que tivessem sido testemunhas. Renova o pedido no Capitulo de Paris, em 1256. De toda parte recebe documentos e encarrega a Gérard de Frachet de agrupá-los numa collectanea.

Não eram mencionados nomes proprios nem certos pormenores intimos demais, que permittissem identificar alguns irmãos ainda em vida. Até parece, segundo as differenças de estylo e de tendencias, que Gérard de Frachet inseriu as narrativas taes quaes as haviam redigido os proprios autores. Mais tarde, leitores e copistas completaram as narrativas com os nomes conhecidos. E assim, tomou Alberto Magno nas *Vitae Fratrum* o logar que lhe cabia.

Apparece, alguns annos depois, o *Bonum Universale de Apibus*. O Bem Universal sobre as Abêlhas, de Frei Thomaz de Cantimpré. (3) Membro da Provincia da Allemanha, estuda o autor primeiro em Paris e, mais tarde, assiste em Colonia aos cursos de Alberto Magno. Inspirando-se na descripção da Vida das Abêlhas, feita por Alberto (d'ahi o nome do livro) procura desenvolver um parallelo entre a colmeia e a cidade christã, amontoando, então, ao lado de factos veridicos, um mundo de narrativas maravilhosas, que deviam constituir como que uma summa de exemplos para uso dos prégadores.

A primeira biographia completa de Alberto Magno foi escripta nos meados do seculo XIV, por Frei Henrique de Herford, do convento de Minden, fallecido em 1370. No seu *Liber de Memorabilibus sive Chronicon* (4), Henrique de Herford, tendo que organizar a lista das obras de Alberto, quiz que a ella precedesse rapida exposiçãõ de sua vida, segundo, ao que parece, as chronicas dos conventos da Allemanha, que hoje em dia não existem mais.

(2) — Gérard de Frachet, *Vitae Fratrum Ord. Praed.* — éd Reichert, Rome et Louvain, 1896.

(3) — Thomas de Cantimpré, *Bonum universale de apibus* — ed. Colvenerius. Douai. 1627.

(4) — Henri de Herford. *Liber de memorabilibus sive chronicon* — éd. Potthast, Goettingen, 1859.

Tambem se encontra, nessa época, uma curta vida de Alberto, num compendio de *Vidas dos Homens Illustres* (5), composto pelo dominicano romano João de Colonia.

Em 1414, frei Luiz de Valladolid, professor no *Studium* de St. Jacques em Paris, escreve uma *Vida do Senhor Alberto* (6) sem nada acrescentar de novo. Com estes documentos, e mais uma chronica de Ratisbona, que nunca mais se achou, bem como tradições locais, um anonymo de Colonia compôs em 1483, a *Vita Brevis et compendiosa de Alberto Magno* conhecida pela designação de *Legenda Coloniensis* e cuja parte original foi editada pelos Bollandistas (7).

Emfim em 1487 apparece uma *Vida* assaz completa, da autoria de um frade do convento de Colonia, nascido em Dantzic, Pedro da Prussia (8)

Um tanto extensa, frei Rodolpho de Nimégue della publicou tres annos depois um resumo sob o titulo *Legenda Litteralis de Alberto Magno* (9).

Pedro da Prussia quiz fazer uma obra critica e de polemica. E, em 52 capitulos, propõe-se a:

apresentar uma biographia segundo a ordem chronologica e factos reaes;

defender a Mestre Alberto, contra a accusação de ter-se entregue á magia;

provar a sua santidade.

Esta preocupação apologetica embaraça-o, ás vezes, no discernimento das fontes que possui; entretanto a sua obra permanece como o monumento historico mais completo no assumpto e todos os biographos

(5) — Jean de Colonna, *De viris illustribus ethnicis et christianis*. Está inserida esta curta biographia no t. I da edição leonina das obras de Sto. Thomaz, p. LXXVIII, Sq. — Roma, 1882.

(6) — Louis de Valladolid, *Vita domini et Magistri Alberti M. ou Vie du Seigneur Albert*, editada no *Catal. Codd. hagiog. Bibliot. Bruxell.* — t. II, pp. 95-105 — Bruxelles, 1886.

(7) — *Analecta Bollandiana*, XIX, 1900, pp. 272-284.

(8) — Pierre de Prusse. *Legenda B. Alberti Magni*, Cologne, 1487. Em 1621, reeditam-na, depois do tratado *De Adhaerendo Dec* (ed.d'Anvers).

(9) — Rodolphe de Nimégue. *Legenda litteralis de A. M.* — Cologne, 1490. Afim de defender a causa de Alberto, o Dr. Scheeben dá uma nova edição desta obra em 1928. — Colonia, Goerres-Hauss.

de Alberro, nos seculos seguintes, della se hão de soccorrer.

DATA DO NASCIMENTO DE ALBERTO MAGNO

E' este, hoje em dia, o primeiro problema que se apresenta aos estudiosos da vida de Santo Alberto.

Desde o P. Echard que escreveu uma noticia sobre Alberto Magno, nos começos do seculo XVIII (10), a data universalmente acceita pelos historiadores e criticos para o seu nascimento era a de 1193. Ha 30 annos, o P. Mandonnet (11) reagia fortemente contra a opinião corrente que lhe parecia baseada numa falta de discernimento das fontes; propunha o celebre pesquisador da historia medieval 1206 ou 1207. Pouco tempo depois, o Doutor Jos. Endres (12) confirmava este ponto de vista. Mais recentemente, o P. Felster (13) professor na Universidade Gregoriana, retomando a questão, voltou á opinião de Echard. Comprehende-se, facilmente, que tal determinação não deixa de ter importancia. Um homem da envergadura e da influencia de Alberto Magno, num seculo em que a propria evolução intellectual foi tão rapida e importante. vê adiantar ou recuar notavelmente o tempo de sua madureza, segundo lhe augmentem ou diminuam a idade de 13 ou 14 annos. Não ha duvida, no entanto, sobre a data de sua morte, 1280; nem tampouco sobre a sua entrada no convento, 1223. Ora, duas correntes de informações irreductiveis dão a conhecer uma a sua idade no momento da morte — 80 annos completos — ou 87 annos — o que o dá como nascido em 1200 ou em 1193; a outra, sua entrada para a Ordem dos Frades Pregadores — aos 16 annos — e, neste caso, nasceu elle em 1206-7. E se aceitarmos, sem discrepancia, como Pedro da Prussia, ao mesmo tempo os algarismos de 87 annos para a morte (1280) e de 16 annos para a entrada na Ordem, um calculo simplicissimo leva-nos a concluir que Alberto Magno entrou nos Dominicanos em 1209. Ora, em 1209 não existia a Ordem de S. Domingos.

(10) — Quétif Echard — *Scriptores Ordinis Praedicatorum* — Paris, I (1719). p. 162.

(11) — *Revue Thomiste* — V. (1897). p. 104.

(12) — *Historisches Jahrbuch*. T. 31 (1910), pp. 293-304.

(13) — *Kritische Studien zum Leben und zu den Schriften A. G.* — Friburgo em B. (1920), p. 34-52.

Temos portanto que optar entre as duas correntes; parece-nos que a demonstração histórica compreendida pelo P. Mandonnet contra o P. Felster esteia-se em autoridades as melhores e as mais seguras.

A tradição histórica sobre a vida de Alberto Magno, ao morrer "octogenarius et amplius", em sua imprecisão bem mais parece resultado de uma indução do que zelo de uma precisão chronologica. Os argumentos que se quer tirar do estado de decrepitude em que se achava o grande Alberto, no fim da vida, não têm o valor que lhe attribuíam.

Um homem que desenvolveu tamanha somma de labores durante toda a sua vida tanto póde ser tocado pelos achaques da velhice aos 74 annos como aos 80 ou 87 (14).

Sem receio, podemos pensar que em 1206 ou nos principios de 1207 nasceu em Lauingen, na Suabia, Alberto de Bollstadt (15) appellidado pelos contemporaneos Alberto de Colonia.

MOCIDADE E PRIMEIROS ESTUDOS

Infelizmente, a incerteza não se restringe á data do nascimento.

Toda a primeira parte da vida de Alberto Magno, isto é, a que vae até quando passou a ensinar em Colonia, em 1248, é flutuante. Representa uns 40 annos. Dahi por deante, teremos sobre a sua vida de professor, de superior regular, de bispo, de legado, de sabio, os mais amplos pormenores, attestados pelos archivos dos innumerados acontecimentos publicos em que se viu envolvido. Mas, até então, contentam-se os biographos em relatar algumas das lendas que cedo acompanharam um homem tão extraordinario, cujas origens eram pouco conhecidas.

(14) — Ao contrario do que se imagina facilmente, Alberto Magno era de pequena estatura, franzino e de saude muito delicada. Este physico despertou a attenção de todos os seus contemporaneos.

(15) — E' Rodolpho de Nimégue que lhe dá pela primeira vez o nome de Alberto de Bollstadt. Um castello, situado a 30 kms. de Lauingen, que foi, talvez, habitado, durante algum tempo, por sua familia. Nada porém, permite assegurar que Santo Alberto tenha nascido nesse castello.

Ha, porém, factos segurissimos: são aquelles a que se referem os seus escriptos ou aos quaes alludem as mais commovedoras das suas orações.

A obra immensa, em que fala de tudo, toma por vezes, para illustrar-lhe as theorias, o encanto de lembranças vividas. Mais pessoal a seu geito do que Sto. Thomaz, de quando em quando, deixa transpareçam visivelmente os movimentos interiores da sua alma.

Dá-nos, ás vezes, este seu discipulo, a impressão de uma pura intelligencia que deixa adivinhar (no tratado da Eucharistia, por exemplo) a força contida de vida e de amor que circula sob o ajuste rigoroso das idéas.

Com Alberto, achamo-nos na presença de um homem, naturalmente affeito á liberdade, muito humano, ás vezes um tanto brusco nas apreciações, expansivo, favorecido de profunda emotividade e facilmente apaixonavel.

Assim, por lembranças contadas occasionalmente, sabemos alguma cousa da sua mocidade.

Vemos num trecho do seu tratado *De Animalibus* (16) que o futuro autor de "in-folios" gostava do esporte equestre, tomou parte em caçadas com falcões, nas quaes já se revelava o seu espirito de observação:

"A's vezes, conta-nos elle, levava commigo para a caça os cães ditos cães passarinheiros. Os falcões seguiam-nos campo afóra, voando acima de nós e precipitavam-se sobre os passaros que os cães haviam levantado. Então, amedrontados vinham os passaros agachar-se no chão e deixavam-se apanhar á mão. No fim da caça, davamos uma ave a cada falcão, depois do que voavam todos."

De tal maneira interessa-se Alberto por estas coisas que accrescenta a suas notas um tratado inteiro de falcoaria, escripto pelo imperador Frederico II.

Um pouco adiante, conta a historia de um abutre

(16) — *De Animalibus*. Lib. VIII, tr. 2, cap. 6, édition Borgnet, t. XI, p. 453.

E' a esta edição que nos referimos quando não ha outra indicação.

A primeira edição das obras de Alberto Magno foi feita em 21 volumes in-folios, em Lyão, por um dominicano de Grenoble, Pedro Jammy.

A segunda consta de 38 vol. in-4, e foi publicada sob a direcção do abbade Borgnet, edição Vives, em Paris, 1890-98.

velho e cego a que alimentam dois de seus filhotes ; descreve tambem no mesmo livro (17), com vivacidade, a luta de uma aguia com um cysne a que então assistiu :

“Tão alto subiram ambos que os perdemos de vista. Cerca de duas horas depois recaiam sob os nossos olhares. A aguia vencera o cysne, arremessára-o por terra e pairava no ar acima delle... Encaminhou-se o nosso empregado e apanhou o cysne, só então voou a aguia.”

Em 1220, está na Italia, aonde viera com o tio e outros jovens para proseguimento dos estudos (18).

Teve que começar os seus cursos em Bolonha, que possuia então a unica Universidade existente na Italia e cuja Faculdade de Direito não tinha rival em toda a christandade. (19)

Por duas vezes no *De Meteoris* (20) e uma vez no “*De Passionibus aeris*” (21) narra o grande terremoto occorrido na Lombardia no Natal de 1222.

Visita Veneza onde permanece algum tempo: “*Juvenis* (22) *Venetius commorans*” diz no seu tratado dos mineraes (23) e conta com effeito o phenomeno geologico que observou: “*esculpiam marmore destinado á decoração das paredes de uma igreja. Aconteceu então que sobre a superficie já polida de uma das pedras, appareceu-nos a magnifica cabeça de um rei com coroa e longas barbas; só a testa nos pareceu aspera demais. Ahi estava para nós, espectadores, um desenho traçado pela natureza. Interrogado sobre a causa deste extranho phenomeno, respondi que a pedra fôra formada de vapores cuja natureza é de subir sempre.*”

Em 1225 está em Padua onde installava o grupo dos estudantes ultramontanos (Toscanos, Romanos, Francezes, Provençaes, Inglezes) que acabavam de bri-

(17) — *Ibidem*, cap. 4, p. 442.

(18) — O pae, dedicadissimo ao imperador Frederico II, combatia, então, provavelmente, na Lombardia.

(19) — Ainda não havia, aliás, Universidade na Allemanha.

(20) — *De Meteoris*, L. 3, tr. 2, cap. 9 e cap. 20.

(21) — *De Passionibus, aeris*, T. V. p. 339 da edição 1651.

(22) — *Juvenis*: seria um argumento para these do nascimento mais tardio. Era em 1223. Nascido em 1193, teria então 30 annos. Não se é mais *juvenis* nessa idade.

(23) — *De mineralibus*. Lib. II, tr. 3, cap. 1, T. 5, p. 48.

gar com o grupo cismontano (Bolonezes e Lombardos). Percebendo, no incidente, uma fonte de vantagens materiaes e espirituaes, decidiu a cidade acolher cordialmente os novos hospedes e fundar uma Universidade.

Não interpretemos, com effeito, as Universidades da Idade Media como as solidas organizações que hoje conhecemos. Apegavam-se os estudantes mais ao mestre que á cidade e quando o augmento dos alugueis, as medidas da policia ou violentas disputas entre “nações” tornava insupportavel á turbulenta gente escolar a permanencia na cidade, de accordo com os professores para muros mais hospitaleiros emigrava.

Tal estado de coisas podia prejudicar a estabilidade; porém a liberdade do trabalho que assegurava e a intima communhão do mestre e do discipulo garantiam aos estudos a sua verdadeira fecundidade.

Em Padua, continu’a Alberto o cyclo das artes liberaes: grammatica, dialectica, rhetorica, musica, geometria, arithmetica e astronomia.

Foi tambem em Padua, provavelmente, ou talvez em Bolonha, que estudou medicina e as sciencias naturaes, para as quaes se sentia fortemente atrahido.

Mais tarde, lembrava Alberto com prazer a fama do sabio que na mocidade tivera quando, morador em Padua, excursionava pelos seus arredores em busca de pedras raras, tidas por maravilhosas. Admirava riquezas de tal genero, que seus amigos haviam contemplado nos thesouros do imperador magico Frederico, nome que sempre vive sob sua penna, como o de uma personagem em quem elle percebe menos a gloria militar e talvez mesmo as deficiencias religiosas do que o prestigio do sabio.

E’ ainda em Padua que assiste á abertura de um poço de ha muito fechado: “Lá descera um homem depois que o haviam aberto, para purificar-se e lá expira suffocado pelos vapores insalubres do subterraneo; morre igualmente um segundo. Um terceiro, querendo saber porque tardavam tanto a reaparecer os dois primeiros, inclinou-se sobre o orificio do poço mas logo se sentiu mal e só dois dias depois se viu curado.” (24)

Sabemos emfim por Roger Bacon que o joven Alberto, apaixonado pela sciencia nascente, um tanto eivada de astrologia, alchimia, magia, entregou-se a des-

(24) — *De meteoris*, T. IV, p. 626 e p. 629.

pezas consideraveis para obter os manuscriptos todos de Aristoteles e do maior numero possivel de autores arabes, Averroes e outros philosophos, feiticeiros, astrologos e sabios que passavam a iniciar a Europa na sciencia de toda a antiguidade e na civilização arabe.

Em Alberto, porém, esta paixão do saber ia encontrar de uma feita a sua regra e o seu pleno desabrochar na vocação por uma ordem religiosa então em franco desenvolvimento e que o seu fundador, S. Domingos, collocara ao serviço doutrinator da Igreja.

DOMINICANO

Segundo o Padre Mandonnet, foi em Bolonha que Alberto Magno teve o primeiro contacto com os Dominicanos. Estavam estes installados num suburbio da cidade, desde 1217. Dera-lhes esta uma pequena igreja romana, S. Nicoláo das Vinhas, e uma casinha situada perto das escolas de direito. Era prior, frei Ventura de Bergamo, antigo medico e philosopho. Lá para 1220 acha-se entre os noviços frei Pedro de Verona, que será S. Pedro, martyr; e, entre, os padres, Rolando de Cremona, que fôra reitor da Universidade de Paris, e que, uma vez prégador, será um dos mais brilhantes theologos da Faculdade de Paris e da de Tolosa.

No convento de Bolonha acabam de instituir, pela primeira vez, na Ordem, no fim das Completas, a procissão da "Salve Regina", tão commovedora e tão querida de todos os filhos de S. Domingos.

O Provincial da Lombardia era o Bemaventurado Jordano da Saxonia. Antigo mestre da Universidade de Paris, alliando a uma grande autoridade religiosa e eximia doçura o prestigio de um eminente professor, realizava, nos grandes centros universitarios, com extraordinario, exito, prégações especialmente destinadas á mocidade das escolas. (25)

Alberto Magno frequentou o convento de S. Nicoláo, e, conquistado pelo encanto e eloquencia de seu compatriota, ter-lhe-hia promettido receber o habito dos Prégadores. Mostrou-lhe, porém, o tio formal oppo-

(25) — *Un animateur de la jeunesse au XIII siècle*, por Marguerite Aron. (Paris, Desclée De Brouwer, 1931). Segundo se affirma, fez entrar na sua Ordem mais de 1.000 jovens, recrutados no meio escolar, donde ser appellido "a sereia das escolas".

sição a tal projecto e, arguindo a pouca idade do estudante — 16 annos — que agira sem discernimento, teria obtido do papa Honorio III a dispensa de tal promessa, (26)

No dia de Pentecostes de 1222, no Capitulo de Paris, Jordano da Saxonia é eleito Mestre Geral da Ordem, em successão a S. Domingos. Volta a Bolonha, onde preside ao Capitulo Geral, no dia 11 de Junho de 1223. Parte pouco depois para Veneza, onde funda uma nova casa. Em caminho, demora-se em Padua, onde encontra seguramente alguns estudantes, já seus conhecidos. Pede ás monjas de Santa Ignez que acaba de fundar em Bolonha, sob a direcção da joven fidalga Diana d'Andalo, que rezem afim de obter "para sua voz a virtude do Verbo, afim de que opere fructos para a honra de Deus".

Pouco depois, escreve a Diana d'Andalo: "Os clérigos de Padua são terrivelmente frios; só um até agora se deixou prender... Recommendo-te que rezes fielmente ao Senhor para que se digne de commover-lhes o coração e attrahi-los a Si para salvação propria, Gloria de Deus e da Igreja e accrescimo de nossa Ordem..."

Emfim, no mez de agosto, annuncia a victoria: 10 estudantes receberam o habito, 27 devem imita-los brevemente e mais seis prometteram igualmente entrar na Ordem: "Tendo-lhes falado mais de uma vez, sem nenhum fruto, sentia-me cansado e prompto a renunciar. Subitamente se dignou Deus de tocar o coração a um grande numero, dar-lhes a graça, dar a sua propria força a minhas palavras, dez já entraram na Ordem, e entre elles dois filhos de dois condes allemães; era um grande magistrado e possuia multiplas dignidades e grandes riquezas; renunciou o outro a avultados beneficios e é verdadeiramente nobre de corpo e de espirito. Esperamos que outros ainda virão em grande numero". (27).

(26) — Apoiando-se sobre esta carta de Honorio III, datada de 3 de Abril de 1223 e dirigida a "seu querido filho, o estudante A. de Bolonha", e sobre as informações de Henrique de Herford, o P. Mandonnet, estabelece esta narração que se applica, com effeito, perfeitamente, ao joven Alberto. — Cf. *Revue Thomiste*, loc. cit., p. 244.

(27) — Marguerite Aron, *Lettres du bienheureux Jourdain de Saxe á Diane d'Andalo*, traducção franceza. — Desclée De Brouwer, Paris, 1924, pp. 8 e seguintes.

Alberto seria o segundo destes filhos de conde “verdadeiramente nobre de corpo e de espirito” que renuncia a seus beneficios para fazer-se monje mendigo.

E isto não se deu sem difficuldades. Ha, a proposito, em Gérard de Frachet (28) extensa narração, diversas vezes confirmada por Alberto deante dos seus irmãos: “Certo irmão, homem afamado e de excellente reputação na Ordem, quando em sua verde mocidade, estudante em Padua, sentiu-se inclinado a entrar na Ordem pelas exhortações dos Irmãos e sobretudo pela prégação de mestre Jordano, mas não á serio. Com effeito, o seu tio que morava em Padua a isto se oppunha. Constrangiou-o a que jurasse de não voltar mais durante algum tempo á casa dos Frades Pregadores. Expirado o prazo, tornou a visitar frequentemente os Frades, confirmando o seu proposito; porém o temor (se entrasse na Ordem) de voltar a sahir, mantinha-o na indecisão. Uma noite viu-se em sonho, entrando na Ordem para sahir logo em seguida. Accordando, muito folgou por ainda não ter ingressado nella, dizendo: “Vejo que aquillo que receio acontecer-me-ia se lá entrasse”. Ora, no mesmo dia, assiste, por méro acaso, a um sermão do Mestre Jordano que falava, entre outras, das tentações pelas quaes abusa subtilmente o demonio das sessões, e dizia: “Alguns ha, que se propõem a abandonar o mundo e a entrar na Ordem; porém o demonio representa-lhes em sonho que della sairão; ou então se vêm a cavallo ou vestidos de purpura, ou ainda solitarios, ou cercados por amigos; dá-lhes assim o temor de entrar, mostrando que não poderiam perseverar e se já entraram, amedronta-os e atormenta-os”.

Estupefacto, chega-se o moço a Jordano, depois do sermão, e diz-lhe: “Mestre, quem vos revelou meu coração?” e conta-lhe as hesitações e o sonho que tivera. Fortaleceu-lhe o mestre a confiança em Deus e armou-o de diversas maneiras contra as tentações. Inteiramente convertido pelas palavras do mestre, pôz termo ás hesitações e entrou na Ordem. Tudo isto era frequentemente contado pelo proprio irmão.”

Alberto está, pois, repleto de bons desejos e de generosidade, porém, é inquieto e indeciso; até parece

(28) — *Vitae fratrum*, edit. Reichert, pp. 187-188.

que o gigante do pensamento, que não recuou diante das mais pesadas responsabilidades intellectuaes, sofreu durante longos annos duvidas ansiosas acerca da sua vida religiosa. Mesmo depois de tomado o habito, assaltaram-no tentações de fuga e, para rete-lo, necessario foi nada menos que a presença e a autoridade mansa e firme de Jordano que prometteu assisti-lo sempre e obter-lhe de Deus a perseverança. Tempos depois, relembrará as palavras animadoras de seu mestre geral e quando varias vezes, o desanimo apoderar-se de sua alma, a lembrança do Bemventurado Jordano bastará para que delle saiba triumphar.

Em alguma das suas mais commovedoras orações vamos encontrar o éco de suas inquietações e incertezas.

Resume uma dellas, sem duvida, tudo o que nelle havia de humano para ser dominado: "Senhor Deus, do fundo do deserto onde nos penitenciamos, e de onde vos dirigimos as nossas lamentações, attendei á voz da nossa dôr. Não permittaes que sejamos seduzidos por estas palavras que nos procuram tentar pela nobreza do nosso nascimento, superstição da nossa Ordem e curiosidade das sciencias... Que as vossas vias se tornem para nós rectas pela renuncia á nossa propria vontade, ao nosso proprio sentimento, á nossa excessiva confiança em nós mesmos..." (29)

Em outra occasião é a Nossa Senhora que se dirige e a quem grita a sua afflicção: "No Céu contemplaremos Aquelle por quem suspiramos com tantas lagrimas. O' quando chegará esse dia? Achas que o veremos? Achas que perseveraremos? Achas, Mãe de Misericordia, que está escripto no livro de teu Filho que vos havemos de ver a Ti e a Elle? Emquanto espero, imploro te, sejam nossas lagrimas o nosso pão, noite e dia, até que nos seja dito: "Filho, eis a tua Mãe, Filhos, eis o vosso irmão". (30).

PRIMEIRA ESTADA EM COLONIA

Depois do ingresso na Ordem não podia Alberto permanecer em Padua. Jordano da Saxonia dera o habito a mais de 30 noviços e, em 1223, o convento de Pa-

(29) — Oração para o IV Domingo do Advento e relativa ao Evangelho do dia.

(30) — Homelia sobre S. Lucas, XI, 27.

dua era apenas uma simples hospedaria. Aliás, era, então, costume mandar os novos recrutas para a sua provincia natal ou elementos de "élite" para o convento de "St. Jacques", em Paris.

As duas casas mais importantes da Allemanha eram Colonia e Strasburgo. E' á primeira que chegará o joven religioso; e doravante será conhecido sob o nome de frei Alberto de Colonia.

Nada sabemos dos primeiros annos de vida religiosa do grande Alberto. A vida retrahida e estudiosa de um noviço não tem historia, como a de um povo feliz.

Naquelle tempo, em que a theologia, carecendo de uma philosophia christã, que será, precisamente, a obra de Santo Alberto Magno e de Santo Thomaz, não era uma sciencia completamente organizada, a leitura assidua da Biblia, commentada e interpretada pelos mestres, constituia, por largos annos, o unico estudo.

O joven theologo passava então ao estudo do *Livro das Sentenças* de Pedro Lombardo. Era um vasto compendio de theologia que serviu de manual para toda a Idade Media. O conjunto das doutrinas da Igreja nelle se achava exposto sob forma de perguntas que se tinham enriquecido de varias explicações dadas pelos mestres do seculo XII. (31).

Sabemos, por Henrique de Herford, que, depois da sua ordenação, em 1233, e no fim de seus estudos, foi Alberto Magno encarregado de commentar, elle proprio, as *Sentenças*, neste mesmo convento de Colonia. Em geral, a Ordem, que queria então multiplicar os mestres em theologia, só permittia que uma unica vez ensinasse o mesmo mestre numa casa. Repara o chronista que Alberto commentou o Lombardo duas vezes seguidas em Colonia. (32).

Se lhe pediram que repetisse o ensino é sem duvida porque o seu commentario, apoiado na philosophia de Aristoteles, ainda pouco conhecida, já apresentava novas riquezas.

Depois, segundo Pedro da Prussia, manda-o o Bemaventurado Jordano renovar os estudos na peque-

(31) — Os maiores mestres daquelle tempo deixaram um Commentario das *Sentenças*. Devia ser isto um dos primeiros trabalhos de Sto. Thomaz.

(32) — "... tantum in brevi profecit quod sententias Colonie bis legit". ed. cit., p. 201.

na cidade de Hildesheim, na Thuringia, onde os conegos quasi sempre de capa e espada, ao que parece, apreciavam mais a caça ao javaly do que o officio (Weyers).

Ali muito se esmera na observação dos phenomenos naturaes em varias experiencias. Uma circumstancia, a que não falta o pittoresco, mostra-nos que, no convento dessa cidade, inventou um instrumento para caçar as moscas do refeitorio.

Em 1240, observa, na Saxonia, o cometa visivel ao mundo inteiro naquelle anno. (33). Viaja em Freiberg, na Saxonia, e em Goslar no Hanovre, regiões metalliferas onde estuda a natureza dos mineraes. (34). Emfim, ensina em Friburgo, dois annos em Ratisbona, e em Strasburgo onde dá novo impulso a um centro de estudos superiores, philosophicos e theologicos, em pleno apogeu menos de vinte annos depois da installação dos Frades Prégadores naquella cidade.

I I

MESTRE EM PARIS

Cumpria a Paris consagrar a gloria nascente do mestre de Colonia.

A Faculdade de Theologia, activamente protegida pelo Papa, como a fonte mais illustre e mais segura da doutrina sagrada, era então a gloria da Universidade.

Desde 1230, duas das cadeiras da Faculdade pertenciam aos dominicanos, que doutrinavam em seu afamado convento de "St. Jacques", estabelecido em pleno bairro latino, quando, até então, era o ensino das sciencias sagradas exclusivamente limitado ao outro lado do Sena, no claustro de "Notre Dame".

Lá esteve Alberto em 1245, como bacharel, para explicar o Lombardo. (35) No mesmo anno, era proclama-

(33) — *De Meteoris*, cap. 30. T. IV, p. 504.

(34) — *Loca metallica*, de que faz menção no *De Mineralibus*, lib. III, Tr. I, Cap. 10.

(35) — Nas Universidades, a carreira professoral começava para o bacharel pela explicação da Biblia ou o Commentario das Sentenças, donde a expressão bacharel sentenciario. — Em seguida, depois de ter estudado a theologia, ao menos 8 annos, e attingido a idade de 35 annos, o futuro mestre podia habilitar-se á licença de ensinar; uma vez admittido, tinha que passar por solenne prova, debate publico presidido pelo bispo, após o qual era proclamado doutor em Theologia.

do mestre em Theologia. Prodigioso fôra o exito do seu magisterio na capital intellectual da Christandade. Aquelle homem de pequena estatura e olhar profundo desencadeava o enthusiasmo. As salas publicas de "Saint Jacques" não podiam mais conter o auditorio sempre crescente. Alberto passou a leccionar ao ar livre. (36).

Não relembramos, sem emoção, dentre aquella multidão apaixonada pelas sciencias e theologia, a presença do joven Thomaz de Aquino. Chamara-o a Paris o Geral da Ordem para estudar e tambem para subtrahilo ás emboscadas dos seus irmãos que jamais recuaram diante de meio algum quando lhe quizeram impedir a entrada na Ordem. Frei Thomaz será discipulo assiduo de Alberto durante os tres annos de ensino em Paris: e em 1248 terá a alegria de ser escolhido para acompanhar o Mestre a Colonia, onde com elle trabalhará por mais quatro annos.

Adeante, teremos melhor oportunidade de caracterizar o ensino do Mestre de Paris. Novo ensino, pela somma espantosa de conhecimentos, que o theologo encaixava nos quadros antigos.

Datam dessa época as primeiras publicações de sua vasta encyclopedia. Foi o primeiro a descobrir no estudo de Aristoteles a immensa riqueza assimilavel que representava o stagirita; com rara eloquencia fe-la entrar quasi inteiro no ensino theologico que até então, parecia indissociavel da tradição platonico-agostiniana. Dahi, o exito extraordinario de Alberto.

Sobre a sua laboriosa estada em Paris temos o testemunho de Thomaz de Cantimpré que narra no livro sobre *As abelhas* (37) um facto que ouvira do proprio Mestre: "Um dia, sentado á mesa de sua modesta cella, procurava Alberto com ardor a solução de um problema scientifico, quando se lhe apresentou o espirito maligno sob as apparencias de um religioso dominicano. Simulando modestia e compaixão, entreteve-o

(36) — A abertura de novas ruas fez desapparecer o que fôra o velho convento de *St. Jacques*. Mas, segundo a lenda, a Praça Maubert (contracção e corruptela de *Magnus Albertus*), situada na intersecção da rua *St. Jacques* e do *Boulevard St. Germain*, perpetuaria a lembrança dessa eloquencia magica.

(37) — *Bonum Universale de Apibus*; Lib II, cap. 57, n. 34.

acerca da excessiva applicação ao estudo: observou-lhe que sobrecarregava o corpo e a alma, descuidava-se da saúde e perdia-se em coisas alheias á sua profissão. Sobrenaturalmente instruido, Alberto contentou-se com o signal da cruz como resposta, e o phantasma desapareceu". Julgam esta nova apparição a de um bom frade da escola passadista taxando de excessivo o zelo de Alberto pela philosophia e pelas sciencias naturaes. E' possivel. O facto é que, tomando por unica defeza o signal da cruz, Alberto considerava como perfidas insinuações diabolicas, conselhos de natureza a entrava-lo na acquisição da sciencia que, a seu vêr, encerrava a sua verdadeira vocação.

Outro facto, que elle mesmo conta com muita graça, (38) mostra-nos que já era tido como o interprete mais profundo da natureza. "Quando estava em Paris, diz elle, entre os doutores, membro do rebanho de São Domingos, chegou para estudar o filho do rei de Costella. Tendo os cozinheiros do principe comprado peixes, encontraram um de grande belleza, chamado em latim "Peccet" ou mais commumente "Pleiss". Acharam-lhe no ventre a concha de formidavel ostra, que o principe me mandou como prova de amizade. Trazia esta concha, na parte concava e livre, impressos tres reptis de cabeças erguidas, desenhados tão a primor que nem os olhos faltavam apesar da miudeza. Viam-se na parte exterior serpentes entrelaçadas pelo pescoço, porém separadas pela cabeça e pelo resto do corpo. Era facil perceber sobre cada uma das effigies o orificio da bocca e a cauda desses animaes. Guardei por muito tempo esta concha preciosa, diversas pessoas viram-na; mandei-a finalmente, a um de meus amigos na Allemanha".

Alguns mezes antes de deixar Paris, Alberto teve que intervir na questão do Talmud. O legado do Papa, Odon de Chateauroux, exigira dos Judeus a entrega dos livros do Talmud denunciados á Santa Sé por erros e doutrinas immoraes. Submettidos os livros á censura dos mais celebres doutores de Paris, foi lançada sobre elles pelo Legado, e segundo a opinião dos mesmos doutores, uma sentença de condemnação, a 15 de Maio de 1248. Dentre as assignaturas do documento official,

(33) — *De Mineralibus*, L. 2, tr. 3, c. I. T. V. p. 49.

destaca-se a de Alberto Magno e de mais dois dominicanos, João de Pointlasne e Estevão d'Autun. (39).

REITOR DO "STADIUM GENERALE" DE COLONIA

O capitulo geral dos Frades Prégadores, reunido em Paris, em Junho de 1248, decidira a criação de um "Studium Generale" ou seja centro de estudos philosophicos e theologicos para os religiosos dominicanos, nas quatro casas principaes da Ordem, Bolonha, Oxford, Montpellier e Colonia. Alberto era o nome indicado para dirigir o centro de Colonia. Levou comsigo a Thomas de Aquino, como professor assistente. Não se estenderia o ensino apenas aos membros da Ordem mas a clerigos e leigos. E, assim, foram lançados na celebre metropole allemã os fundamentos de uma escola publica que, após 140 annos de existencia, se tornará famosa Universidade.

Durante a segunda phase do seu magisterio em Colonia, de 1248 a 1254, Alberto Magno interpretou o *De divinis nominibus* de Dionisio, ainda inédito, e compoz seu commentario sobre a *Ethica a Nicomaco*, de Aristoteles e o commentario do *IV livro das Sentenças*. Ajudou-o Santo Thomaz na redacção destes commentarios (40). Estreita amizade, feita de estima e admiração mutuas, desde aquelle tempo uniu inviolavelmente os dois homens. Alberto adivinhou no joven fidalgo napolitano

(39) — Denifle-Chatelain — *Chartularium Universitatis Parisiensis*, t. I, p. 209, n. 78.

(40) — Ainda existe o manuscripto sobre Dionisio; temos assim a letra de Sto. Thomaz aos 25 annos, "O estudante não era calligrapho; era rapido demais o seu pensamento para que a mão o pudesse acompanhar; a letra é espessa e insufficientemente articulada". R. P. Petitot, *La vie intégrale de St. Thomas d'Aquin*, 11^o ed., p. 30

Tambem ha os manuscriptos dos commentarios, em Troia, Cambridge, Vienna e Roma. Este ultimo seria da propria mão de Sto. Thomaz. Fôra conservado no convento de S. Domingos, em Napoles, até a occupação franceza. Julgado sem valor, foi vendido com os outros livros da bibliotheca. Achou-o o P. Andres, jesuita, que o comprou por 50 soldos e entregou-o ao principe Murat, que o mandou depositar na Bibliotheca Nacional, onde ainda é conservado. P. Mandonnet. *Les écrits authentiques de St. Thomas d'Aquin*, 2^a ed., pp. 154, 155.

uma gloria que na historia ultrapassaria a sua. O genio retrahido e a continua applicação do trabalho do religioso determinaram-lhe, da parte dos estudantes, o appellido de boi mudo da Sicilia. Um dia, porém, depois de ardua e solenne disputa, triumphantemente sustentada por frei Thomaz, Alberto exclamou: "Vós o chamaes de boi mudo e eu vos digo que os seus mugidos na sciencia resoarão de uma a outra extremidade do mundo". (41)

Permaneceu frei Thomaz com seu mestre até 1252. Nessa época, renunciando a qualquer sentimento pessoal cuidando sómente da obra grandiosa de renovação philosophica e theologica que lhe cumpria defender e propagar, Alberto pediu e obteve de João, o Teutonico, então mestre geral da Ordem, que fosse frei Thomaz mandado a Paris como bacharel sentenciario, para preparar-se ao magisterio. (42)

Cabe aqui uma lenda que igualmente interessa as relações dos dois homens e a persistencia de Alberto na

(41) — Bollandistas, *Acta Sanctorum*, VII, Março, t. I, p. 657.

(42) — Esta diligencia de Alberto Magno dera-lhe bastante trabalho. Frei Thomaz tinha apenas 27 annos, e a nomeação não podia ser feita antes dos 35 annos completos. Existiam muitos competidores para o cargo de bacharel em *St. Jacques*; a nomeação de Frei Thomaz bem poderia parecer uma irregularidade. O Reitor de Colonia talvez conhecesse menos os regulamentos, que os tratados de Aristoteles; João o Teutonico, superior religioso e energico, respondeu com uma recusa categorica. Mas Alberto Magno, que era seu conterraneo, não desanimou. Extremamente affavel, possuia amigos numerosos e influentes. Um delles, dominicano illustre, o Cardeal Hugo de *St. Cher*, celebre pelos seus trabalhos sobre a Sagrada Escripura, encontrava-se justamente em Colonia, como legado do Papa na Alemanha. Mestre Alberto expôz-lhe toda a questão, o valor extraordinario de Thomaz de Aquino, que bem merecia uma excepção, e a necessidade da sua presença em Paris. O Cardeal, que havia sido professor na Universidade de Paris, prior do convento de *St. Jacques* e provincial de França, concordou com Alberto; e interveiu com toda a sua influencia junto ao Mestre Geral. Pouco tempo depois, S. Thomaz recebeu sua designação para *St. Jacques*. Tinha que partir, afim de começar o seu curso no inicio do anno lectivo, a 14 de Setembro de 1252.

O Papa Innocente IV concedêra-lhe dispensa de idade, e Sto. Thomaz será nomeado mestre em theologia em *St. Jacques*, em 1256; lá ensinará durante os tres annos seguintes. (P. Petitot, op. cit., pp. 36 e 37.)

investigação scientifica. Santo Thomaz trabalhava numa cella contigua á do mestre. Tinha este, além da cella de monje, um quarto afastado onde passava horas inteiras. Um dia, frei Thomaz, discipulo predilecto do mestre, aproveitou-se da ausencia deste para de mais perto examinar o seu interessante "atelier". Curiosos animaes nunca vistos, instrumentos artisticamente confeccionados, vasos e mysteriosos recipientes ali se achavam expostos. Crescia o espanto do estudante á medida que alargava o olhar ao redor de si.

Entretanto, desperta-lhe a curiosidade um canto do aposento onde uma cortina vermelha, descendo até o chão, parece esconder qualquer coisa. Approxima-se, afasta timidamente a cortina de dobras macias e vê-se na presença de encantadora figura que lhe sorri e por tres vezes lhe diz: "Salve"!

Estupefação de Thomaz. Acóde-lhe ao espirito a lembrança do assalto tentado contra sua virtude na prisão onde o haviam detido os irmãos. Julga-se zombado pelo demonio e, tomando de um bastão que se achava ao alcance da mão, grita: "Para trás, Satanaz" e bate repetidas vezes até que a estatua magica se esphacele, ruidosamente.

Neste momento entra Alberto. Vendo o desastre não póde conter as lagrimas: "Thomaz, diz-lhe, que fizestes? Acabaes de destruir uma obra que me custou trinta annos de trabalho."

Lenda, sem duvida, como todas aquellas que, bem cedo, se apoderaram de uma vida tão facilmente maravilhosa. A fantasia legendaria, porém, não inventa sem base. Apenas amplia e dá côr aos acontecimentos que mergulham na realidade. Assim, devemos ver aqui uma prova do trabalho seguido a que se entregou Alberto nas sciencias naturaes. Que seu genio inventivo tenha executado automatos movimentando-se ou articulando sons, como sóem fazer certos brinquedos modernos, era quanto bastava para que, nos primeiros tempos do despertar da sciencia, o Senhor Alberto, "Dominus Albertus", como já se dizia então, fizesse figura de magico.

Agora, em campo mais positivo, é que o veremos trabalhar.

ARBITRO E PACIFICADOR

A autoridade crescente de Alberto vae conduzi-lo ao desempenho de papel saliente em 1252, ao fim da vi-

da, numa serie de conflictos difficeis aos quaes a posse de bens consideraveis arrasta a Igreja.

Graves difficuldades irrompem em 1251 entre a cidade de Colonia e o Arcebispo e Governador Conrado de Hochstaden. (43).

Chegaram mesmo os dois partidos ás vias de facto, sem resultado decisivo. Para evitar semelhantes conflictos, foi confiada a questão a dois arbitros. Hugo de St. Cher, legado do Papa na Allemanha, e Alberto Magno "na terça-feira depois de Ramos do anno de 1251", isto é a 26 de março. Estava o legado de viagem; o abade cisterciense de Heisterbach devia substitui-lo eventualmente. Entregou-se Alberto immediatamente ao trabalho e entre 26 e 29 de março negociou com os dois partidos as clausulas da arbitragem.

De volta, Hugo de St. Cher apenas teve que acrescentar a confirmação da sua autoridade e a sentença foi promulgada a 17 de abril de 1252 (44). Traz o cunho da sabedoria prudente e do espirito pratico de que déra Alberto tantas demonstrações. Estipulava que sómente em dois casos tinha o Arcebispo o direito de cunhar moeda: por ocasião da eleição e da confirmação do Arcebispo, e da volta de viagem á Roma emprehendida a serviço do Imperio.

Seguiam-se instrucções precisas sobre a cunhagem de uma moeda de padrão unico e estavel, cujos modelos seriam conservados em logar seguro, afim de evitar as falsificações. Quanto á alfandega, declarava a sentença

-
- (43) — Naquelle época era Colonia realmente a capital intellectual da Allemanha e, ao mesmo tempo, o mais rico porto commercial do Rheno. O Arcebispo, archi-chancellor do Imperio, e um dos tres eleitores ecclesiasticos do Santo Imperio romano germanico, governava a cidade como monarcha absoluto; os negociantes, fortes na sua prosperidade, gostariam de tomar parte no governo. Conrado, porém, era um senhor altivo, muito cioso da sua autoridade e melhor chefe guerreiro do que pastor de fieis. Quando os burguezes se revoltam, accusando-o de perceber injustos direitos de alfandega e de emittir moedas de peso falso, recusando-se submeter-se a uma averiguação. Conrado refugia-se na fortaleza de Andernach, e manda estabelecer sobre a margem direita do Rheno, em frente á cidade, um campo militar, donde ameaça a população com uma flotilha de guerra de quatorze navios.
- (44) — Neste tempo, o anno novo começava, em Colonia, no Sabbado Santo, 30 de Março naquelle anno.

que os cidadãos gosariam da isenção do imposto para o transporte entre Neuss e Colonia.

Compromettiam-se os cidadãos a denunciar ao Arcebispo todas as fraudes e este a respeitar a liberdade e os privilegios estabelecidos. A 12 de dezembro de 1252 Innocencio V confirmava a sentença.

Em 1256, novo conflicto. Difficilmente acceitavam os burguezes os novos impostos levantados pelo Arcebispo sobre certas mercadorias correntes, a cerveja em particular. De lado a lado entregam-se a pequenas escaramuças. Um dia fôra um conego maltratado na rua. Abre-se um processo. Precedendo a sentença, porém, o Arcebispo manda que intervenha a força armada. E' reabrir as hostilidades. Conrado, que se acha em pessoa á frente das tropas, é surprehendido e vencido perto de Frechen, e tem que fugir num cavallo mais rapido do que o seu cavallo de batalha. O inverno diminue as operações. Tentam um compromisso em março de 1258. O caso do conego e o da cerveja são decididos. Quanto aos outros, resolvem confia-los a uma commissão de arbitragem composta do deão e do thesoureiro da Cathedral, dos vigarios de *S. Severin* e das SS. Apostolos e de "Frei Alberto, reitor dos Dominicanos".

A 28 de junho entregavam o memorial, no qual eram examinadas uma a uma as 53 queixas do arcebispo e os 21 pedidos da cidade, cada caso acompanhado da respectiva solução, que não condemnava menos as pretensões excessivas dos cidadãos do que os abusos praticados pelo arcebispo. Historiadores de grande nomeada deram-se ao prazer de exaltar o espirito de justiça, de moderação, de amor á paz de que deu provas Alberto Magno em tão espinhosas difficuldades. (45)

A cada passo da historia encontramos-lo no cumprimento da sua missão pacificadora, pondo termo a innumerables conflictos que nos limitaremos a enumerar.

Intervem mestre Alberto a 22 de março de 1259, no accordo concluido entre a cidade de Colonia e a de Utrecht, regulamentando-lhes as relações commerciaes.

Pouco antes, em 1258, em Liége, pronunciara-se em favor da abbadia de Hesterbach, que reivindicava para si o direito de patrocínio sobre Dordrecht contra a pre-

(45) — E. Michael — *Geschichte des Deutschen Volkes*, T. III, p. 89.

tenção da rainha da Hollanda e de Guilherme de Auvergne.

Foi ainda Alberto, auxiliado por Henrique, cura da igreja dos Santos Apostolos em Colonia, quem terminou amigavelmente uma questão pendente havia dois annos e que se envenenava cada vez mais, entre o abbade cisterciense de Burtscheid e o deão Garsle, de Aix-la-Chapelle, que recebera da abbadia o encargo da parochia de Rutten.

Garsle que se revoltára contra a decisão dada pelo legado e confirmada pelo Papa, e que se não deixara commover pela excommunhão que lhe fôra lançada, submetteu-se sem protestar diante da sentença de Alberto que, no emtanto, o condemnava sem restricção. Ahi se viu o prestigio extraordinario de que gosava o illustre dominicano.

Honra-o a confiança dos soberanos pontifices com missões importantes e delicadas.

E' elle encarregado por Alexandre IV, de conceder a dispensa matrimonial a João, marquez de Brandeburgo, e a Jutta, filha de Alberto, duque de Saxe (7 de maio de 1255). Clemente IV o incumbirá da mesma missão em favor de Conrado de Hohenlohe e Berthilde sua esposa (18 de junho de 1268). Em virtude de uma commissão pontifica, nomeia Henrique de Osterreich para a séde episcopal de Brandeburgo (31 de outubro de 1263).

A 13 de maio de 1263, em Donauvorth, resolve demorado conflicto que jogára Hartmann, bispo de Augsburgo, contra o conde Luiz de Oettingen. Os dois partidos, que a principio haviam nomeado seis arbitros, comprometteram-se a aceitar sem reserva e sem appello a solução definitiva de Alberto Magno.

A 4 de dezembro de 1264 dá por terminado um conflicto de jurisdicção que irrompêra entre o capitulo da Ordem de S. João, em Haug, e o magistrado Godofredo de Hohenlohe.

A 26 de agosto de 1265 figura Alberto entre os signatarios de um tratado de paz entre os cidadãos de Wurzburg e Iringo, bispo da cidade.

Por mandato de Clemente IV, estabelece nos annos de 1268-69 um inquerito sobre as usurpações levadas a effeito pelo duque Barnim de Stettin na Pomerania, pelo abbade de Colbaz e por alguns de seus vassallos, em prejuizo dos cavalheiros de S. João de Jerusalém. A 12 de

agosto de 1269, pronuncia a excommunhão contra os usurpadores. (46)

Provavelmente, dirigiu-se elle proprio a Meklemburgo para proceder ao inquerito. Como os culpados não quizessem restituir á Ordem de S. João os bens que detinham injustamente, lança Alberto o interdicto sobre suas terras, a 16 de abril de 1270. Deu provas de muito vigor em toda a questão. (47)

No começo do anno de 1271, emprega ainda a sua influencia ao serviço da paz em Colonia.

O Arcebispo Conrado de Hochstaden fallecera em 1261. Desde então incessantes difficuldades jogaram os burguezes contra o seu successor Engelbert de Falkenburgo, tão autoritario quanto o seu antecessor, e que iniciára a sua administração pedindo 6.000 marcos á cidade, para levantar contra ella uma fortaleza.

Cada vez preside frei Alberto á reconciliação que é sempre de breve duração. Em 1267, Engelbert é preso. Envia o Papa ao logar um legado, Bernardo de Castaneto. Depois de infrutiferas tentativas de apaziguamento, fulmina o energico legado a excommunhão contra os chefes da revolta e seus partidarios. Obstinam-se estes. Lança o legado o interdicto sobre a cidade e excommunga o bispo de Munster, que a apoia. A 23 de abril de 1270, ainda vae mais longe: ordena ao clero que abandone a cidade num prazo de dois mezes e interdiz-lhe toda relação com ella.

Parece não ter saída á situação. Comprehende-se que o mestre geral Jean de Verceil escreva a Alberto, que ensinava então em Strasburgo, que o clero de Colonia tão vivamente quanto os irmãos pediam instantemente a sua volta. (48)

Alberto chega a Colonia em setembro de 1270. A 16 de abril de 1271, Engelbert é posto em liberdade. Ignoramos os pormenores da sua intervenção, que fôra bem longa.

Durante muito tempo, Roma recusara levantar as penas infligidas á cidade. Só em seguida ao Concilio de Lyão, em 1274, é que o interdicto será levantado depois da morte de Engelbert. E quando finalmente Siegfried

(46) — Cf. *Boll.* XX, 1901, p. 301.

(47) — *Ibid.*, p. 302.

(48) — “*Cum vestram praesentiam illius civitatis clerus affectuose desideret et requirat.*”

de Westerburgo, successor deste, receberá do papa o poder de absolver os cidadãos rebeldes, Alberto será chamado para por o seu sello ás cartas de absolvição, datadas de 2 de junho de 1275. (49)

Em 1273, teve que intervir afim de evitar uma ruptura definitiva entre o convento das religiosas de Santa Maria Magdalena em Colonia e o vigario geral, Witiko. Foi notada a sabedoria audaciosa de Alberto Magno nestas circumstancias; não temeu arredar-se um tanto da letra do direito para dar ao convento das religiosas uma certa autonomia que as subtrahia á penosa alternativa de fazer opposição ao vigario ou de renunciar á direcção espiritual dos Dominicanos que, a pedido das mesmas, haviam inaugurado ali necessaria reforma. (50) Gregorio X, a 15 de março de 1274, confirmou o accordo, chamando-o "amicabilis inter partes super hiis de consensu diocesani loci compositis".

Lembremos ainda que a condessa Mathilde von Sayn e o Arcebispo Siegfried de Westerburgo escolheram em 1275 a Alberto Magno e ao frade menor Geraldo de Andernach como arbitros de toda contestação que entre elles pudesse porventura surgir. (51)

O Abbade Henrique von Renninberg igualmente implora a sua intervenção num conflicto com os religiosos da sua abbadia. Contando sem duvida com a acção do tempo para encarrear as coisas, Alberto Magno em 1277 adiou a sentença para o anno de 1282.

Assim termina o papel de mestre Alberto na sua missão de paz e de conciliação que quizemos expôr no desenrolar continuo dos acontecimentos para não interromper a narrativa da sua actuação como superior regular e como bispo, que daqui por deante proseguiremos.

Comprehende-se que Sua Santidade Pio XI, proclamando-o Padroeiro da Sciencia, na Bulla de Canonização, tambem o quizesse chamar Padroeiro da Paz: Paz entre os homens. Paz entre as nações. Nascido na Alemanha, estudante na Italia, professor em França, bem parece o guia eficiente para ajudar-nos a realizar no meio de tantos obstaculos esta Paz de Christo no Reino de Christo que o Papa tanto preza. (*Continu'a*)

(49) — *Boll.*, *ibid.*, p. 303.

(50) — A acta foi conservada nos Archivos do Estado de Dusseldorf-Colonia: *Weise Frauen*, n. 29.

(51) — *Boll.*, *ibid.*, p. 306.

ACÇÃO CATHOLICA (*)

SEBASTIAO PAGANO.

I

PHILOSOPHIA E THEOLOGIA

O racionalismo da época não admitiria relações entre a Philosophia e a Theologia. Justificamos, porém, o nosso ponto de vista com um argumento de autoridade que nos eximimos de provar porque não é delle que vamos cuidar. Diz o sr. prof. dr. Leonardo Van Acker: "a Philosophia depende da Theologia, 1º, para que se lhe apontem os erros philosophicos tambem contrarios a verdade revelada, e, 2º, para que se lhe sejam fornecidos assumptos fructuosos de especulação philosophica. Reciprocamente, a Theologia depende da Philosophia, 1º, para que sejam demonstrados os ultimos fundamentos da credibilidade dos principios theologicos, 2º, para a demonstração das verdades naturaes como sendo tambem reveladas, 3º, para mostrar aos descrentes que as verdades sobrenaturais não são absurdas e 4º, para explicar racionalmente os misterios por argumentos provaveis destinados aos crentes que já os admittem por divina autoridade" (cfr. "Introdução á Philosophia", pags. 55-57). Isto posto, passemos á nossa these sobre "Acção Catholica", assumpto de ordem "social", como disse S. S. Pio XI, portanto, compativel com o objectivo de um centro de philosophia.

MOTIVOS DA ACÇÃO CATHOLICA

O principal e primeiro motivo na acção catholica é a "santificação das almas". Comtudo, desse motivo primeiro derivam outros segundos naquillo que se refere ao natural, pois directa e indirectamente outros meios ha que se referem ao desenvolvimento do reino de Deus sobre a terra, individuos, familias e sociedades. E' por esse motivo que a Igreja preocupa-se com grande numero de assumptos que, não sendo directamente objecto de sua missão, dependem della como uma consequencia quer do ponto de vista da sciencia, da moral natural e do bom-estar material.

Esses direitos de acção da Igreja pareciam estranhos numa sociedade laicisada onde muitos catholicos ficam na ignorancia dos assumptos de sua religião. Fundamentam-se,

(*) Conferencia realizada a 29 de Outubro de 1932, no Centro de Philosophia "Dom Miguel Kruze", de S. Paulo.

porém, provam-se e justificam-se perante todos, catholicos e a catholicos por dois modos: quer pelo vinculo da *civilização*, no terreno do *natural*, quer pela *Revelação* no *sobrenatural*.

Comecemos pelo menos transcendente, o natural.

CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO

Uma civilização é um estado de grande perfeição social em toda a complexidade de seu conjuncto. O fim é, no legitimo conceito civilizador, tornar a humanidade "melhor e mais feliz", affirma Mons. D'Hulst nas suas "Conferências de N. Dame". Desse modo, toda civilização deve estribar-se em principios segundo os quais ha-de chegar a essa melhoria e felicidade; portanto, deve remontar ás causas ultimas e primeiras de todas as cousas. Si partir dum ponto de vista particularista, certamente attingirá parcialmente o conteudo desses principios e tornar-se-á deficiente. E' por isso, pois, que ha varias civilizações, umas mais outras menos perfeitas. Dentre todas, porém, qual a mais perfeita? Sem duvida a que mais se approxima da natureza e seu fim, logo, a que mais se approxima do Creador, portanto, a que é mais universal. Por onde a civilização mais perfeita é a que é mais universal, mais integral, isto é, a que abrange a totalidade dos destinos humanos comprehendendo-os nas circumstancias terrenas e extra-terrenas, pois que deve encarar o homem integralmente. E' desse modo que por via da razão natural chega-se ao conceito da civilização integral. Constata-se, pois, que havendo uma civilização perfeita baseada nos principios sobrenaturaes duma verdade revelada, conclue-se que essa civilização deverá substituir todas as demais civilizações imperfeitas.

PHILOSOPHIA DA HISTORIA

De que modo, porém, ainda no campo da razão natural, constatamos a existencia duma civilização integral, universal? — Verificando-o historicamente na pesagem e interpretação dos factos historicos á luz duma philosophia integral. Essa verificação leva-nos a averiguar remotamente, nos arcanos da Historia, os dois principios maximos em torno dos quais gira toda a vida universal e que os seculos accusam na denominativa de Bem e Mal, sem cair-se no dualismo maniqueista, pois que o mal, como negação do bem, é inexistente no real, visto que no fundo sendo a negação é a ausencia do bem que ahi deveria estar. O Bem é a intelligencia Creadora, fonte de toda vida attribuida de amor, segundo cuja logica move-se em liberdade a negativa maléfica, contra a qual, ainda pela logica do amor, oppõe-se a graça salvadora. Desse modo encontramos em face do facto religioso, que liga (religare) a creatura ao Creador na tendencia daquella para a felicidade, que mais não é senão a contemplação do Bem summo e perfeito, ou seja, a contemplação de Deus.

Fazendo nossas as palavras de Bessiéres (L'Evangile du Chef, pag. 206), resumimos: "toute l'histoire de l'humanité se résume en une incessante lutte pour ou contre Dieu, pour ou contre les ames".

RELIGIÃO UNIVERSAL

A ligação entre Deus e o homem, vinda do inicio dos seculos, encerra promessas divi-

nas de salvação — depois da quédá do homem por um acto de não-intelligencia. Taes promessas não falharam, e a consummação do mysterio da Encarnação até á paixão, morte e ressurreição do filho de Deus trouxe definitivamente os promettidos meios de redempção, instituindo-se a Igreja de Deus fóra da qual não ha salvação possível para quem lhe ficar fóra do corpo e da alma. Os discipulos de Christo, constituídos numa sociedade sobre a qual desceu a graça do Espirito Santo, ficaram investidos, pelo seu fundador, de poderes sobrenaturaes e, organisados hierarchicamente ás ordens de chefes investidos de verdadeira autoridade, têm a missão de representarem a Christo aos olhos da humanidade, para o que foi-lhes confiado o triplice poder de prégarem a verdade revelada, espalharem a graça pela administração dos sacramentos e governarem os christãos na ordem da salvação, encargo esse que deverá durar até a consummação dos seculos, extendendo-se aos confins da terra.

Com o advento do Espirito Santo deu-lhes Christo a infallibilidade em materia de fé, o que é natural, tratando-se duma instituição de character divino. Desse modo, age a Igreja no visível pelo Invisível, que a anima e vivifica, e eterna a sua missão em que se lhe reconhece obediencia pelos characteristics de unidade, santidade, catholicidade e apostolicidade.

Dessa breve passagem pelo sobrenatural, voltemos ao campo do natural.

CIVILISAÇÃO CHRISTA

Agostinho, “como os imperios se succedem uns aos outros e como a Religião, nos seus differentes estados, sustenta-se igualmente desde o principio do mundo até ao nosso tempo”. Bossuet refere-se a uma Religião eterna e perfeita, base duma civilização. Houve, comtudo, e ha varias religiões, e, desse modo, varias civilizações. Entre aquellas, uma ha, porém, que é a verdadeira e eterna, e, portanto, sendo a civilização verdadeira e perfeita, pois que mais se approxima da universal. Com o advento do Christianismo, firmou-se historicamente a Civilização no mais amplo sentido desta palavra, dahi dizer-se, como o fez Alexandre Herculano, que “a Civilização é a fórmula profana do Christianismo”. Sendo a Igreja a inspiradora e promotora da civilização total, esta, ipso facto, ficou sendo chamada Civilização Christã. Donde decorre que a Igreja Catholica significando “sociedade universal” deve, por todos os modos justos e legais, combater toda e qualquer civilização anti-christã que se lhe oppuzer aos direitos universaes sobre a Civilização, plenamente justificadora natural e sobrenaturalmente. Vejamos:

O HOMEM E A IGREJA

Comprehende-se a relação do sobrenatural com o natural onde a Igreja age em função daquelle, pois nada existe no visível que não venha do invisível. O fim da civilização, como disse-o Mons. D’Hulst, é tornar a humanidade “melhor e mais feliz”. Ora, a natureza humana é um composto de corpo e alma que fórmula a *pessoa humana*, que, segundo Boetio, é “uma substancia individual da natureza racional” (*persona est rationalis naturae indivi-*

A philosophia da Historia mostra-nos, como observou-o Bossuet e já apontara-o Santo

dua substantia, cfr. 1ª Pars. q. XXIX, art. 1º, S. Theol.) Dahi decorrem duas especies de actividades: corporaes e espirituas.

Aquellas, são proprias do *homem*, e estas são *humanas* propriamente ditas. Por onde actos do homem e actos humanos. Pelos primeiros, o homem tem algo de commum aos animaes; pelos segundos, distingue-se destes por sua parte racional. Portanto, o homem é homem propriamente dito pela sua finalidade espiritual, o que não quer dizer que sua actividade seja unicamente espiritual, negando-se as actividades derivadas da sua composição: corpo e alma, pois o homem tem relação com o mundo exterior e com o mundo interior. Em ultima analyse, porém, tudo quanto se refere ao mundo exterior deve intimamente estar relacionado com o mundo interior, que é o mundo puramente espiritual: logo, o homem deve agir segundo aquillo que nelle é superior: o espirito. Disso conclue-se que a finalidade ultima do homem é uma finalidade espiritual á qual tudo deve subordinar-se rumo ao Absoluto, ao Bem summo e perfeito. Ora, é em nome do Bem summo e perfeito, e por elle mesmo que se fundou a Igreja; logo, ella perfaz a civilisação integral que deseja dar ao homem uma felicidade perfeita, senão nesta vida, noutra inteiramente espiritual.

A PERSONALIDADE HUMANA E A LIBERDADE

Desse modo, tendo o homem consciencia da sua personalidade e da finalidade de sua natureza, libertado das defi-

ciencias terrenas, volta-se para o Absoluto num preito de intelligencia e gratidão na busca do bem que no mundo as circumstancias temporaes afastam pela luta da materia contra o espirito. Por isso dizia Antonio Sardinha no Prefacio á "Theoria das Côrtes Gerais", do 2º Visconde de Santarém, pag. XVIII: "A tutela familiar originou, pois, a recomposição da sociedade e a cellula centripeta da qual derivará a hierarchia futura. A differença entre a época que se extinguiu tão calamitosamente com a agonia do mundo imperial e o periodo reconstructivo que apenas amanhecia, reside num facto unico, mas bastante por si só para realizar a mais profunda das transformações. Na concepção politica da Antiguidade o individuo pertencia ao Estado, que se encarnava na omnipotencia caprichosa de Cesar. Tudo o que apetescesse ao principio das leis tinha vigor (*Quidquid placuit principi legis habet vigorem*) ensinava a secura dogmatica do direito em Roma. O edificio social pagão tinha o Imperador por cupula e a escravidão por alicerce. Nós veremos ao depois a identidade de semelhante idéa do Poder com os principios absolutistas do seculo XVIIIº e com a legitima doutrina revolucionaria. A personalidade humana não contava nada diante da imponencia esmagadora de Cesar. *Só quando o Christianismo apparece a prégar que escravos e senhores tinham um Pae commum, — o que está nos Ceus é que o individuo entrou na posse da sua consciencia moral e conheceu a liberdade verdadeira* na verificação da palavra de Jesus que, mandando dar a Cesar o que era de Cesar e a Deus o que era de Deus, separava para sempre, na ordem das coisas da vida, o interesse espiritual do interesse temporal. Nessa separação ia contido o germe duma nova idade da Historia. Desde que os direitos de Deus se proclamavam perante os

direitos de Cesar, proclamava-se consequentemente a autonomia interior de cada um, manifestando-se nas suas crenças e nos seus sentimentos em face da fiscalisação oppressiva do Estado todo-poderoso.

Reconhecida deste modo a independencia da personalidade humana, sobre esse traço espiritual a sociedade se restaurará.

O ESTADO E A IGREJA

Eis, pois, como retomando o conceito de personalidade humana, vemos justificados os

direitos de Deus e os motivos de acção da sua Igreja. O homem fica collocado, desse modo, em face de sua finalidade espiritual, por onde, em face de Deus no meio da sociedade em que deve viver por força de sua natureza social. Daqui decorre uma Moral Catholica a influir na sociedade, especialmente na Politica, por ordem de defesa dos direitos de Deus. Sendo o fim ultimo do homem a felicidade, quer dizer, Deus, ou a posse do bem summo e perfeito, e sendo o Estado um meio para os individuos associados attingirem o "bem commum" que em ultima analyse redundando nesse bem summo e perfeito. A Igreja, portanto, deve agir sobre o Estado para que os meios que este empregar no sentido de favorecer esse *bem commum* não firam o alcance desse *bem supremo*, para cuja posse é a Igreja a via sobrenaturalmente estabelecida na terra. Dahi as relações entre a Politica e a Moral. A politica, diz Santo Thomaz na "A Sciencia Civil", depende da Moral. Se a sciencia civil é sciencia da sociedade, devemos antes indagar as causas da sociedade, e em primeiro logar a sua origem; temos então que, como toda comunidade é instituida por causa dalgum bem, a sociedade civil, a "civitas", comunidade maximamente superior, é a "aggregação do bem mais excellente entre todos os bens humanos; tende, pois, ao bem commum, que é melhor e mais divino que o bem dum só". Consequentemente, a "tendencia de buscar esse bem fórma a cidade" (v. "De Regiminis Formis", de Fr. Marcelo do Menino Jesus, cit., Veiga dos Santos, pag. 67 in art., Rev. Faculd. de Phil. e L. de S. Bento, anno 1928). Por consequencia, o Estado visa attender a todas as relações dos homens associados, quer taes relações sejam com o mundo exterior, quer com o mundo interior (por vista primeira do fim ultimo do homem). Ha, pois, varias ordens de relações: a Moral, a Politica e Economica, sem divorcio mas em harmonia hierarchica entre todas com a Moral, por onde a ordem Moral directa ou indirectamente, remota ou proximamente deve dominar todos os ramos de actividade humana, quer taes actividades sejam do intellecto, da vontade ou da sensibilidade. Logo, a Politica é algo de positivo, algo de concreto em relação ao fim a attingir. "E' uma sciencia da obra concreta; parte ella duma vista concreta do fim por attingir, e indaga como póde esse bem ser obtido, não por certo no meio de todas as condições individuaes postas — o que seria da prudencia, — mas em meio das contingencias que mais amiude se realizam, "quae ut in pluribus accidunt". Donde se vê que ha entre a politica e a moral, assim como entre ella e a fé, relações muito especiaes. A politica sciencia ou prudencia dão á moral e á fé regulamentação, porque sendo a politica um campo de

acção "humana", póde esta soffrer uma "norma" que estabeleça o *que* deve ser, ao contrario das sciencias especulativas ou puramente factivas, das quaes a moral e a fé sómente pódem regular o exercicio". (v. D. Lallement, "A doutrina politica de Santo Tomaz de Aquino", in "Revue de Philosophie", cit. Veiga dos Santos, in art. op. cit., pag. 61).

ACÇÃO DA IGREJA

Em meio a esse mundo de circumstancias terrenas, por vista do fim ultimo, tem a civilização diversos elementos para realizar a melhoria e felicidade do homem: um, moral (elemento religioso e social), um, intellectual, e um ultimo material. A Igreja contribuiu poderosamente para o progresso moral e social: com Deus, substancia da verdade, regra da justiça, fonte de todos os direitos, razão suprema dos deveres. Com Deus, a Igreja affirma tudo o que Deus quiz e tudo o que fez para fundar a sociedade humana, todos os principios da moral individual, domestica e civica. Verdade essa reformada pela graça de Jesus Christo, "principio sobrehumano da justiça humana". Comtudo, sobreexiste a tendencia da humanidade libertar-se da verdadeira civilização e, consequentemente, dos élos da fé. Por isso dizia Lallement, (op. cit., pag. 60), que houve, e nós dizemos que ainda ha, "uma tendencia a libertar a politica da moral, sujeitando-lhe só o uso á moral e á fé. Tal liberdade, no emtanto, só é verdadeira para o que a sciencia politica comporta de exclusivamente technico, o que não é "toda a politica". Trata esta directamente do proceder humano; por onde "tem de dar-lhe regulamentações ás disciplinas que dão as regras primeiras do bem do homem-moral natural e fé sobrenatural". Com a politica, chave humana da sociedade civil, essa tendencia alastrou-se para todos os campos onde o homem emprega as suas actividades. Com essa tendencia libertaria, porém, já contava e conta a Igreja, pois que a Revolução mostra que o principio revolucionario persiste desde a criação do mundo: a revolta dos anjos e a quéda do primeiro homem são o germe dessa tendencia, que em face do Christianismo vem formar uma civilização anti-christã, a Igreja triumphará, porque lhe foi prometido.

CIVILIZAÇÃO ANTI-CHRISTÃ

Contra essa civilização christã, apparece uma nova pretensa civilização, "da liberdade, egualdade e fraternidade, encobrindo uma liberdade apenas para 1/3 da humanidade, uma egualdade que lançaria os outros 2/3 na escravidão e uma fraternidade fechada num circulo de sympathias pessoas, ignorando a piedade social e incapaz de abrir um asylo ao soffrimento, á velhice e á infancia abandonada. Uma solidariedade tratando de barbaros a todos os estrangeiros, contra os quaes tudo é permittido. A impiedade impedindo em todas as partes a moral social e privada." Como diz J. Bricout no "Dictionnaire apologetique", artigo "Civilização".

Esse "circulo fechado", de que fala Bricout, nada mais é que a seita maçonica, instrumento secreto das aspirações duma raça pretensamente eleita e encobrindo no mais profundo do seu recesso, nas esferas mais avançadas, os principios vela-

dos do satanismo por via de circulos arcanicos longe da periferica vulgaridade reveladora.

LUTA CONTRA A IGREJA

Quem não está commigo é contra mim, disse Christo; óra, sendo a Igreja a depositaria fiel da verdade revelada, quem combate a Igreja combate ao proprio Christo, pois que Elle é o Seu corpo mystico. Essa pretensa civilisação combate a Igreja, logo, combate o proprio Christo. Essa anti-civilisação, "por vias indirectas, aproveita-se do que fez a Igreja para fazer-se valer como introductora do ideal de justiça, diz J. Bricout (op cit.), da solidariedade nas instituições civis; fazendo que as instituições judicarias se impregnem de piedade e tendam a substituir a presumpção do crime pela presumpção da innocencia e que a idéa da egualdade entre os homens contra a abolição da escravatura se realize, dando accesso aos homens mais humildes á gestão dos negocios publicos". Isso é um desafio á Historia! Quem, nas relações sociaes, disse que os homens são eguaes perante Deus e distinctos na vida civil, dahi decorrendo todo esse ideal de justiça e piedade? Depois do 4º seculo, ao tempo de Constantino, com a victoria definitiva do Christianismo, começa uma éra grandiosa, após uma luta tenacissima e sobrehumana, diuturna e laboriosa contra a barbarie, chegando a florescer nessa esplendida realisação, cujo maximo fulgor encontra-se nos seculos XII e XIII. Consulte-se sincera e diligentemente a Historia e encontrar-se-á a verdade. Não obstante, essa desordem e luta da Igreja com os seus inimigos permite-a Deus para que se cumpram as promessas divinas, pois nessa luta moral, a Igreja purifica-se em passageiras expiações, triumphando na beatifica posse de recompensas infinitas, razão por que della diz-se que é militante, soffrente e triumphante. Com a desordem e pela desordem Deus realizará a sua obra divina, confirmando a unidade na pluralidade, a ordem na desordem ordenada pela Sua intelligencia.

A IGREJA, SEUS INIMIGOS E A HISTORIA

Realmente, houve na Igreja uma decadencia, a partir de modo especial do seculo XIV, com a Renascença e a Refórma protestante, que vieram eclipsar a acção civilisadora, moralisadora e pacificadora do Christianismo. A Refórma veio sob o pretexto da decadencia do papado e dos bispos; a seguir, veio a corrupção do poder civil com o advento da Monarchia do direito divino, protestante, que os reformadores instituíram, pois, scindida a unidade religiosa, scindiu-se duma vez a unidade moral da sociedade, porque, a Religião, si tem fins sobrenaturaes, consequentemente actúa no campo social, dando, pela Moral, as regras sociaes e politicas portadoras da paz. Surge então o absolutismo régio, que até se manifesta dentro de nações christãs não adherentes á Refórma; o poder temporal precisou recorrer a meios mais ou menos absolutos para manter em ordem (si bem que apparente) a sociedade. Com o advento da Monarchia absoluta, a legitima Monarchia não é mais aquella instituição temperada e tradicional: é a monarchia, segundo Machiavel, que a Idade-Média absolutamente ignorou. Segue-se uma concepção particularista e feroz da propriedade: a propriedade sem

encargos moraes. E' a grande revolução economica que tem como causa a transformação do trabalho humano pela sciencia coincidindo com uma aggravação dos soffrimentos das classes laboriosas ou, ao menos, uma parte dessas classes. Diz ainda J. Bricout: "c'est parce que cette transformation, qui était bonne en elle-même, comme tout ce qui represente un progres de l'esprit humain, s'est faite sous la domination et sous l'inspiration d'une bourgeoisie qui s'est vantée elle-même d'être fille de Voltaire. (Dict. des Conn. Relig. pag. 182, fasc. VI). Portanto, diz elle, "não é ao Christianismo que se deve pedir contas — a verdade é que o Christianismo em todas as épocas fez uma grande parte de bem que completou o estado dos espiritos e dos casos do momento, e que não fez tudo não só por causa das resistencias que lhe oppuzeram em todo o tempo as paixões humanas, mas tambem porque os instrumentos humanos que foram encarregados nas differentes épocas da Historia de representar a doutrina e acção moral e social do Christianismo estiveram longe de estar sempre na altura do encargo." Bricout refere-se a erros pessoas de Papas e Bispos, e é pelos seus erros que Deus quer que a sua Igreja apprehenda a rectidão do seu apostolado. Ainda aqui realiza-se a ordem pela desordem, pois Deus não se submete ao tempo nem ao espaço. Sobre o progresso intellectual e material, a Historia tambem prova-o que a Igreja encorajou-o sem olhal-o com desconfiança, como nocivo á sua obra divina: a pintura, a architectura, a escriptura, a sciencia da Idade-Média e da Renascença confirmam-no. Nesse andar, forçosamente caminha-se para uma manifestação revolucionaria proveniente da ruina do Estado por via do enfraquecimento da consciencia christã: surge a Revolução Franceza.

MATERIALISMO HISTORICO

Com a revolução de 1789, a anti-Igreja marcha a passos accelerados para o pretendido triumpho, dahi as idéas dissociadoras tomarem aspectos mais ousados e enganosos. Em opposição ao espirito, levanta-se a materia: a Economia vem oppôr-se ao espirito christão, e triumpho com o advento duma burguezia egoista sustentada pelo liberalismo das instituições, valvula dos manejos da anti-Igreja. O homem não attende mais ás suas necessidades materiaes segundo o seu fim espirital, que é o seu ultimo fim, mas torna-se escravo da vida material: della serve-se não como *meio* para attender ás suas necessidades em vista de seu fim ultimo, mas como esse mesmo fim. Surge, como justificativa dessa desordem, uma pretensa lei historica, a que os corypheus da anti-Igreja chamaram *materialismo historico*, entendido de varios modos: um, violento, como a conclusão comunista dos judeus Carl Marx e Proudhon, reduzindo o homem a um simples factor economico e materializando-lhe completamente a finalidade, dando-a como sendo a riqueza em opposição á virtude; outro, attenuado, qual o de Georges Sorel, a interpretar esse materialismo como significando "simplesmente, que a humanidade é de modo exclusivo levada pela busca de interesses egoistas, e, como os primeiros destes interesses são evidentemente os interesses economicos, toda a Historia apparece como dominada pela perseguição do lucro, do enriquecimento material e do poder politico, que é um meio de realizar este enriquecimento".

Na concepção burgueza da vida, triumphante com a imposição liberal, a vida limita-se á riqueza e seus proveitos materiaes. Comtudo, esse *estado actual* e violento da sociedade, accidental no curso da Historia, não justifica que a lei da Historia é o materialismo da riqueza. A Historia gira em torno de principios tão espirituaes e profundos quanto legitimos, e esse mesmo materialismo, como alavanca precipitadora do homem ao abysmo da perdição (materia), vem justifical-os como real antithese que é dos principios espirituaes apparentemente submersos ao peso da materia. Só se move o espirito pelo espirio, mesmo por pretensas leis que falem á intelligencia. Portanto, ainda que se admittisse o materialismo historico como verdadeiro, haveria uma luta de principios, ou, em outras palavras, ainda que se negasse a Metaphysica, haveria uma metaphysica da negação. Mas a verdade é que, o chamado materialismo historico é um pretexto de subversão da ordem universal, e o desreconhecimento dos verdadeiros principios espirituaes da finalidade ultima do homem só é concebivel no cerebro dos interessados nessa subversão, porquanto tal finalidade jámais foi dogmaticamente proposta a razão e tampouco esta poderia creal-a, mas encontra-se na propria *natureza humana*, no conceito de pessoa humana, pensante, racional. A negação da verdade, advinda de condições especiaes da intelligencia, procede da falta da luz natural da philosophia e da Historia e da luz sobrenatural da Fé. Essa negação da legitima finalidade humana é um erro que se apresenta á razão com apparencia de verdade, donde o desvirtuamento da mesma e as varias concepções pretensamente finalistas lançadas pelo sociologismo contemporaneo. Mas, nem o sociologo póde inventar fins á natureza humana, nem esta mesma póde mudal-o. Aquelle falsearia o seu proprio fim sociologico, que é o cuidado pela ordem social, e, si por um lado não póde haver ordem na sociedade pela falta propria de fim a essa sociedade, por outro lado tambem não haverá ordem si esse fim fôr imposto ou inventado fóra da ordem natural da criação.

DESCREDITO DO MATERIA- LISMO HISTORICO

Seja-nos permittido criticar um pouco a desvirtuação dessa finalidade humana á vista dos sociologos, advinda de influencias philosophicas varias, principalmente do philosophismo encyclopedista.

Dar a finalidade humana como sendo a riqueza, é a pretensão absoluta da materialisação da Historia, contra a qual, ergue-se a propria verdade historica. Si o homem exerce actividade, quer no mundo interior, quer no mundo exterior, a influencia da Economia não é exclusiva no pensamento humano: ha varios outros movimentos de consciencia. O facto que levantou essa tendencia materialista — que levaria a humanidade ao mais insondavel abysmo — é o afrouxamento, no correr dos seculos, das forças moraes deante do surto revolucionario, e esse surto revolucionario é devido ao falseamento da verdade historica universal, ao deslocamento do eixo de gravitação do organismo social, quer pela vaidade, quer pelo orgulho humano, quer pelo grande desejo de provar novas fórmulas, novas theorias, e, principalmente, pela tenden-

cia dos homens a se desfazerem das rijas normas da boa conducta em vista de um destino sobrenatural que na sua transcendencia se não evidencia directamente á razão natural sem o auxilio da Fé, da graça divina. Georges Sorel dil-o muito claramente ao affirmar a sua convicção na creatividade de mythos sociaes com funcção social na sociedade, assim declarando: "Les mythes ouvriers d'aujourd'hui, sont analogues á ces autres formules mythiques, l'avénement du royaume de Dieu, la croyance au jugement dernier, par lesquelles les premiers chrétiens opérèrent leur scission avec le monde antique. Ces croyances spontanées, ne se sont pas réalisées, mais le christianisme triompha et l'Eglise fut fondée, qui eut la prodigieuse fortune que l'on sait. Par elle, et par surcroit, la civilisation classique fut sauvée" (cit. "La Philosophie Syndicaliste" de Georges Guy-Grand, pag. 45). Sorel socialista, inspirado na "Ruina do mundo antigo" e no "Systema historico" de Renan, não poderia deixar de dizel-o com ironia, pois o ineffavel bafejo da Fé não penetrou o seu espirito e com esse preconceito não poudé ou não quiz ver o enorme numero de realizações propheticas que a Historia nos apresenta no ciclo indeterminado do tempo que alcançará o fim dos seculos, quando se dará a quéda do mundo, fini esse que a creatura humana, presa ás leis de espaço e tempo — e que o Creador se não submete, como já dissemos — não póde, naturalmente, determinar. E' disso que surge o scepticismo, ou seja, a abstenção de critica da verdade (ex. Hume) ou então o criticismo mediador sem base profunda e arbitrario (ex. Kant). E, na febre da reconstrucção sobre os escombros de passadas philosophias (pela negação da "perenne philosophia") arruinou-se quasi que completamente o edificio da civilização christã. Urge, pois, restaural-a, donde a "Acção Catholica", porquanto, sendo o fim civilizador tornar a humanidade "melhor e mais feliz", e sendo o fim primeiro da "Acção Catholica" a "santificação das almas", aquella redundante finalidade, pois lança as almas á perfeição, ou seja, á felicidade perfeita, desde a vida temporal até a vida sobrenatural.

II

ACÇÃO CATHOLICA

A bem dizer, a acção catholica existe desde o nascer do Christianismo na sequencia do seu objectivo primeiro de "santificação das almas", objectivo este por cuja relação unica attende a Igreja aos demais elementos da civilização e que tem referencia com o Reino de Deus. Dum modo mais preciso, porém, a acção catholica tem, em nossos dias, um caracter mais particularizado, qual seja o *apostolado leigo*, isto é, a collaboração dos leigos na missão da Igreja, pois é em vista dessa grande luta moral a que Deus obriga a sua Igreja que esta recorre ao espirito de apostolado dos seus filhos. A Igreja precisa, por todos os modos, reparar as graves desordens advindas com o apparecimento da anti-Igreja; precisa recolocar Jesus Christo na família, na escola, na sociedade; restabelecer o principio christão de autoridade, como representando a autoridade divina; tomar como soberano os interesses dos povos e principal-

mente dos operarios, dos humildes, dos pobres, inculcando-lhes os principios religiosos. Fonte das verdades, consolação nas angustias da vida, quer dulcificar a vida, melhorando as condições economicas, por onde ella deve agir na justiça para que as leis sejam christãs, supprimindo e combatendo as que o não são. E' preciso, porém, distinguir a "acção catholica" da "acção dos catholicos", pois esta é uma decorrença daquelle. "Para fazer a acção catholica, a Igreja tem sabido sobejamente demonstrar no correr da Historia que sabe adaptar-se de modo admiravel", diz J. Bricout, "ás condições *variaveis* da sociedade, sem jámais attingir á *immutabilidade* da Fé e da Moral, salvaguardando sempre os sagrados direitos, pois que nem sempre é possível restabelecer da mesma fórma instituições que foram uteis e mesmo efficacissimas nos seculos passados, pois desse modo a Igreja seria servir a uma fórma variavel". Note-se o dizer-se "da mesma fórma", pois a Igreja sabe variar quando é opportuno. Pio X, depois de Leão XIII, recommendava que um "objecto em torno do qual deve principalmente dedicar-se a acção catholica é a solução pratica da questão social segundo os principios christãos". Em todos os campos sociaes nota-se a acção catholica decorrente do principio de "santificação das almas", donde as campanhas e demais empresas que, não obstante, não devem infinitamente multiplicar-se em obras e obrinhas, por attenção ao principio de que se não devem multiplicar os seres sem necessidade. Tudo, porém, deve ser feito com disciplina, e esta disciplina deriva das relações com a Autoridade Ecclesiastica, pois toda a acção catholica deve estar submettida aos chefes da Igreja, participantes da autoridade suprema do Papa. Tal subordinação, porém, não impede a liberdade que lhes convem razoavelmente, sempre estabelecida de modo hierarchico e unificado nos principios. E' claro que sobre os interesses humanos deve evitar-se todos os conflictos em bem dos interesses da sociedade, pois que o campo dos pastores é a Igreja, (tomada a Igreja no sentido amplo da palavra), e desse modo não se expõem elles a nenhuma opposição sem parecer homens de partido, sustentaculo de uns e adversarios de outros. A obra catholica deve sobretudo ser espiritual e religiosa. Para ficer bem definida a acção catholica, os Pontifices não pouparam esforços para, animando-a, dar-lhe ao mesmo tempo as directrizes necessarias. Dahi as recommendações, as cartas pontificias e pastoraes dos Bispos nesse sentido.

**DISPOSIÇÕES PONTIFICIAS
— ORIGENS E NATUREZA
DA ACÇÃO CATHOLICA**

"Como varias vezes notamos — diz S. S. Pio XI, na carta ao Cardeal Arcebispo de Toledo, Segura y Saens, a 6 de novembro de 1929 — nos do-

documentos analogos a este, conforme para isso as circumstancias nos offereciam a oportunidade, a Acção Catholica não é coisa nova, mas substancialmente é tão antiga como a Igreja mesma, comquanto, na sua fórma actual, se haja precisado cada vez mais nestes ultimos tempos. Deriva, duma parte, da necessidade que sempre a hierarchia ecclesiastica sentiu, de ter collaboradores leigos, e, doutra parte, do desejo que deve o laicato experimentar, de fazer cooperação generosa

ao triumpho pacifico do Reino de Jesus Christo". E' porque o leigo, sem ser sacerdote e sendo membro da sociedade em que vive, paganizada, tem um prestigio especial para rechristianisar essa sociedade. Quanto á natureza da Acção Catholica, diz o mesmo Pontifice: "Desde os inicios de Nosso pontificado, na Encyclica "Ubi Arcano", proclamamos publicamente que a Acção Catholica consiste na participação do laicato no apostolado hierarchico da Igreja. E confirmamos noutros documentos esta definição, affirmando que os que na Acção Catholica militam "são chamados a esta funcção por uma graça toda particular de Deus, e que esta vocação não é tão afastada da missão sacerdotal, pois que a Acção Catholica não é em summa senão o apostolado dos fieis, dando a sua collaboração á Igreja sob a autoridade dos Bispos e completando dalgum modo o ministerio pastoral" (carta ao Cardeal Van Roey). Donde apparece quão grande e sublime é a dignidade desta instituição e quanto ella é necessaria á nossa época. Diz mais que, além do zelo e cuidado da perfeição pessoal (preocupação primordial e principal), é ella um "verdadeiro apostolado", incumbido aos catholicos de toda condição, unidos de pensamento e acção "em torno de certos centros de doutrina, trabalhos e iniciativas, legitimamente constituídos e devidamente autorizados pelos Bispos", que os sustêm e impulsionam. Essa acção não é, pois, "corporal, mas espiritual, nem terrestre, mas celeste, nem politica mas *religiosa*. Póde, entretanto, qualificar-se de *social*, com justiça, visto que se propõe promover o reino de N. S. J. C., e, isto fazendo, procura para a sociedade o seu bem supremo e todos os bens que delle decorrem, nomeadamente os que interessam ao Estado e se chamam politicos, isto é, não privados e particulares, mas communs a todos os cidadãos". Isto póde e deve fazel-o extranhamente ás paixões dos partidos. Isso mesmo disse S. S., em carta ao Cardeal Bertram.

MISSÃO ESSENCIALMENTE RELIGIOSA

que disse Pio X, na encyclica "Ubi Arcano", afirma que a segunda parte da Acção Catholica é: "combater por todos os meios justos e legaes a civilização anti-christã; reparar por todos os meios as desordens graves que della derivam; recolocar Jesus Christo na familia, na escola e na sociedade; restabelecer o principio de autoridade humana como representante da de Deus; tomar verdadeiramente a peito os interesses do povo e particularmente os da classe operaria e agricola; não sómente inculcando-lhes no coração todos os principios religiosos, unica fonte verdadeira de consolação nas angustias da vida, mas esforçando-se por seccar-lhes as lagrimas e adoçar as suas fadigas, melhorando a sua condição economica por sabias medidas, empregar-se, consequentemente, em fazer com que as leis publicas sejam conformes a justiça, corrigindo e supprimindo as que o não são; defender, emfim, e sustentar com espirito verdadeiramente catholico os direitos de Deus, em todas as cousas, e os direitos não menos sagrados da Igreja". Esta segunda parte redundna na primeira, que é essencialmente religiosa: a santificação das almas e o advento do Reino de Deus.

E' claro, pois, que a Acção Catholica, si bem que seja "social", é essencialmente religiosa, e, Pio XI, repetindo o

ORGANIZAÇÃO

uma hierarchia perfeita, subordinada ás Autoridades da Igreja. Essa missão leiga, Pio XI estendeu-a a todos os leigos e não apenas aos "leigos de elite", como ao tempo de Leão XIII; mas, diz elle na carta ao Cardial Bertram: "A Acção Catholica deverá ser uma acção universal e concordante de *todos* os catholicos, sem exclusão de idade, de sexo, de condição social, de cultura, de tendencias nacionaes e politicas". E diz na carta ao Cardial Segura y Saens : "deve ter uma natureza propria e um fim particular, deve ter igualmente sua organização especial, unica ,disciplinada e coordenadora de todas as forças catholicas; de sorte que cada um, por sua parte, guarde e execute escrupulosamente as obrigações e as missões que lhe foram confiadas e que todos conjuntamente ajam de maneira convergente e harmoniosa sob uma justa dependencia da autoridade ecclesiastica". E, mais adiante, falando da formação catholica dos individuos, diz que, propondo-se a Acção Catholica promover o Reino de Christo nos individuos, familias e sociedade, deve basear-se numa *piiedade solida, conhecimento exacto das coisas divinas, grande pureza de costumes, devotamento illimitado ao Papa e aos Bispos, zelo ardente e activo.*

"A essa formação devem applicar-se principalmente as obras da mocidade. De sorte que, em exercendo já um apostolado efficaz pela oração, o bom exemplo ,as obras de caridade, ellas preparam homens de tal modo imbuidos dos principios christãos que, em todas as contingencias da vida, privada ou publica, achem a linha de proceder que corresponda aos principios da doutrina catholica e ao bem verdadeiro da Igreja e da Patria. E' a Acção Catholica um exercicio pacifico de apóstolos que querem conquistar as almas para o Christo e sua Igreja. Deve, pois, ser um exercito compacto, unificado, disciplinado. A pluralidade de organização concurrente numa determinada ordem de cidadãos e a multiplicidade de direcções divergentes enervariam, ao contrario, as forças desse exercito e lhe comprometteriam a concordia e o bom exito; desgraça que a todo custo é mister evitar". Desse modo, mostra S. S. o desejo de que a Acção Catholica seja centralisada no conjunto e de certo modo descentralisada nos grupos de acção.

A ACÇÃO CATHOLICA E A POLITICA

litico é para a Igreja algo de accidental; logo, não deve confundir-se o accidental com o essencial. Para a Nação, póde um regime ser considerado mais ou menos essencia, segundo a indole dos nacionaes e as leis historico-naturaes da Nação; que, ainda, considerando que ha regimes superiores e inferiores, uns mais, outros menos. Sem duvida, a historia tem provado que certos regimes são mais favoraveis á acção da Igreja porque estribam-se em principios eternos, emanados dessa Igreja; mas como são os principios e não a fórmula de governo que fazem a bondade do regime, a superioridade passa, no

A Acção Catholica é confiada oficialmente aos leigos, obedecendo a sua organização

A Igreja não se preocupa com fórmulas de governo, senão naquillo que venha ferir os seus sagrados direitos. O regime po-

domínio do eterno, a ser accidental para a Igreja, que não pôde, como instituição divina, ser servil a qualquer instituição terrena, e, portanto, variavel. Seja qual fôr o regime, porém, a Igreja deve influir na sua essencia, em vista de sua missão divina e consequente actuação terrena já explicada na primeira parte deste estudo.

Com relação aos governos, é preciso "ter em conta que o poder da Igreja não é senão indirecto em materia temporal, e que em sua ordem o poder civil é soberano. Assim, quando se trata de politica pura, diz F. X. Maquart no seu artigo "La mission sociale de l'Action Catholique", pag. 801, in "La Vie Intellectuelle" (15/5/1929), a Acção Catholica não se occupará absolutamente de realisações *directas* (directa num sentido muito relativo, pois que a Igreja "realisa" por meios indirectos). "Mas nenhuma organização dependente da Acção Catholica e agindo em nome da Igreja, occupar-se-á *directamente* de politica *concreta*. A Igreja deixa este campo ao poder civil, cuja soberania ella respeita escrupulosamente. A Acção Catholica terá sobre a politica uma actividade *indirecta* pela formação christã das consciencias". Diz ainda Maquart que os catholicos ficam ás vezes perplexos deante dos regimes, dizendo uns: "ou refundir a republica, ou renunciar á defesa da Igreja", e outros: "melhoremos o Estado, entre-guemo-nos poderosamente a uma sã acção politica; modifiquemos a opinião publica, que faz e desfaz os governos; entremos nos cargos, infiltremo-nos nas instituições e sustentemos "os homens da ordem". Maquart diz ainda: "ambos vêem um problema politico onde realmente trata-se dum problema religioso, e aquelle não pôde dominar a este. E, res-ponde a Igreja, que os fins não justificam os meios, e que é vão querer melhorar a sociedade e os regimes pelos meios puramente politicos, si bem que não se deve desinteressar da politica, mas o remedio é de ordem religioso-moral. Isso seria "modernismo" já condemnado. E' o modernismo moral, juridico e social, diz Pio XI. Em carta ao Cardial Bertram, S. S. affirma que a formação christã das consciencias "torna os seus adherentes mais aptos aos cargos publicos por uma formação severa para a santidade da vida e o cumprimento dos seus deveres christãos. A Acção Catholica é justamente feita para dar á sociedade os melhores cidadãos; ao Estado os magistrados mais escrupulosos e mais competentes". Eis ahi como a Igreja preoccupa-se com o progresso das Nações. Mas, não obstante a Politica approximar-se do Altar, a Igreja não faz politica e sim obra de religião. Comtudo, a Acção Catholica agirá *directamente* sobre os poderes publicos quando tiver de *defender* os direitos da Igreja, violados pelo Estado. Nem ahi mesmo faz-se politica, e sim religião, combatendo "pela liberdade da Igreja, pela santidade da familia, pela santidade da escola, pela santificação dos dias consagrados a Deus", disse Pio XI.

A ACÇÃO CATHOLICA E OS PARTIDOS POLITICOS

A Acção Catholica nunca poderá pôr-se ao serviço de qualquer partido politico. Diz Pio XI, na carta ao Cardeal Segura: "E' claro, outrossim, que não deve a Acção Catholica confundir-se com as organizações que são ordenadas primeiramente a um fim politico, e isso em razão de sua natureza

e de seu fim, que a colloca *fóra e acima das competições de partidos*. O que não póde evidentemente significar que os catholicos, tomados individualmente, não devem interessar-se pelos problemas que concernem a vida publica, com a condição de conformarem sempre a sua actividade aos principios da doutrina catholica e ás directrizes da Igreja; e, até, nada impede que os catholicos entrem nos partidos, cujo programma e acção nada apresentem contrario ás leis divinas ou ecclesiasticas

“Ademais, a Acção Catholica mesma, ainda em se mantendo, como tal, acima dos partidos politicos, cooperará para o bem publico, já pela diffusão e garantia de toda prosperidade civil, já, da mesma fórma, por uma formação puramente christã, a qual assegurará ao paiz uma phalange de cidadãos exemplares, não sómente para o bem da Igreja, mas tambem para o da sociedade, das familias e dos individuos. E, se questões politicas implicam interesses religiosos e moraes, poderá e deverá a Acção Catholica intervir directamente para orientar todas as energias dos catholicos, acima das vistas particulares, para o bem superior das almas e da Igreja”. Havendo num paiz um só partido, a Acção Catholica e os homens do partido não pódem confundir-se numa união politica, mas “sim ter uma collaboração mais estreita entre elles; pertencendo sempre á autoridade ecclesiastica o fixar as regras praticas e concretas da applicação destes principios”, diz o “Osservatore Romano” (13-14, abril, 1931), depois de reproduzir alguns trechos da carta de S. Em. o Cardinal Secretario de Estado a Mons. Kordac, Arcebispo de Praga, sobre as relações entre a Acção Catholica e os partidos politicos na Tcheco-Slovaquia, com applicações á Allemanha (Les Doc. de La Vie Intel., 20, maio, 1931). Num regime e Estado totalitario corporativo, como o Fascista, com relação aos direitos da Igreja, é claro e evidente “que a acção da Igreja, por necessidade de natureza e por mandato divino, estende-se e deve extender-se por toda parte onde se trata do bem e do mal das almas, da honra e da offensa de Deus, da observação ou da violação das leis divinas e ecclesiasticas, dos problemas e interesses não simplesmente materiaes, economicos, mas moraes, com repercussão moral inevitavel sobre o individuo, a familia e a sociedade.” (“Oss. Romano”, 14-15, de abril de 1931). Num regime Integralista Christão, como a velha Monarchia Medieval, tendente, hoje, a ser instaurada, reconhecidos os direitos e dada á Igreja a liberdade plena que lhe assiste, a Acção Catholica fica cingida ás relações naturaes entre o Estado e a Igreja, reconhecidas e ajustadas essas relações.

NECESSIDADE DA ACÇÃO CATHOLICA

forças catholicas. Dum lado, deploramos que a sociedade se paganize cada vez mais, que a fé catholica empallideça nos espiritos e com ella se obscureça, de maneira horrorosa, deveras, o senso christão, a pureza e a integridade dos costumes. Doutro lado, vemos com tristeza que o clero, já porque, em certos logares, é muito numeroso, ou já porque, em muitos meios, refractarios á sua influencia benefica, não póde elle

Na carta ao Cardeal Segura y Saens diz Pio XI: “V. E. está a par dos tempos em que vivemos e do que requerem das

fazer chegar a sua voz e os seus avisos, é tristemente por demais desproporcional ás necessidades e ás precisões da nossa época. Faz mistér, pois, que todos sejam apóstolos, faz mistér que o laicato não fique inactivo, mas que, unido á Hierarchia ecclesiastica e docil ás suas ordens, tome parte nas santas batalhas, e pelo devotamento absoluto, pela oração, pela acção generosa, coopere em reanimar a fé e reformar os costumes christãos". Modernamente, a Acção Catholica deve entregar as suas attentões com mais particular cuidado para a chamada "questão social", pois que, sendo essa questão a alavanca mais poderosa em que se apoiam os inimigos da civilização Christã para destruil-a, é ahi, onde o perigo se apresenta maior, que a influencia benefica da Igreja deve fazer-se sentir com maior intensidade. Assim, diz Pio XI que esse é um dos campos de actividade *directa* da Acção Catholica: "A santificação do trabalho e do repouso, a justiça e a caridade em relação aos operarios, a concepção chistã que devem ter de suas fadigas e de seus sacrificios, para poder reclamar christãmente o respeito de seus direitos; e convicção de que a pacificação e a cooperação entre as classes é o unico meio de resolver a "questão operaria" e por objecto do apostolado constante e laborioso que se espera da Acção Catholica, constituem, sobretudo depois da encyclica "Rerum novarum", este grande documento que se "mantém entre o divino e o humano", como diz Pio XI, um dos tantos pontos do programma ao qual deve applicar-se a Acção Catholica". ("Osserv. Romano", 17, janeiro de 1929). Em principio, porém, a Acção Catholica não crêa nem associações, nem organizações com fins puramente economicos e para os interesses materiaes da vida, mas em "razão de seu fim, não sómente religioso, mas social — reflexo e ao mesmo tempo auxiliar humano da ordem religiosa — a Acção Catholica preocupa-se e coopera: ella não abandonará a ordem economica, não se desinteressa, pois isto seria arruinal-a e destruil-a, abandonando-a, desse modo, ás theorias e ás forças subversivas". Taes organizações, porém, "sendo de ordem privada, a Igreja não póde ter sobre as mesmas menos direitos que os particulares. Mas como ella não tem, nestes assumptos materiaes, nenhuma luz especial vinda de sua missão divina, deverá sempre deixar aos technicos a escolha dos meios os mais aptos para realizar o seu fim immediato — temporal — das mesmas, e limitar-se quanto a ellas, a julgar nas suas relações com o fim mais alto que ella lhes propõe", diz Maquart. Na carta ao Cardial Segura, diz S. S. Pio XI: "Devemos, aqui, advertir, para prevenir ou dissipar todo malentendido, que as associações que, conformando a sua actividade com o programma religioso e moral da Acção Catholica, desenvolvem essa actividade directamente no dominio economico e profissional, levam só comsigo, pelo que respeita aos interesses puramente economicos, a responsabilidade de suas iniciativas e actos, mas, pela parte religiosa e moral, dependem da Acção Catholica, á qual devem servir de meio de apostolado. Por onde com evidencia resulta que não póde a Autoridade Ecclesiastica desinteressar-se das mesmas organizações, mas deve fazer-lhes sentir a ellas tambem a sua bemfazeja influencia e fazer com que ellas se inspirem nos principios christãos e nos ensinios da Igreja". E, igualmente, a

Acção Catholica, "se, dum lado, tira proveitos que lhe granjeiam os agrupamentos puramente religiosos e as obras economicas, doutro lado deve ella ajudal-os e favorecel-os, fazendo reinar entre elles, não sómente a paz e benevolencia, mas ainda um espirito de collaboração mutua, para grande bem, escusa dizer, da Igreja e da sociedade".

O capital deschristianizado, a sêde do ouro pelo ouro accumulado judengamente, é uma das causas, senão a principal, da ruina da sociedade e da perdição das almas. Quando a perdição crescia assustadoramente, nos fins da Edade-Média, o Senhor tocou de graça a Francisco de Assis, um burguez — na expressão moderna — riquissimo e mundano, que advertiu o mundo de que a renuncia á materia e a exaltação do espirito seria a sua salvação. O mundo desdenhou os conselhos do Santo, e, nesta hora critica para a Civilisação, mais do que nunca, as virtudes christãs devem ser lembradas a essa burguezia, apathica e gosadora. Terminando o seu livro sobre "O problema da Burguezia", Tristão de Athayde diz que "a salvação do mundo está nas mãos dos santos". Neste particular burguez, as virtudes do "pobresinho de Assis" são o verdadeiro caminho da salvação. São Francisco, negando a riqueza como fim e affirmando-a como meio apenas social de vida, ensina a viver "pobre de riquezas, mas rico de pobreza com alegria", pois desse modo a civilisação salvar-se-á preparando o advento do Reino de Deus.

O REINO DE DEUS

Em ultima analyse, é preciso firmar-se que o primeiro motivo de "Acção Catholica" as-

sistente a todos os demais motivos segundos é a "santificação das almas" (combatendo o paganismo: preservando os christãos e salvando os que o não são), causa do advento do Reino de Deus, pois que a Acção Catholica é essencialmente religiosa e só existe em funcção transcendental, embora sobre o temporal. A Acção Catholica, preparando o reinado de Christo na terra, abre as portas do Céu, "morada dos anjos e santos plenos de felicidade perfeita e beatifica, isentos de todo soffrimento physico ou moral; preservados de todo peccado; certos duma duração infinita; gosantes de todos os bens que o homem liberto das necessidades da terra póde desejar, e, emfim, e sobretudo, gosantes da clara visão das tres Pessôas da Santissima Trindade e da posse do seu amor, fontes de uma felicidade infinita da mesma ordem que a do proprio Deus e incessantemente renovada á espera do dia da ressurreição dos corpos transfigurados e restituídos para participar dessa gloria e felicidade". Por esse motivo, o principal elemento da Acção Catholica, o mais efficaz e mais proximo é a oração repassada de humildade e confiança, a que a frequente vida eucharistica traz a assistencia confortadora do proprio Christo sacramentado.

EM QUE CONSISTE A ESCOLA UNICA ?

MANOEL LUBAMBO

Neste capitulo farei abstracção de todas as difficuldades levantadas nas paginas anteriores. Admittirei como possivel a exacta avaliacao da intelligencia. Admittirei como perfeitamente *justa* a politica de selecção official dos mais capazes. *Justa* uma nova separatividade social feita segundo o criterio da competencia. Mas, consideradas como insubsistentes essas difficuldades — tanto as de ordem technica como as de ordem moral — seria *feliz* na ordem pratica tal medida ?

Os socialistas e todos os pensadores mais ou menos affectados de etatismo acham que sim. Para elles não só é possivel a avaliacao das intelligencias de elite como *justa* e socialmente util a sua selecção. As razões que allegam são de toda a ordem. Ora allegam que a selecção é necessaria por uma questao de justiça — de justiça distributiva dos meios de cultura, o que seria um passo para a democracia e um estimulo para os supernormaes que succumbem a condições economicas inferiores (1); ora por motivos, de eficiencia ou de progresso social, a selecção facilitando o trabalho de integral mobilização e centralização nas mãos do Estado dos valores reaes da nação, valores que sob o favor do amparo official apregoam serem capazes dum rendimento, duma capacidade de producção, em quantidade e qualidade, impossivel de obter-se em outras condições. Para o sr. Leoni Kasseff (2) a democracia *tem necessidade* de aproveitar integralmente as suas fontes de riqueza espiritual e grandeza material, indo buscar os filões magnificos do genio — assim nos redourados palacios, como nas

(1) *Educação dos supernormaes* — pag. 256.

(2) *An introduction to educational Sociology* — pag. 45.

modestas habitações do operario e do lavrador. Desta opinião é tambem o sociologo W. R. Smith (3) para quem "in queralthen it must be admitted that the function of leadership is so differentiated and the characteristics required for dominance so varied that its exercise is all but universal, and education for it cannot be confined to a select fen, but must be open to all".

Para elles, a escola tradicional constituindo um privilegio dos favorecidos da fortuna, aos quaes formava para as rendosas profissões liberaes, era uma escola de classe e não servia sinão para manter a mesma desigualdade economica a que se attribuem hoje em dia os grandes males sociaes. A esse proposito, Dewey diz que "as velhas escolas não estavam dispostas para dar iguaes opportunidades a todos, sinão justamente para o fim opposto: para accentuar mais a linha separatoria entre as classes, para dar ás classes ociosas e acomodadas algo que não podia adquirir todo o mundo, para satisfazer seu desejo de distincção e para dar-lhes occupação". (4) Os socialistas, associando o conceito da escola tradicional ao da escola catholica, vão mais longe e dizem que a Igreja é a alliada da burguezia e a sua educação tendenciosamente burgueza. Para elles a questão social reduz-se a termos pedagogicos e bem poderia se chamar a "questão escolar". Nivelada a escola, estariam nivelados automaticamente os altos e baixos da topographia social. O sr. Leoni Kasef chega mesmo a indicar a seguinte receita para acabar com a velha questão: "Eis como se resolverá o problema social— diz elle: pela divisão do trabalho colectivo, segundo as differentes capacidades individuaes e pelo desenvolvimento de toda a capacidade individual até o maximo de perfeição e rendimento de que a *serviço* da collectividade seja susceptivel a uma solução, essa demasiado simplista, como se vê, para ser levada a sério. Ella cabe, entretanto, no plano geral da reforma pedagogica implicito na *escola unica* — instituição em que os modernos utopistas da educação vêem

(3) "*Las escuelas de manana*". Trad. esp., pag. 169.

(4) Apud. . T. Chatsky e A. Pinkeevld — "*Aspectos da educação sovietica*".

um meio de corrigir as injustiças sociaes da civilização moderna ao mesmo tempo que um instrumento poderoso de progresso social.

O problema da escola unica está intimamente ligado á questão proposta na these. O sr. Leoni Kasef diz que "a educação dos superdotados é condição essencial, indispensavel, da escola unica. Eu gostaria de inverter os termos da proposição e dizer que a escola unica essa é que é condição essencial da educação dos superdotados. Porque não póde ser sinão pela escola unica que o Estado conseguirá proceder a selecção das élites naturaes.

Vou tentar dizer o mais rapidamente possivel em que consiste o plano da escola unica. Feito o que, mostrarei, com argumentos que reputo sérios, quanto é ella perigosamente prejudicial á ordem social duma nação.

O primeiro projecto de escola unica deve-se á iniciativa dos chamados "compagnons de l'université" compostos de 40 universitarios francezes mobilizados, que terminada a guerra, em 1918, quizeram prolongar na vida civil os laços de camaradagem das trincheiras. Não se póde negar a esses rapazes a generosidade, o alto sentimento de solidariedade humana, mas a verdade é que o projecto trahia o estado de espirito de homens que passaram annos a fio fóra da realidade social; "deracinés"; descentrados. Os quaes não podiam vêr as coisas sinão do angulo da vida em commum. Para elles todos deviam ser iguaes, sujeitos aos mesmos perigos, como os soldados. Sujeitos a hierarchia mas não a privilegios.

Que o projecto accusava um estado de espirito excessivamente romantico, irreconciliavel com a dura realidade, provam-no, aliás, os termos em que foi elaborado. Ellës advogavam sobretudo tres coisas : instrução classica, escola unica e liberdade de ensino. Mas não se lembravam que o plano da escola unica está em choque com a liberdade do ensino. Que são coisas que se annullam.

Infelizmente, desse plano perfeitamente innocuo lançaram mãos os radicaes socialistas. Herriot vê nelle a melhor arma a lançar contra a Egreja. Porque emquanto os "compagnons" desejavam a coexistencia do ensino livre com a escola unica, ingenuamente e de boa fé, Herriot desejava essa coexistencia como

mandora politica, tendo em vista que esse era o unico meio, nas circumstancias, de começar o trabalho impiedoso de absorpção das escolas catholicas pela escola official leiga. Trabalho de absorpção que de mãos dadas com a maçonaria elle vem promovendo com a sua grande paciencia de inimigo da Egreja.

Que a escola unica está infeccionada de socialismo e maçonismo não resta a menor duvida. Basta lembrar que Leon Berard dizia que ella é “dogma fundamental” do partido radical. Dogma fundamental, sim, porque não esqueçamos que a escola unica não consiste numa reforma propriamente pedagogica, como a escola activa; ella consiste, antes, numa reforma profundamente social e tendenciosamente politica. E’ por ella que o socialismo pretende fazer valer a sua perigosa ideologia materialista.

Quanto ao vicio de maçonismo basta dizer que do programma publicado em outubro de 1927 pelo Grande Oriente de França consta entre medidas como: abolição do direito de herança e demolição definitiva do catholicismo — a escola unica. (5).

Aliás, não é de hoje que a Maçonaria pretende objectivar o seu grande sonho de dominação escolar. Essa pretensão remonta á Revolução Franceza, como informa Marc Bruel (6). Ella remonta a Danton, a Robespierre...

Caracterizada a sua orientação politica e philosophica, é opportuna agora a pergunta: em que consiste a escola unica ?

Já expliquei que não se trata dum plano de reforma pedagogica mas politica e social. A escola unica é compativel, do ponto de vista da pedagogia, com qualquer systema: o activo, o intellectualista ou mesmo o catholico. Emquanto “reforma social”, porém, é que se choca com os principios da sociologia catholica. E é daqui que se parte para condemnar, por infeliz, a assistencia e consequente selecção official dos talentos excepcionaes.

Mas prosigamos no estudo da escola unica, como plano de reforma social. Narciso Nogner num dos

(5) *Narciso Nogner* — “*La Escuela Unica em Francia*”. “*Razon y Fé*”. 10.1.31.

(6) *Marc Bruel* — “*Le parti politique et philosophique qui preconise l’Ecole Unique*”, in *L’Ecole Unique*, pag. 49.

seus excellentes estudos (7) resume os seus principios nos seguintes: a) coordenação de todo os estabelecimentos de instrução numa organização unica; b) egualdade de todos os meninos em materia de instrução por meio do ensino gratuito; c) aproveitamento de todos os talentos, collocando a cada um em seu lugar vocacional para que renda o maior fruto possível; portanto, d) selecção dos bem dotados e orientação para os diversos grãos superiores, segundo suas aptidões; e) instrução como serviço publico, nacionalizada e monopolizada pelo Estado.

Insurgindo-se contra a velha e racional divisão do ensino em primario e secundario, que consideram como compartimentos estanques reproduzindo na organização escolar as discriminações sociaes que dominam fóra della, "cyclos fechados" com finalidades restrictas e odiosas, o primario formando o exercito dos que precisam trabalhar aos 17 annos, o secundario os filhos das classes abastadas destinadas ás profissões liberaes, pretendem os novos reformadores unificar os dois cyclos num só — o estudante não podendo participar do curso secundario sinão por accesso e de accordo com o seu gráo de intelligencia. Haverá, assim, como diz o citado Nogner "união organica da escola primaria com as differentes escolas superiores em transito facil e natural do gráo inferior ao superior para todos os rapazes. Para esse transito — adianta elle — selecção dos meninos não por posição economica ou social dos paes mas por sua propria capacidade, inclinação e merito". Os mais capazes irão naturalmente para as profissões superiores. Os menos capazes e os deficitarios serão caixeiros operarios, domesticos... Tudo de accordo com o quociente intellectual de cada um.

Sem querer me demorar nas restricções muito judiciosas que fazem pedagogistas como Bruel e Oufrene ao plano da escola unica (8), digo logo de começo que não nego a esse plano certa perfeição logica. Mas nesse terreno o segredo de successo não está

(7) *Narciso Nogner — art. cit.*

(8) *Ainda que o plano da escola unica tenha por fim expresso a transformação dos quadros da sociedade, sendo assim um plano de refórma social, tem, entretanto, prejudicial repercussão no campo da pedagogia. Essa repercussão pre-*

em ser logico mas em ser realista. Obra prima de logica é o *Contracto Social*, de Rousseau, mas nada tão em choque com a realidade dos que os seus postulados rigorosos. No terreno das instituições sociaes, tão intimamente dependentes da natureza humana, quem quizer legislar com syllogismos terá legislado para anjos, como diria Belloc, mas não para homens. A escola unica está nesse caso. Aliás, ha quem a faça remontar a Thomas Moro... Uma pura utopia que esbarraria logo com uma difficuldade insuperavel: o seu custeio. Basta dizer que ella custaria á França, segundo calculos muito exactos do deputado Javier Vallat, a espantosa somma de 6.000.000.000 de francos, o que em nossa moeda orça ahi pelos 3 milhões de contos. Ao Brasil que tem uma população pouco menor do que a da França, mas um territorio infinitamente maior, ella custaria provavelmente mais. E' verdade que nesse particular os politicos, orientados pela pomposa *applied sociology*, não fazem muita questão de despeza. A tendencia é retornar para o Estado o onus de todos os serviços; mesmo daquelles que por sua natureza pertencem forçosamente á esphera da iniciativa privada. Tudo consequencia da desorganização 'chaotica em que o capitalismo está deixando a sociedade moderna. Porque desorganizados os órgãos de expressão social, desorganizada a vida civil, o Estado é forçado a transformar-se de "coordenador" em "creador", é obrigado a fazer "usurpações" que não faria caso as condições de equilibrio economico fossem outras.

O aconselhavel nessa materia seria que o Estado restringisse ao minimo a sua acção de "creador" e exercesse ao maximo o de "coordenador", aconselhavel sobretudo na esphera pedagogica. Entretanto, é ahi justamente que se tem commettido os mais graves attentados á liberdade humana e ao livre direito de ensinar. A Revolução franceza que tomou como ponto de honra destruir os principios de organização da sociedade do seculo 18, teve especial cuidado em

judicial consiste em que a escola unica admite o ensino secundario como um "desenvolvimento", uma sequencia do ensino primario. E é dahi que parte Bruel para a sua objecção "A formação de um homem — diz elle — é um todo: ou se começa de uma maneira ou de outra. Segundo a especie de homem que se quer obter": o primario ou o secundario.

começar a sua obra de demolição pelo ensino livre. E o mesmo que fez com as corporações, no terreno economico, fez no educacional com as congregações religiosas, em cujas mãos estava aquelle ensino.

Mas só estreito sectarismo póde justificar essa politica. O ensino privado é de todos os tempos. Em certas épocas não se conheceu outro ensino, o Estado tendo sabido conservar-se nos limites traçados para a sua acção propria. E pode-se dizer que em qualidade é incomparavelmente superior ao official.

Mesmo, porém, abstrahindo a questão de qualidade, sobre a qual não ha duas opiniões, e considerando o esforço privado no que tem realizado em quantidade, podemos dizer que tambem sob esse aspecto ella leva vantagem sobre o esforço official. Pelo menos aqui em Pernambuco, onde a julgar-se pelos dados estatisticos mais recentes, num total de 501 escolas, creadas no quinquenio de 1926 a 1930, a acção privada contribuiu com 386, o que é um numero respeitavel.

Não creio, assim, que seja facil a ambicionada officialização absoluta do ensino. Pelo menos do ponto de vista economico. Nem se diga como certos sociologos faceis que ha o recurso do imposto. O imposto em tal caso só serviria para o pobre pagar pelo rico, o que seria uma medida perfeitamente anti-social e anti-politica.

São factos esses que seria imperdoavel esquecer num estudo desta natureza, mas que os Kasef da sociologia educacional omittem com uma leviandade de pasmar.

Deixando de lado, porém, o aspecto economico do problema e considerando o seu aspecto propriamente social, aquelle em que são mais sedutoras as promessas dos que se batem pela escola unica e a selecção dos mais capazes, posso dizer com segurança que essas promessas pertencem ao dominio da pura fallacia. Voltando, por exemplo, á accusação que Dewey faz ás escolas tradicionaes, que para elle só serviam para cavar mais fundo a linha divisoria entre as classes sociaes, a instrucção sendo um meio certo de eternização do poder economico das aristocracias do dinheiro, posso dizer que a affirmação carece de fundamento historico. Na idade media — a cujo regime escolar os sociologos da nova escola eta-

tista ou socialista se referem quando falam em escola tradicional — não era assim. O sr. Smith diz — é certo — que “medieval and early modern education was confined to the *very select fen*”, (9) “*Very select fen*” no sentido aristocrático da expressão, pois o autor no contexto oppõe a essa educação para os “poucos selectos” uma educação largamente democrática como o ideal. Mas ao sr. Smith eu opponho dois escriptores porventura mais autorizados porque se trata de dois historiadores — um delles afamado: Robert M. Rayner e Hilaire Belloc. O primeiro diz, na sua historia da Inglaterra (10): “The scholars consisted of youths — mostly the sons of yeomen or tradesmen, for nobles still considered study beneath their dignity...” Belloc, o segundo, num livro do anno passado (11): *There was no feeling of social rank about the universities in those days. They were, as the scottish universities are to day, recruited mainly from the mass of the people. Many scholars got their living and teaching as a free gift; for no one was the higher education a notable expense. Many came from quite the poorest ranks, most from the lower middle classes; a sprinkling from the rather wealthier part of society, the lords of manors*”. De resto já pertence á historia anecdotica o facto que os “cavalleiros” da idade media eram duma ignorancia de pasmar.

Não ha portanto, relação directa entre a posse da cultura e a posse do dinheiro. São coisas que se associam, é certo, mas não necessariamente. As posições de mando, o alto commercio, a grande industria, a agricultura, estão não nas mãos dos mais cultos mas de homens rudes. Estão nas mãos daquelles que possuem tacto para a sua profissão. Estão muitas vezes nas mãos de homens sem escrupulo e sem saber. Nesse sentido pode-se dizer que não são os “sabios” que possuem mas os “sabidos”. Os espertos.

Pura utopia é pensar que a democratização da cultura terá o condão de nivelar as classes. A palavra de Henry Glouze, lembrada no começo deste estudo, adverte-nos do contrario. Em lugar de nos trazer a desejada horizontalidade social, essa democratização

(9) *Op. cit.*, pag. 39.

(10) “*England in carty and medieval times*”, pag. 176.

(11) “*Cranmer*”, pag. 8.

veio foi agravar a crise e o clamor da massa, que sabe ler os jornaes mas não tem o que comer nem casa onde morar. Maior utopia é pensar que a mera attribuição justa do trabalho resolverá a questão social. O facto das posições de mando pertencerem aos mais capazes, numa sociedade organizada segundo os principios de escola unica, e os menos capazes se destinarem ás funcções de executantes ou auxiliares não significa uma solução. Função inferior significa salario inferior. E' esta pelo menos a tendencia moderna mesmo a acceita pelo actual regime dos soviets. Mas a questão social é antes de tudo uma questão de estomago e tudo estaria resolvido pacificamente si não houvesse fome nos lares. Não se trata, portanto, de justa attribuição de trabalho, mas de justa attribuição de salario. E' ahi que está a chave do problema. O operario não quer saber si está na occupação para que o indica a sua vocação; mesmo porque esse negocio subtil de vocação ainda está sendo debatido pelos especialistas em psychologia. O que o operario quer saber é si está diariamente com o almoço garantido. Só isso o acalma. Elle póde reconhecer-se o homem mais rude deste mundo mas desde que não seja satisfeito nessa necessidade elemental clamará: "injustiça !"

Aos sociologos que pretendem resolver a questão social transportando a do terreno economico para o terreno pedagogico, eu lembraria a solução proposta pela sociologia catholica: a do salario vital ou familiar. De accordo com essa doutrina — no fundo tão mais revolucionaria do que a dos soviets — o patrão deve tomar como criterio de remuneração não apenas a habilidade do operario mas tambem as suas necessidades de familia. Em rigor, só depois dessas necessidades satisfeita é que entrará em consideração a habilidade. Isto porque o direito á participação nos bens materiaes não é função de competencia ou capacidade. Esse direito está ligado á natureza mesma do ser humano que em todos é por igual exigente.

Mas ha mais. O plano de escola unica não só não resolve a questão social — que é fundamentalmente uma questão de distribuição de riqueza e não de distribuição de cultura — como concorrerá para agravar-a. Para, agravar-a justamente porque desdenha dos dados essenciaes do problema. Procurando dis-

tribuir as funções sociaes pelo criterio da capacidade elle attende não ás faculdades de consumo do homem mas ás de produção. Não é, porém, como productor que o homem precisa de justiça, elle precisa de justiça como consumidor. Da consideração desse elemento invariavel é que devem partir todas as soluções do problema social.

Os defensores da escola unica accusam os quadros da sociedade moderna por arbitrarios. Para elles não ha uma correlação justa entre a posição que cada um occupa na escala social e o seu merecimento proprio. O ideal seria então corrigir a ordem dessa hierarchia feita segundo as leis do acaso, operando a ascenção dos mais capazes e a quéda dos menos capazes. Esses seriam encaminhados para aquellas profissões que não exigem quaildades superiores. Para as profissões manuaes ou braçaes.

Mas aqui eu pergunto: seria essa uma solução pacifica da questão social? Não me parece. Seria substituir factores mais complexos e verdadeiros de selecção para attender a motivos de competencia escolar que nem sempre preponderam na vida real.

De resto, ninguem se contentará com ser condemnado perpetuamente a uma condição economica inferior necessariamente imposta pela profissão, pelo simples facto de não ter nascido um menino prodigio. O grito será sempre: "injustiça!" E entre as classes já hoje tão separadas se abrirão sulcos por ventura mais profundos, porque nessa nova hierarchia social não haverá só as differenças impostas pela condição economica (o que nada tem de humilhante) mas differenças economicas por grãos de intelligencia (o que será um motivo de rixa perpetua).

Mas os inconvenientes sociaes da escola unica não ficam nisso. Ha mais. Entre elles — e o maior — o de vir sugar as classes dos seus mais ricos valores ao mesmo tempo que favorecer o nascimento duma legião de "de classes e "depaysés" de toda a ordem. A esse respeito Foerster, Paul Bourget, Marc Bruel, De Castelnau, Narciso Nogner, Benoit Emanet (12) são cathoricos.

(12) *Cito todos esses como uma maneira de me oppôr á avalanche dos que são pela selecção.*

Para os defensores do plano da escola unica, as profissões estão hierarchizadas não segundo um criterio objectivo (o que seria o desejavel) mas de accordo com a capacidade intellectual dos que a compõem. Ha, assim, profissões superiores e profissões inferiores. As superiores são as chamadas profissões liberaes, aquellas para cujo exercicio certo psychologista exige o QI de 116 (13). As inferiores são as que pedem QI mais modesto. As manuaes, as braçaes... Para aquellas irá a élite. Para estas a escoria. Mas em rigor haverá profissão que dispense o suporte duma elite? As profissões braçaes — para me referir ás mais rudes — contentar-se-ão de homens boçaes. Claro que não. E isto quem o diz não sou eu mas Paul Bourget para quem ha tanto uma elite camponeza e uma elite proletaria como ha uma elite burgueza. “Il ya — diz elle — une elite paysanne, une elite proletarienne, comme une elite burgeoise.” (14) O interesse social o que exige é uma distribuição natural — e não artificial — dos seus valores.

Distribuição natural entendida neste sentido: que os supernormaes devem permanecer naquellas classes e illustrando aquellas profissões para as quaes estão naturalmente indicados pelo nascimento, criação e tradições de familia. Só nessa atmospheria é que elles são capazes de verdadeiro e fecundo rendimento social. Não esquecer que o ambiente em que nascemos e nos criamos é o unico que favorece, pela posse completa daquellas felizes “heranças familiaes” de que fala um sociologo — o pleno desenvolvimento das aptidões.

Só com um pessoal recrutado por linha de herança e não por linha pedagogica é que as classes serão enriquecidas e terão margem para efficiente collaboração no trabalho de cooperação social. Objectarão que o que as classes perdem em valores ganha a comunidade. Esta fará um uso systematico e consciente das capacidades á mão, distribuindo-as pelos sectores

13) *Apud Kasef.*

(14) *Apud Jules Renault — “La pedagogie des Bolchevistes”, pag. 33. Aliás, com o systema, ou preconizado, das representações profissionaes, todas as profissões devem possuir elementos de valor que possam, no syndicato ou no parlamento funccional, defender com brilho e efficiencia os seus interesses.*

para os quaes estão “logicamente” indicadas. Só dessa largamente social distribuição das competencias, dessa selecção vista do ponto de vista do Estado é que é possível uma organização á altura da grande missão cultural dos povos modernos. A taylorização do trabalho e a fabricação em serie conseguiram na ordem mecnica grande efficiencia productiva; mas a menos que o pessoal technico seja digno dessas conquistas não é possível chegar-se ao maximo dessa efficiencia. Assim raciocinam elles.

Mas respondo que olhar o individuo do ponto de vista do Estado, collocando-o directamente em face deste, fazendo abstracção das unidades intermediarias para-choques (a familia e as corporações profissionaes) esse tem sido o vicio mortal do liberalismo e do etatismo e a historia está á mão para provar que o individuo tem sido apenas uma victima.

Por outro lado, as classes como as comprehendendo são cathogorias sociaes das quaes não se póde fazer taboa raza. São realidades que não podem ser destruidas. Perigosissisimo é legislar nessa materia como quem está fazendo uma construcção logica. A organização social não é uma architectura. Pensar numa sociedade em que as classes estejam dispostas por ordem de competencia é enveredar pelo caminho da ficção. E’ puro romantismo. A ordem social é rebelde a esse delirio de geometrização. Classes não são cartas que se possam baralhar á vontade de qualquer aventureiro da sociologia. Nem as classes nem o seu conteu’do humano.

Muito menos os talentos de elite. No caso particular desses, — sabio é deixal-os dentro dos quadros sociaes a que pertencem por linha de herança. O sabio é diferencial-os. “L’interet social — disse Bourget — n’est pas d’unifier ces elites, mais d’eu accentuer les differences, dont chacune constitue un precieux et irremplacable apport, pour les harmonizer en suite.” Classes e elites o mais differentes e harmonicas possível — eis o ideal acceito pela sociologia catholica.

Promovendo a ascenção de alguns afortunados da intelligencia — que serão sempre méros “déclassés” desambientados e incapazes de pleno rendimento — a escola unica prejudica os interesses da familia e das classes. Ella prejudica os interesses do proprio individuo. Os individuos, porque um supernormal deslocado do seu meio perde, no esforço de adaptação as no-

vas situações, uma parte de energia talvez equivalente áquelle excesso de força mental que, no seu meio proprio, lhe confere superioridade sobre as intelligencias normaes. O supernormal deslocado do seu "habitat" social não descerá á cathegoria dum simples normal? Essa seria uma lei de sociologia educacional que eu suggeria á paciencia dos experimentadores.

Da familia, porque a toda ascenção individual do supernormal corresponde necessariamente, no caso, uma quéda familiar. A familia que não poderá elevar-se á posição do seu descendente brilhante — porque diante della está a escola unica operando o "rodizio" dos valores — ficará vegetando na condição, em que a deixou o Estado, abandonada dum legitimo chefe. E isso representa uma queda. Das classes por identicas razões. As classes quaesquer que ella sejam precisam de chefes. De "leaders". De homens que as façam chegar ao seu esplendor. Eu me lembro das corporações medievaes e dos "mestres". Sem esses mestres seria impossivel o "sucesso" historico das corporações.

Na idade media a profissão era abraçada por linha de herança. Não havia isso de sondar afanosamente vocações ou tropismos imaginarios para decidir da profissão da creança. Ao tropismo e á vocação — essas coisas subtis — preteria-se o criterio da herança profissional. Havia, assim, continuidade da familia e havia continuidade das classes profissionaes. Este é o ideal. Classes que se organizam sem leis de permanencia e continuidade, com um pessoal composto de "parvenus" vindos das camadas baixas e das camadas altas, não são classes mas residuos, escoria dos que não puderam ascender ás posições superiores. Falta-lhes o elemento nobremente fixador da tradição, ao mesmo tempo que desaparecerá um elemento creador de primeira ordem; o orgulho de classe, porque estes, no caso de ser modesta ou inferior, não é mais composta de "herdeiros" mas de mallogrados de toda a especie. A classe, sob a escola unica, será uma humilhação para o homem. E a questão social tornar-se-á mais tragica.

Romper com a continuidade da familia e das classes é romper com a propria continuidade social; é destruir condições essenciaes de progresso; é destruir as condições da producção mesma dos supernormaes.

A observação é de Marc Bruehl. "Les promoteurs de l'École unique — diz elle — attentifs seulement au besoin de renouveler les elites ont perdu de vue la condition primordiale de leur production: la continuité familiale".

Diante desses factos pronuncio-me radicalmente contra a escola unica e a selecção dos mais capazes. Pronuncio-me, assim contra a sua protecção pelo Estado. E isso não por motivos puramente de doutrina ou de difficuldade de ordem technica — objecções que seriam licitas mas que não cabem propriamente neste estudo — mas em virtude de motivos de outra ordem. Em virtude de motivos especificamente sociologicos, como os que acabo de imperfeitamente esboçar.

A assistencia aos mais capazes reune a seu favor os argumentos mais seductores. Entre elles, indicadores argumentos de ordem sentimental. Mas forçoso é fechar os ouvidos a essa especie de argumentação. Essa assistencia é prejudicialissima aos interesses fundamentaes da ordem social. Ella é subvertiva da familia e das classes profissionaes — das quaes significa a destruição. A formação das elites seria o ideal, como demonstrei no primeiro capitulo, mas á vista dessas e outras difficuldades o sabio é deixar que ellas se formem não compulsoria mas naturalmente... O sabio é que ellas se formem á margem das legislações.

O PENSAMENTO DE RENÉ GUÉNON

TASSO DA SILVEIRA

A posição de René Guénon, no debate sobre a significação desta hora para o Espirito, é curiosíssima e do mais vivo interesse. Também elle acha, a exemplo de Berdiaeff, Laudsberg, Maritain, a quasi totalidade dos grandes re-constructores de hoje, que é “toda a época moderna, em seu conjuncto, que representa para o mundo um periodo de crise”. E também elle pensa que chegamos ao termo da descida, e que em meio ao cáos actual brilham vagos clarões de um próximo reerguimento do espirito. E’, aliás, diz elle, “o que torna mais sensível hoje do que nunca, o caracter anormal deste estado de coisas que dura ha alguns seculos, mas cujas consequencias não se tinham ainda feito tão visíveis como neste momento.”

A sua critica, de extrema lucidez, á realidade hodierna coincide, em suas grandes linhas exteriores, com a critica dos pensadores catholicos e thomistas de mais aguda visão. Também elle aponta ao homem destes dias, no occidente, a fulguração magnifica do espirito medieuo, como norte seguro para o immenso esforço de restauração das energias espirituales perdidas em dispersão infinita.

O seu ponto de apoio, porém, é differente. René Guénon parte das doutrinas tradicionaes da India, de que se dá por unico interprete autorizado entre os povos occidentaes. Dahi, no seio do seu pensamento alto e grave, uma série de postulados inaceitaveis que viciam a sua capacidade de penetração e o impedem de desvendar a perspectiva inteira da verdade.

*

Segundo Guénon, a “negação de todo principio superior á individualidade e, por conseguinte, a reducção da civilização, em todos os dominios, aos seus elementos puramente humanos” — isto é, o individualismo, — é um dos mais importantes factores da desordem de nossa época.

Individualismo, para Guénon, confunde-se com humanismo. Ambos são um “ponto de vista profano”, que esconde o conhecimento integral da “sciencia sagrada” do mundo. E em ambos se manifesta o espirito anti-tradicional, “em que se resumem todas as tendencias especificamente modernas”.

O individualismo é, antes do mais, a negação da metaphysica, porque nega a “intuição intellectual, faculdade essencialmente supra-individual” e fundamento daquella. Entenda-se metaphysica no seu sentido verdadeiro, que nada tem

que ver com as construcções puramente racionais e as hypotheses imaginativas dos philosophos modernos, para os quaes vale mais "a nomeada de philosopho e de inventor de um novo erro do que repetir uma verdade que outros já exprimam".

Com Descartes, o pendor individualistas pôz a razão acima de tudo, "fazendo desta faculdade puramente humana e relativa a parte superior da intelligencia". Ora, essa limitação da intelligencia foi apenas uma primeira etapa da descensão. A razão, isolada, rebaixou-se cada vez mais a uma função sobretudo pratica. Uma vez negada a "intuição intellectual", não ha mais metaphysica possível, e cahimos em pleno naturalismo, pois tudo o que está para além da natureza fica fóra do alcance do individuo como tal. Assim, "emquanto alguns se obstinam em erguer uma pseudo-metaphysica, outros reconhecem mais francamente essa impossibilidade: dahi o *relativismo* sob todas as suas fórmulas, quer seja o *criticismo* de Kant, ou o *positivismo* de Augusto Comte". Natureza e *devenir*, para René Guénon, são uma só e mesma coisa. A philosophia, limitada á natureza, haveria de resultar forçosamente no *evolucionismo*, que viria a voltar-se, por sua vez, contra o racionalismo, "accusando a razão de não poder applicar-se adequadamente ao que não é senão mutação e pura multiplicidade, nem enfeixar nos seus conceitos e indefinida complexidade das coisas sensíveis". Tal é a posição tomada por essa fórmula do evolucionismo que é o *intuicionismo bergsoniano*, "que não é menos individualista nem menos metaphysico do que o racionalismo, pois, criticando-o embora, tomba ainda mais baixo, porque appella para uma faculdade propriamente infra-racional, para uma intuição sensível, muito mal definida, aliás, e mais ou menos feita de imaginação, de instincto e de sentimento".

A philosophia, diga-se de passagem, é de importancia secundaria. O seu interesse reside apenas em que ella exprime as tendencias de tal ou tal momento. O proprio cartesianismo, ponto de partida de toda a philosophia moderna, é uma resultante de um estado de espirito envolvente. A raiz do mal está na ruptura com a tradição, ruptura que já vinha de longe, e de que o Renascimento e a Reforma tinham sido etapas decisivas.

De significação mais profunda e ainda mais manifesta foi essa ruptura no terreno religioso. Fructo já do estado de alma de que o Renascimento fôra expressão eloquente, o protestantismo representou a fórmula definitiva e a revolta contra o espirito tradicional. O que criou o protestantismo foi "essa negação de principios que é a essencia mesma do individualismo. "A" autoridade da organização qualificada para interpretar a tradição religiosa do occidente, o protestantismo pretendeu substituir o a que elle chama o "livre exame", isto é, a interpretação deixada ao arbitrio de cada um, mesmo dos ignorantes e incompetentes, e fundada exclusivamente sobre o exercicio da razão humana". O resultado foi "a dispersão numa multidão sempre crescente de seitas, de que cada uma não representa senão a opinião particular de alguns individuos." Dahi para a incredulidade e o scepticismo o caminho não foi longo. Consequencia logica, aliás: sendo a religião, propriamente, uma fórmula da tradição, o espirito anti-tradicio-

nal não pôde deixar de ser anti-religioso. Eis como surgiu o cáos social do presente. Rompido o sentimento das hierarchias necessarias, as differentes forças sociaes se deslocaram de suas funcções legitimas, desbordaram umas sobre as outras, perdendo o sentido da respectiva finalidade. Subverteram-se todos os valores humanos, e a affirmação exclusiva de individuos resultou na negação final do espirito, estabelecendo-se o predomínio da materia, que faz a treva em que mal respiramos.

E' assim que a palavra "materialismo", inventada por Berkeley para designar toda theoria que admittisse a existencia real da materia (sem exclusão do espirito), passou a significar, hoje, a concepção segundo a qual nada existe além da materia e do que della procede. O que este vocabulo agora representa é, aliás, todo um estado de espirito, em si mesmo independente de qualquer theoria philosophica."

Por este motivo, toda a "sciencia" dos ultimos seculos não é mais do que o estudo do mundo sensivel. Os seus methodos são proclamados "scientificos" com exclusão de qualquer outro, o que equivale a negar toda sciencia que se não refira ás coisas materiaes.

Para nos convenceremos do exclusivo predomínio desse universal sentimento materialista da vida, basta-nos considerar o papel de relevo que desempenham hoje, na existencia dos povos como na dos individuos, os elementos de ordem economica, fazendo com que uma unica distincção social tenha permanecido, — a que se funda sobre a riqueza material. E' contra esta ultima distincção — poderia acrescentar Guénon, — que se levantam agora as forças obscuras mas formidaveis do proletariado, cuja onda esmagadora vem mostrar aos homens como, de uma subtil negação inicial, pôde surgir, no correr dos seculos, uma negação total, a exemplo da que se desdobra na Russia trágica desta hora.

*

A analyse de Guénon é pormenorizada e exhaustiva. Seria absurdo pretendemos resumir nestas poucas linhas uma doutrina que se desenvolve por cinco ou seis volumes de alentado tomo. Ahi ficam, não obstante, os seus traços essenciaes, que nos permitem perceber o quanto se identifica essa analyse com a critica no mesmo sentido desenvolvida por outros mestres hodiernos da campanha restauradora dos direitos do espirito.

Eu devia dizer, na verdade: o quanto se identifica — na apparencia. Porque tão distantes são os pontos de partida e tão diverso o sentido que, em um e outro, têm expressão que se diria designarem a mesma realidade — como "intuição intellectual", por exemplo, — que, de facto, verificamos tratar-se de simples coincidência, e não de nenhuma identidade profunda.

Antes do mais, para René Guénon, a crise actual não é simplesmente uma crise do homem, uma crise do espirito sobre a terra, mas uma crise cosmica. "... Parece que nos aproximamos, realmente, do fim de um mundo, isto é, do fim de uma época ou de um cyclo historico, que pôde aliás estar em correspondencia com um cyclo cosmico, segundo o que ensinam a este respeito todas as doutrinas tradicionaes."

Guénon parte das doutrinas do *Vedanta*, segundo as quaes cada cyclo humano (*Mauvatarā*) se divide em quatro idades, que marcam phases successivas de obscurecimento gradual da espiritualidade primitiva. Estamos presentemente na quarta idade de um desses cyclos, na "idade sombria" (*Kali-yuga*), e estamos nella ha mais de seis mil annos, no decurso dos quaes as verdades outróra accessivesi a todos os homens se tornaram de cada vez mais difficéis de attingir. Toda a nossa concepção christã, enfeixada nos limites (que, em face do obscuro pensamento da India, poderíamos dizer limpidos e precisos), da Criação, Encarnação e Redempção, — não abrange senão um simples episodio da aventura cosmica inimaginavel de que o *Vedanta* nos fala. O Christo que, para nós, constitue o centro da historia, é, nessa missão das coisas, um acontecimento secundario.

O mais importante, porém, é que tudo o que hoje nos parece pura anomalia e desordem, de certo ponto de vista é "um elemento necessario de uma ordem mais vasta, uma consequencia inevitavel das leis que regem o desenvolvimento de toda manifestação." "E sejam quaes forem as apparencias, podemos estar certos de que todos os disequilibrios parciaes e transitorios concorrem, no fim de contas, para a realização do equilibrio total."

Esta concepção explica o fatalismo e o quietismo do sábio hindú. Elle olha o mundo e as suas convulsões serenamente, porque para elle essas convulsões são uma expressão necessaria do infinito processo cosmico. René Guénon, porém, embora brahamanista, é um puro espirito do occidente. Dahi a sua preocupação contradictoria de explicar ao homem occidental o "sentido do mundo", com o fim de oriental-o para o reerguimento do espirito, — quando a sua unica attitude consequente seria a de deixar passar o curso intransformavel das coisas.

Como homem do occidente, elle sente vivamente o quanto esse fatalismo intrinseco á doutrina hindú comporta de perigo para a orientação do espirito. E procura, então, conciliar-o com o dynamismo evangelico, num esforço que, embora frustro, é admiravel.

"A civilização moderna, como todas as coisas, tem a sua razão de ser, — escreve elle, — e se ella é verdadeiramente a que termina um cyclo, póde-se dizer que é o que devia ser, que vem em seu tempo e em seu lugar: mas nem por isto deverá deixar de ser julgada segundo a palavra evangelica, tão mal comprehendida quasi sempre: "E' preciso que haja escandalo; mas desgraçado daquelle pelo qual o escandalo vem!"

Na realidade, esta palavra do Evangelho precisaria de um volume inteiro, ou de muitos volumes, para ser explicada. Porque comporta, em todo o seu desenvolvimento, os problemas da eternidade e do tempo, da Vontade de Deus, absoluta, e da vontade do homem que, não obstante, pelo dom divino do livre arbitrio, lhe póde fazer face. Quanto mais se aprofundasse, no entanto, essa concepção, mais patente se apresentaria a opposição que ella representa á doutrina vedantica. Porque nella fica a salvo a responsabilidade do homem e, portanto, a sua possibilidade e obrigação de cooperar com Deus na obra da salvação do espirito. Emquanto que, na

doutrina da India, a unica attitudo plausivel do homem está em deixar-se arrastar pelo fluxo da acção divina, que a intelligencia e a vontade humanas não poderiam de nenhuma fórma desviar.

As palavras: "desgraçado aquelle pelo qual o escandalo vem" — suggerem, no Evangelho, as penas eternas, — mysterio inalcançavel, sem dúvida, mas em que nitidamente sentimos uma das molas reaes da economia divina da Criação. Como encaixar o sentido dessas palavras na doutrina brahmanica, para a qual as forças de desordem só são de desordem na apparencia, pois de facto concorrem para a realização do equilibrio total, estando portanto destinadas, como christãmente diríamos, á salvação, — não porque venham a converter-se, mas no seu character mesmo de forças de desordem?...

UMA TRADUÇÃO DO "I FIORETTI"

PERILLO GOMES

Durval de Moraes publicou em fins do anno passado uma tradução do "I Fioretti" de S. Francisco de Assis, de que foi editora a "Livraria Catholica". Ignoro si este livro terá tido a repercussão merecida, porém desconfio que não.

Sem duvida o ambiente actual do Brasil é pouco propicio ás obras de espirito. Vive-se agora ahi um tempo em que a politica, desgraçadamente, absorve todas as atenções e quasi todas as energias.

E' verdade que isto, em si mesmo, não seria obstaculo ao successo de um livro como esse, do nosso grande poeta christão. O mal consiste em que na immensa maioria dos que se occupam e preocupam ahi com a politica, prevalece, sobre a mesma, uma concepção demasiado pratica, objectiva, naturalista, ou para usar o termo da moda, "tecnicista".

Com effeito, mesmo os que costumam collocar estas questões em plano mais elevado, não transcendem do campo das puras realidades tangiveis. Tomando a sociedade como um fim em si mesma só lhe interessa a organização do aparelhamento juridico e administrativo de modo a funcionar em harmonia com os seus anseios de justiça e patriotismo. E deste modo toda a solução do problema politico passa a depender, apenas, de um feliz programma de Governo e da composição de um Governo capaz de executal-o.

Evidentemente nós outros, catholicos, não podemos adoptar o mesmo criterio, de uma origem pantheista por muitos insuspeitada. Nós outros que somos totalistas no sentido de considerar o homem algo mais que um "animal aperfeiçoado", como um composto de corpo e alma, não podemos fundar nossa esperança em actividades sociaes que não tragam um cunho de accentuada espiritualidade.

Assim, para nós catholicos, tambem a politica tem que se enquadrar nessa exigencia. Não constitue isso uma excentricidade. Mesmo um marxista como Proudhon divisava no fundo de toda questão politica, ainda mais que uma metaphysica, como confessa George Valois, porém um problema theologico.

E não ha necessidade de ajuntar muitos argumentos, aqui, para corroborar tão incontestavel comprovação. Baste-nos uma ligeira mirada sobre o problema de maior actualidade dos nossos dias, aquelle que tres quartas partes do mundo affirma, "a pied juntillas", que é o problema fundamental do nosso tempo, isto é, o problema economico. Acaso haverá quem, em bôa fé, possa affirmar que elle existiria, si as classes dirigentes da sociedade se tivessem conservado no temor de Deus e na obediencia aos preceitos do Evangelho? E acaso se desconhecerá que esse problema ainda mais se agrava com o flagello moderno da devastação da impiedade nas classes dirigidas? A questão economica porventura não se origina da dissociação entre a Economia e a Lei Moral?

Não se póde occultar que os instinctos de destruição e os appetes de violencia tomam cada dia um incremento maior e mais impressionante. Avancamos intrepidamente para a barbarie.

E essa barbarie merece ser distinguida da outra, que nos fastos religiosos tomou o nome de "açoite de Deus", isto é, a dos barbaros do Norte, que depois de conhecer a civilização christã mudaram sua selvageria e sua rudez primitivas em docilidade "sobejamente provada na acceitação, não apenas de elementos da cultura romana, senão de toda, e ao fim, da propria civilização catholica".

A barbarie de agora é de peor especie. E' a que um eminente tradicionalista hespanhol classifica com tanta propriedade, de "puz de tumores formados pela corrupção nas entranhas das sociedades christãs". Odeia não sómente a civilização catholica como toda religião e o proprio Deus.

O Communismo chefia essa perigosa revolta da baixa natureza dos povos, infiltrando nas almas humildes o veneno da ambição. Assim, nos grandes centros industriaes, sobretudo nesta Velha Europa, ainda que as classes trabalhadoras tenham enormes e legitimas necessidades a satisfazer, não obstante a luta pelo pão toma sempre mais o aspecto de uma luta pelo Poder. Nota-se por aqui que o ideal de uma vida modesta, accomodada á sua humilde condição, ainda que a salvo mesmo de necessidades, não constitue mais uma seducção para o operario, em geral.

No seu simplismo elle, trabalhado pelos cynicos exploradores da sua ingenuidade, acredita que pode assumir o encargo de dirigir os destinos do mundo e sonha, portanto, com o advento da dictadura proletaria...

Essa exacerbação damninha dos appetites populares leva fatalmente ao horror á pobreza.

Já as classes abastadas, e mesmo as classes medias, haviam perdido o gosto e até a tolerancia pela vida simples. A paixão do conforto e do luxo as empolga inteiramente. Agora são as camadas obscuras da sociedade que se deixam arrastar nessa voragem. Querem mandar, na illusão de que, mandando, desfructarão os automoveis, os palacios e as suppostas amantes dos que hoje os dirigem...

Em uma época assim, o livro de Durval de Moraes vem a proposito, pois que tudo indica que o mundo moderno necessita, mais que nunca, da direcção do Santo Cantor. São Francisco de Assis que foi uma figura moderna de Jesus Christo, nunca interpretou tanto a doutrina e os sentimentos do seu Divino Modelo, do que na ardente devoção que á pobreza professou.

Christo nasce em infima pousada, faz-se annunciar primeiro a rudes pastores, passa trinta annos entregue a misteres servis em casa de pobres carpinteiros, e em toda a sua vida de homem não chega a possuir uma pedra sobre que recline a cabeça. E com isto quiz vendar aos olhos da humanidade desvairada os thesouros que esconde uma vida de abnegação e de humildade. São Francisco vê a mesma humanidade de novo transtornada pela ansia das cubicas, e ergue um cantico sublime á Senhora Pobreza, na ternura do seu estro, na mortificação da sua carne, no fervor da sua oração, na renuncia a todos os prazeres do mundo, no amor a todos os soffrimentos da vida, no confiado abandono ás promessas de Christo e aos designios de Deus.

Em torno do Santo Patriarcha da Umbria, como outr'ora em torno do Mestre, na Galiléa, cerram fileiras seus discipulos. Procedentes, como os Apostolos, de origens tão diversas, a primeira familia franciscana, como o seu chefe, funda na pobreza todas as suas esperanças de victoria, de santidade.

"I Fioretti" é um hymno entoadado á gloria immortal dessas almas legendarias, que triumpharam sobre o mundo pela penitencia, pela immolação, pela pureza, pela prece e pela caridade.

Não se trata de uma narrativa heroica, destinada a deslumbrar e a commover. Seus personagens nem sempre são collocados á immensa distancia de nós, como seres predestinados, de uma perfeição absoluta.

Ao contrario. Ha muita humanidade misturada á sua santidade. Sente-se, aqui e alli, o drama, o conflicto da má com a boa natureza, do homem degradado com o homem redimido. E o interesse com que acompanhamos o desenrolar desses vivos episodios, como que nos envolve nas suas alternativas. Em conclusão, "I Fioretti" é um desses livros cuja leitura, ao terminar, nos deixa a consoladora impressão de que alguma coisa de bom, alguma coisa daquella "justiça, paz e gozo no Espirito Santo", germina, floresce nas profundezas do nosso mundo interior.

Para que dizer mais, com o fim de persuadir de que sua leitura se impõe em nossos dias tormentosos?

Afortunadamente encarregou-se de vertel-a para o nosso idioma uma dessas almas privilegiadas, a quem Deus concede os dons da intuição da Suprema Belleza. Temperamento mystico, espirito affeito a contemplação das paisagens espirituaes, poeta, e um dos mais eloquentes cantores da legenda franciscana na lingua de Camões, Durval de Moraes, por todos os titulos estava indicado para enriquecer a bibliographia brasileira com essa traducção.

Sabem os entendidos quanto é difficil fazer uma traducção do "I Fioretti". Difficultades philologicas, historicas, doutrinarias, psychologicas, sentimentaes, etc. Em resumo: quem se propõe a um tal empreendimento só tem diante de si estas duas alternativas: triumphar ou fracassar. Não ha meio termo, porque, no caso, só se póde fazer obra notavel ou obra ridicula.

Dizer, pois, que Durval de Moraes triumphou na sua traducção, o que não é favor nenhum reconhecer, é implicitamente dizer que a sua traducção do "I Fioretti" conserva a frescura, a emoção, a poesia, a suggestão, a belleza, todas as virtudes de expressão do original. E isto equivale a dizer que o seu trabalho é notavel.

E' com alegria que eu lhe faço esta justiça.

Estou certo de que, em sua modestia, elle preferiria que eu dissesse todo bem possivel do livro sem consideração nenhuma pela parte que lhe cabe nesse trabalho. "Que importa ao pobre trovador, arrancado por ti, pae meu S. Francisco, aos applausos do mundo para o silencio do teu silencio", diz elle, de si proprio, na introducção com que abre essas paginas de uma formosura ineffavel!

Sei bem que, agora mais do que nunca, lhe apraz o silencio, porque a solidão das almas como a sua é um tumulto de sensações sobrenaturaes. Demais, ha que reconhecer sobejas razões á musa inspirada do Carmello:

"Quien a Dios tiene
Nada le falta:
Sólo Dios basta".

Comtudo, não era possivel falar dessa primorosa versão brasileira do "I Fioretti" sem juntar algumas palavras de gratidão dirigidas a quem prestou tão grande serviço ás nossas letras e, mais ainda, ás almas que não desertaram da sua fé, em Terras de Santa Cruz.

E' este o sentido da homenagem que rendo aqui ao bom amigo, velho e querido companheiro do "Centro D. Vital".

NOTICIA DE PORTO VELHO

A chronica de Publio Dias sobre Porto Velho, inserida em o numero de janeiro, provocou de Mario de Andrade uma replica que inserimos com satisfação, sem comtudo tomarmos "partido"... Não conhecemos Porto Velho, o pittoresco das suas paysagens, a egreja que se levanta... Publio Dias e Mario de Andrade andaram por lá... Ouçamos o ultimo:

"S. Paulo, 17-III-1933 — Sr. Tristão de Ataíde, director da revista "A Ordem".

No numero de janeiro de vossa revista, leio á pagina 36, a seguinte afirmação a respeito da igreja catholico de Porto Velho: "Mas no alto duma elevação, na parte brasileira da cidade e bem perto da vasta loja maçonica, se eleva uma grande igreja em construcção. Até, por signal, o escriptor Mario de Andrade, passando por Porto Velho, disse que era uma igreja em ruinas. Isso num artigo em que pretendia provar a decadencia do sentimento religioso no Brasil (o grifo é meu).

Sem fazer ao sr. Publio Dias a injuria de imaginar que pretendeu me injuriar, me dando por mentiroso, o certo é que a frase deturpa o que affirmei, pois parece por ella que o que já fôra templo, era agora abandono. Argumento aliás fragilimo para quem pretendesse provar "a decadencia do espirito religioso no Brasil", e não apenas estudar de que maneira se manifestava a religiosidade do brasileiro, que foi o que eu pretendi.

Mas, pelo meu texto, v. s. verá melhor o que affirmei: "Quando estive em Porto Velho (em 1927) para conhecer a Madeira-Mamoré, notei na cidade importante e nova, umas ruinas, paredões descobertos e imponentes. Me falaram que ara a unica igreja catholica da cidade. Não foi possivel acabar, estava abandonada, porquê a religião local era a protestante (Rev. Nova, n. 3, p. 492).

Resta saber si eu tinha o direito de chamar de ruínas" á construcção não continuada. Mas v. s. sossegue que não vou lhe fazer nenhuma digressão etimologica sobre o conccito da palavra. Apenas ajunto a esta carta o negativo tirado por mim, do que vi e chamei de ruínas, e de que, seis anos passados, o sr. Publio Dias nos dá noticia de que está em construcção outra vez. V. S. terá todo o tempo que exigir para autenticar esse negativo, até que o meu amigo Prudente de Moraes Neto passe por essa redação para buscar um documento que já agora não quero perder.

Sem mais, na esperança de ler no seu mensario esta retificação que me é devida. — Sou muito cordealmente, *Mario de Andrade.*"

A MAÇONARIA NO BRASIL

BARTHOLOMEU DE ALMEIDA

Não podem ficar sem observações e reparos os artigos sobre a Maçonaria no Brasil, da lavra do Sr. Dr. Lucio J. dos Santos.

Antes de tudo, muito mal impressiona tractar o autor da origem da Maçonaria sem a minima referencia ao judaismo. Quem do judeo prescinde no estudo da Maçonaria não póde della formar um conceito exacto, nem medir o alcance da sua acção, ha de ser superficial. Sem origem judaica e direcção judia não se comprehende da Maçonaria a duração, sem o seu character cosmopolita de aspiração universal. Quem lhe dá a unidade do fim e a sustenta uniforme em toda a parte, sempre inimiga rancorosa da Igreja é a synagoga.

No mundo tudo muda, mas o judeo não muda, é sempre o mesmo; e a Maçonaria tambem é sempre a mesma. O judeo não tem patria, a Maçonaria é internacional; o judeo sonha o dominio do mundo, a Maçonaria pretende a republica universal. O judeo é o povo deicida, a maçonaria não esquece a blasphemia de Voltaire. O nosso fim principal, diz ella na "*Instrucção secreta e permanente da Alta-Venda*", é o de Voltaire e da Revolução Franceza; o aniquilamento perpetuo do Catholicismo e até da idéa christã (1).

Não denotam essas semelhanças sempre affinidades mas o parentesco arraigado e profundo da causa com o effeito.

Sociedade de natureza secreta e além disso politica, religiosa e cosmopolita, que em seu gremio abarca gente de todas as religiões, de todos os credos politicos, de todas as classes sociaes, ha de forçosamente se ingerir em commercio, em sciencia, em politica, em religião. Ha de apparecer em tudo quanto for exercicio da actividade humana. Ha de ter influencia decisiva na vida dos povos. Todavia, conforme o parecer do Sr. Reitor da Universidade de Minas, nos devemos corrigir da inclinação de querer ver a Maçonaria em tudo.

E' esta a seu parecer a condição primordial para com justeza apreciar o papel da seita. Dar á seita a importancia de factor permanente e preponderante em todas as grandes transformações da sociedade é exagero nocivo, diz elle, e importa a derrocada dos factores historicos que determinam os acontecimentos.

(1) D. Vital — Pastoral, "A Maçonaria e os Jesuitas".

Da hypothese de serem maçonicos os factores historicos, não ha cogitar; ou acção maçonica ou factores historicos. A antinomia é irreductivel, não ha conversão possivel.

Do terremoto narra a Historia as calamitosas consequencias, sem se preocupar com os antecedentes d'elle. E' absurdo pretender dar-lhe factores historicos; entra na Historia o tremor de terra por intrusão. De modo que são os factores historicos da esphera dos acontecimentos humanos.

Acontecimento humano, facto humano, quer dizer acção humana, acto practicado pelo homem. Para o dominio da Historia, passam os feitos dignos de serem celebrados pela sua grandeza, os de interesse geral, os de influencia e repercussão na vida dos povos.

Portanto, são os factores historicos um recurso de quem não quer dar ao facto historico, causa intelligente e livre causa humana. Um recurso de quem tenta esconder a causa real, da eficiencia directa no facto: a causa intelligente que idealisa, calcula, prepara, aproveita as circumstancias, remove os obstaculos e leva a idéa até o desfecho final que a torna realidade historica.

Sem acção individual, sem acção humana não ha causa real para eficiencia de um facto. Só o homem concebe a idéa, por ella se apaixona, com ella se identifica, por ella vai até o sacrificio.

Desamparada de cultivo e de paladinos todo idéa tende a morrer, não ha factores historicos capazes de prever estorvos, remover impedimentos e fazel-a vingar. E as paixões humanas? Por si mesmas, só produzem devassos, ladrões, assassinos. Jogar com ellas, dando-lhes a disposição de exercito aguerrido a serviço de uma bandeira, é da alçada exclusiva da acção individual e intelligente do homem.

E o povo, a nação? *La nation est un grand troupeau qui ne songe qu'apaitre, et qu'avec de bons chiens les bergers menent à leur gré.* Nestes termos, nas vespéras da revolução, tudo espera Mirabeau de pastores e rafeitos, não conta com factores historicos.

Por isso se diz a Maçonaria, aos seus intimos, uma especie de laboratorio, onde se combinam as grandes idéas, onde ganham ellas força e vigor, para se espalharem pelo mundo profano, de uma maneira positiva, real e pratica. (1).

Evidentemente, na manipulação das idéas e dos factos é infallivel o successo quando nessa labuta se empenha todo o esforço de uma instituição que conhece o mundo e não é d'elle conhecida.

Accresce ainda que a Maçonaria não é uma associação só de outras, a sua constituição vital consiste em muitas associações organizadas por superposição de grupos, de modos que as superiores são para as inferiores verdadeiras sociedades secretas.

Assim, pois, sem ser vista e sem ser sentida, se exerce a suprema direcção, e permanece sempre occulta atraz das indi-

(1) Fr.: Gablet d'aviella.

vidualidades que lhe obedecem ás aspirações, podendo cada uma dellas de per si presumir de suprema.

Do alto da pyramide, por esta mysteriosa engrenagem, vão passando as sugestões, as idéas, as vontades, até chegarem ao mundo profano. Nesta engenhosa estructura, é claro, tudo concorre para maior garantia e efficacia do poder occulto. Idéa, preparo, realidade. Após a realidade, após a revolução, chega a vez dos factores historicos, a elles então compete fantasiar o disfarce, a acção do poder occulto, distrahir a Historia para longe das verdadeiras causas dos acontecimentos.

Com elles sahe a Historia bem conforme aos moldes da seita, desaparece a causa real, a causa humana e vão-se os factores e quiçá os phenomenos se desentranhando da evolução das cousas e dos acontecimentos.

Entretanto, narrada por esse theor é um enigma a Revolução Franceza. Quem lê Taine procura e não encontra causa proporcionada á grandeza colossal da catastrophe... *vous êtres toujours tenté de vous demander s'il n'y a pas quelque chose derrière la page*, assim se refere um judicioso á obra do historiador positivista. *Anarchia espontanea!* E' um expediente, um artificio, uma expressão de Taine, que magnificamente enfeicha todos os factores historicos, mas é um enigma a escorar outros enigmas. Por terra os factores historicos, apparecem as causas humanas, surgem os pastores e os cães de Mirabeau e tudo se explica e tudo se entende. Ante as ruinas fumegantes da Revolução em 1794 exulta de satisfação o *Grande Capitulo* dos maçons allemães, e exclama: A ordem maçônica revolucionou os povos da Europa por muitas gerações. (1).

O ponto de vista do Sr. Dr. Lucio J dos Santos, estudando a Maçonaria no Brasil, não é bem catholico, mas é muito republicano.

Agora vamos ver porque convem "não propender a ver a Maçonaria em tudo, nem tel-a em conta de factor permanente e preponderante dos acontecimentos. Vamos ver porque devem os catholicos se precaver para não cairem na facilidade de attribuir á Maçonaria uma importancia e um valor que ella não tem".

Dahi resulta que no estudo da Maçonaria é bom arriscar um olho só, é bom ser superficial, ou por outra, o ponto de vista deve ser republicano e por conseguinte maçônico.

No trabalho do Sr. Dr. Lucio J. dos Santos estas idéas e pareceres se ajustam e se uniformizam á feição de dentes de pente ou de almofada com que se dispõe elle ao improficuo labor de alimpar a cabeça de Tiradentes e a cabeneira da Republica da caspa dos pregoeiros da laboriosa incubação maçônica da Inconfidencia e da republica.

A Inconfidencia — Para concluir que em 1789 ainda não havia Maçonaria no Brasil, o Sr. Reitor da U. de Minas assen-

(1) D. Vital, op. cit.

tuou com todas as honras da verdade inconcussa, ser nesse tempo a Maçonaria, em Portugal, perseguida com violencia, com tanta violencia que difficil se tornava penetrar no Brasil.

Infeliz parto de imaginação.

Desta phantastica premissa começa logo a esboroar-se a consistencia, quando vemos que toda a severa suspeita do governo portuguez cifra-se apenas em conseguir impedir o desenvolvimento da Maçonaria em Lisboa pelo menos até 1797.

Continúa o Sr. Reitor, "com mais forte razão na cidade da Bahia era incomparavelmente mais facil essa tarefa". Que tarefa? Um lamentavel equivoco faz consistir a tarefa em impedir o desenvolvimento da Maçonaria em Lisboa.

Suppôr no Brasil alfandegas vigilantes incumbidas de negar desembarque á Maçonaria é de uma ingenuidade infantil, para não dizer chimera, sonho *tacitae noctis imago*.

Basta, porém, um pouco de bom senso para se restabelecer a verdade, e bem antes de 1789 ha de se nos deparar a seita maçonica no Brasil não em trajes infantis, mas já taluda, de aventaes e fitões bem gastos e bezuntados.

Cumprê primeiro não esquecer por esse tempo a Europa nas vespèras da grande revolução e por conseguinte o intenso e fogo trabalho das lojas na manipulação dos direitos do homem, no antecipado e calculado preparo do Terror. E' bom tambem recordar que desde 1750 foi Pombal ministro de D. José, para logo mais inteirarmos que é rematado utopista imaginar por esse tempo perseguida com violencia a Maçonaria em Portugal.

Além disso, anterior á Inconfidencia Mineira é a expulsão dos Jesuitas do Brasil. Violencia incomprehensivel sem uma vasta e bem urdida campanha de odio e de diffamação, tramada por um poder occulto e internacional, forte bastante, capaz de conspirar efficazmente contra o prestigio duas vezes secular da Companhia.

Aranda, Choiseul, Pombal, Tanucci denunciam a desmarcada proporção da guerra, as baterias da seita. "Tanto a perseguição aos Jesuitas, como a Revolução Franceza foram obra da Maçonaria". (1).

Se com requintes de infamia na Metropole o famigerado Marquez a tanto se atirou sanhudo contra a Companhia, na Colonia os Jesuitas, nos Bispos do Pará e do Rio de Janeiro, tiveram os dous mui terriveis e crueis de seus algozes.

Porventura não é sufficiente a consideração destes factos para nos levar a concluir delles não só a existencia no Brasil por esse tempo da infernal seita Maçonica, mas a triste realidade de Bispos, padres e frades... cooperando com ella em tão estúpida iniquidade!

Ainda mais, quanto judeo não teria attrahido para a Capitania de Minas Geraes, só o nome de Villa Rica, com a famosa profusão de suas minas inexauriveis. Menor não havia de ser a colonia israelita em volta dos diamantes do Tejuco. Nunca têm os judeos os arraiaes desprovidos de tendas maçonicas, o mais seguro disfarce da sua actividade e do seu poder.

Desapercebido não póde passar o constrangimento do

(1) D. Vital, ep. cit.

Sr. Reitor, quando com *um parece fóra de duvida*, allude a possibilidade de terem sido maçonicos os conjurados da Inconfidencia que haviam estudado na Europa.

Conforme a constituição dos Illuminados, merecem os academicos e as casas de ensino o melhor das suas atenções e cuidados; encarecidamente recommenda esse código aos Regentes nunca perde-las de vista. E' preciso, continúa o Código, por todos os meios ganhar o coração dos moços, afim de que a nossa sociedade seja delles a preocupação favorita e constante.

Assim não parece fóra de duvida, é fóra de duvida que os Brasileiros das Universidades e Academias europeas, á Colonia voltavam não só formados mas iniciados nos segredos do Illuminismo allemão.

Em 1780, conta Mons. Delassus citando Barruel, foi convocado para o anno seguinte, uma assembléa geral maçonica para a cidade de Wilhelmsbad, na Allemanha. A' este congresso compareceram deputados da Europa toda, da Africa, da Asia, e até... *du fond même de l'Amérique*. Quem sabe se estes confins da America não seria Villa Rica ou o Tejuco?

Mas, emfim, para contaminar toda a Capitania de Minas Geraes era bastante a sizania de José Alves Maciel, homem de rara instrucção, viajado, na Europa feito bacharel em sciencias naturaes, e de coração encandecido nas fornaihas do sectarismo maçonico.

Esses moços, patriotas e sectarios dizemos nós, nada tentaram por si mesmos... entraram na conspiração por outros tramada... um delles, Domingos V. Barbosa, desempenhou papel muito secundario.

Dahi quer o Sr. Reitor concluir ter sido a Inconfidencia innocente de Maçonismo.

Não tem por habito a Maçonaria collocar na estacada os seus delegados e agentes quando encarregados da direcção de um movimento revolucionario, tudo costuma ser feito por insinuações, de modo a não se perceber quem manda, quem dirige. E' mais seguro e efficaz superintender de fóra, do lado, ás escuras, a marcha dos acontecimentos. No já por nós alludido congresso de Wilhelmsbad, Knigge a elle enviado como representante de Adão Weishaupt, com a alta missão de confraternisar as diversas seitas no movimento revolucionario, Knigge, o mentor supremo do convento, julgou mais conveniente e de melhor alvitre fazer-se o porteiro da assembléa. E desta maneira, sem ser muito visto e sentido, da porta da rua, por meio de seus confidentes, dirigiu com segurança e proveito o andamento do congresso.

Não passa tambem de ingenua simplicidade julgar possível, encontrarem-se em processos crimes, vestigios de acção maçonica. Quanto mais maçonico for o crime, o réo, o juiz, maior ha de ser a dissimulação, o disfarce, a hypocrisia, para melhor successo da pretensão maçonica. No interrogatorio do culpado, na qualificação das testemunhas muita cousa se pergunta, tudo se quer saber, mas se é Fr.:. M.:. a que Loja pertence, quando e por que rito se iniciou são cousas de que ninguém cogita indagar. E depois, como nos ensina Leão XIII — sob apparencias illusorias e fazendo da dissimulação uma regra de proceder, como outrora os manicheus, os F.:. M.:.

não se poupam a esforços para se encobrirem e não terem de suas façanhas outras testemunhas senão os seus cúmplices.

Obstinadamente affeita em zelar pelo prestigio das suas lojas é perfeitamente explicavel o papel da seita em se dizer ausente do Brasil em 1789.

Que interesse póde ter a Maçonaria em fazer sua uma conspiração que não vingou?

Encampar um movimento cujo desenlace foi levar o Tiradentes ao patibulo?

Exalta e exagera a sua acção e preponderancia num feito a Maçonaria quando dahi lhe advem vantagem, benemerencia.

E' antimaçonico revelar a seita as suas decepções e derrotas, de modo que nunca havia ella de confessar ter inaugurado a sua actuação no Brasil com um estrondoso fiasco.

Por ultimo resta o triangulo do devoto Tiradentes, de Tiradentes santamente animado por motivos muito alheios a quaesquer preocupações maçonicas. E' o caso de bradar: alerta! In cauda venenum.

E' uma vereda de grande redução que se offerece aos catholicos filiados á seita.

Por ahi hão de tranquillizar-se muitas consciencias que nas Lojas mineiras vão encontrar a memoria do devoto heróe da Inconfidencia entrelaçada, confundida com a lembrança do Veneravel ∴ protagonista do advento da Maçonaria na Comarca de Serro.

DEMOGRAPHIA DA U. R. S. S.

NATALIDADE E MORTALIDADE

Ha tempos, em uma conferencia, tive occasião de demonstrar como a concepção materialista da familia levava ao suicidio biologico e como as nações occidentaes, que ha muito tempo vinham soffrendo desse mal, tinham uma natalidade muito inferior á russa, de modo que a verdadeira revolução russa seria uma victoria da prolificidade do camponez russo em confronto com a esterilidade do burguez europeu. Encontraram uma contradicção nesse argumento, pois se a Russia era hoje a terra typica da concepção materialista da familia e do casamento, como podia ter indice tão alto da natalidade em confronto com as nações do occidente?

A resposta era facil. As novas theorias communistas sobre o casamento eram recentes e ainda não tinham tido tempo de attingir o cerne da população rural russa, onde estava a grande reserva, ethnica desse povo. Só as cidades estavam penetradas de materialismo sexual. O campo ainda conservava os seus costumes naturaes e sadios. Foi a resposta que dei.

Agora vem esse artigo, que hoje publicamos em traducção, da autoria de Fernand Boverat, vice presidente do Conselho Superior da Natalidade, em França, e publicado na revista "Musée Social", de Julho de 1932, responder com dados estatisticos mais exactos aquella objecção, confirmando aliás a resposta anteriormente dada na base apenas do raciocínio e do bom senso. O exame dessas cifras da realidade demographica russa moderna são tão eloquentes, por si mesmas que não só confirmam, abundantemente, a resposta que dei á objecção, mas ainda illustram, de modo luminoso, o caminho do aniquilamento racial, a que levam todas as nações e todos os regimens, a pratica do anti-concepcionismo e, em geral, a concepção egoista do casamento e as tentativas de aniquilamento da familia.

T. de A.

E' o seguinte o artigo do Sr. Fernand Boverat:

Em que situação está a Russia, quanto á natalidade? A miseria reduziu a fecundidade da raça? A multiplicação dos abortos fez decrescer o numero de nascimentos? As privações fizeram aumentar a mortalidade?

E' difficil obter estatisticas russas: os pedidos ás autoridades sovieticas em Paris ou á embaixada da França em Moscou ficam sem resposta.

Entretanto, esperamos esclarecer um pouco esses problemas complexos, graças a numeros officiaes, originarios das autoridades sovieticas, que obtivemos, alguns, concernentes á U. R. S. S., na série dos anuarios estatisticos do Reich alemão; outros, relativos ás cidades russas, nos anuarios esta-

tísticos das grandes cidades, publicados em Haya, pelo escritório permanente do Instituto Internacional de Estatística, e nos relatórios epidemiológicos mensaes, publicados em Geneve pela Sociedade das Nações.

Essas estatísticas soviéticas aparecem com certa irregularidade e certa demora. Ainda não foram publicados totaes relativos a toda U. R. S. S., posteriores a 1926. Em compensação estamos convictos de que os totaes publicados não estão falseados, de que são sinceros e de que podem, conseguintemente, servir de base a um estudo sério, levando em conta que a imperfeição da administração russa e o numero ainda avultado dos illetrados não permite apurar totaes de grande exatidão.

DIMINUIÇÃO DA TAXA DA NATALIDADE

Qual, segundo os ultimos resultados publicados, o numero de nascimentos na Russia? Eis a apuração:

NATALIDADE RUSSA EM 1926-1927

<i>Regiões</i>	População recenseada em 1926	Nascimentos	Taxa por 1.000 habitantes
Republica federativa soviética (parte europeá), (1927)....	82.045.000	3.599.624	42,8
Russia branca (1927).....	4.988.000	194.633	38,6
Ukraina (1927)	29.018.000	1.165.164	39,4
Russia da Asia (1926).....	30.980.000	1.341.000	43,3
Totales.....	147.026.000	6.300.421	42,1

O quadro seguinte resume o movimento da natalidade na Russia Europeá, em 1925, ano em que, parece, tornaram-se as estatísticas bastante completas, e no decorrer dos anos seguintes (população em 1926: 116 milhões de habitantes).

NATALIDADE DA U. R. S. S. (PARTE EUROPEÁ)

ANNOS	Republica federativa soviética	Numero de nascimentos	%	Russia branca	numero de nascimentos	%	Ukraina	Numero de nascimentos	%	Russia europeá	numero de nascimentos	%
1925	3.565.516	44,5	172.335	41,8	1.185.028	42,7	4.922.879	43,5				
1926	3.519.888	42,9	202.800	40,7	1.176.395	41,3	4.899.083	42,2				
1927	3.599.624	42,8	194.633	38,6	1.165.164	40,1	4.959.421	42,8				
1928	—	—	—	—	1.115.786	37,1	—	—				
1929	—	—	—	—	1.039.995	34,0	—	—				

Os numeros relativos á Republica federativa indicam a quéda do indice da natalidade; entretanto, como se referem apenas a tres anos, não queremos concluir. Recordaremos apenas que, para a Russia Européa, era de 50 por 1.000 em 1895 e de 43,9 em 1909, indice pouco diferente do actual.

Em compensação, cabe salientar a quéda rapida do indice da natalidade na Ukraina, tanto mais tratando-se de uma região de prospera agricultura, rica mineração, industria e commercio e franco desenvolvimento, que foi influenciada pelas doutrinas sovieticas mais rapidamente e mais profundamente que as demais regiões da Russia, exceto os grandes centros urbano e zonas circumvizinhas.

E' necessario não esquecer, além disso, quando examinamos as estatisticas demographicas russas, que a média da idade da população russa é fraca, o que aumenta o numero de individuos capazes de procrear e reduz o numero de velhos, entre os quaes é muito forte a mortalidade.

DIMINUIÇÃO DO INDICE DA MORTALIDADE

Si o indice da natalidade diminuiu na Russia nos ultimos quarenta anos, o mesmo succedeu ao de mortalidade, que era para a Russia Européa ,de 35 por 1.000 em 1895, de 29 por 1.000 em 1909 (com 3.365.000 falecimentos) e desceu a 21 por mil em 1929.

Eis o detalhe para toda a U. R. S. S.:

MORTALIDADE RUSSA EM 1926-1927

<i>Regiões</i>	População recenseada em 1926	Mortes	Indice por 1.000 habitantes
Republica federativa sovietica (parte européa), (1927)	82.045.000	1.817.022	22,3
Russia branca (1927.)	4.983.000	70.933	14,1
Ukraina (1927)	29.018.000	516.165	17,8
Russia Asiatica (1926).....	30.980.000	653.000	21,1
Tota es.....	147.026.000	3.075.120	20,8

O quadro seguinte fornece a verificação da baixa da mortalidade na Russia Européa, sobretudo na Ukraina, depois de 1925, graças á diminuição da miseria e aos esforços do governo sovietico pela hygiene publica e pela profilaxia das mais graves doenças contagiosas:

Mortalidade na U. R. S. S. (parte europeá):

ANNOS	Republica federativa soviética		Russia branca		Ukraina		Russia Europeá	
	Numero de falecimentos	%	Numero de falecimentos	%	Numero de falecimentos	%	Numero de falecimentos	%
1925	1.936.207	24,4	78.150	18,9	531.819	19,2	2.546.176	21,9
1926	1.936.207	24,4	78.160	18,9	531.819	19,2	2.546.176	21,9
1927	1.817.022	22,3	70.933	14,1	516.165	17,8	2.404.120	20,7
1928	—	—	—	—	488.686	16,3	—	—
1929	—	—	—	—	522.070	17,0	—	—

EXCESSO DOS NASCIMENTOS SOBRE OS OBITOS

Si compararmos os quadros da natalidade e da mortalidade, verificamos que o excesso de nascimentos sobre os obitos foi, em 1927, de 1.782.602 para a Republica federativa soviética (parte europeá), de 130.550 para a Russia branca, de 648.999 para a Ukraina, ou seja um saldo de 2.562.151 para a Russia Europeá, contra os de 1.325.335 em 1895 e de 1.759.233 em 1907. Para o conjunto da U. R. S. S. o excesso de nascimentos foi, aproximadamente, em 1927, de 3.243.000.

Para a Ukraina, o saldo de nascimentos foi de 653.209 em 1925, de 668.834 em 1926, de 648.999 em 1927, de 627.100 em 1928, de 517.925 em 1929...

Dos numeros que reunimos e apresentámos acima resulta que a diminuição dos indices da natalidade e da mortalidade que se manifestava na Russia anteriormente á guerra, recommençou a se manifestar a partir de 1925. Si a situação economica do paiz continúa a melhorar, sem duvida a mortalidade descera a numeros muito inferiores ao total de agora, pois a proporção dos velhos é muito fraca na Russia e a das creanças de pouca idade continuará, segundo as mais verosimeis previsões, a decrescer rapidamente.

Entretanto, sem mais demora, podemos afirmar que si, no momento presente, a Russia tem ainda um indice de natalidade alto, é porque a fecundidade continúa muito forte nas massas camponesas, que constituem oitenta por cento da população.

DECRESCIMO RAPIDO DA NATALIDADE

Com effeito, as estatisticas soviéticas publicadas pelos "Relatorios epidemiologicos" de Genève mostram, que nas grandes cidades da Russia e da Ukraina, o indice de natalidade decresce com rapidez extrema, como o quadro junto salienta :

**CENTRO DOM VITAL
BIBLIOTECA**

NUMERO DE NASCIMENTOS POR 1.000 HABITANTES

Anos	Leningrad	Moscow	Kiew	Odéssa
1915	27,8	31,7	26,0	30,8
1926	27,8	29,8	23,9	25,4
1927	24,7	25,5	21,3	21,5
1928	22,6	24,5	18,1	17,9
1929	22,1	24,9	—	—
1930	21,3	—	—	—

De relance verificamos, por esse quadro, com que rapidez baixou a fecundidade da população das cidades consideradas.

A redução que se produziu em seis annos em Leningrad, em quatro em Kiew e Odéssa, constitue um fenomeno demografico extraordinario, jámais constatado sobre populações isentas de epidemias, de fomes prolongadas ou de guerras. Ora, taes populações tiveram sua situação economica melhora sensivelmente, embora continue precaria.

Mas o que torna o decrescimo da fecundidade das aglomerações urbanas consideradas muito mais rapido ainda do que parece á primeira vista, é que no decorrer dos annos considerados a composição por idade das suas populações modificou-se sensivelmente e num sentido que deveria fazer resaltar fortemente sua fecundidade.

Com efeito, nos annos da revolução e nos primeiros annos do regimen sovietico essas cidades esvasiaram-se; Leningrad e Moscow perderam, nessa época, aquella mais da metade e a ultima o terço de suas populações; grande numero de habitantes, velhos e crianças, principalmente, morreram de miseria ou de doenças, causadas pelo frio; maior numero, ainda, não podendo ganhar a vida, nesses grandes centros urbanos, onde estava paralyzada a atividade economica, regressou aos campos de onde eram originarios, na esperança de ahí mais facilmente subsistir. Dessa maneira, Moscow desceu de 1.754.000 habitantes em 1914, a 1.176.000 em 1921 e Leningrad de 2.717.000 a 830.000.

Mas, a partir de 1922, produz-se um movimento inverso: em 1927 Moscow alcança 2.083.000 habitantes e Leningrad 1.627.000, e, posteriormente, a imigração urbana só tem aumentado com a execução do plano quinquenal para a industrialização do paiz.

E' claro que as massas que afluem dos campos ás cidades são de jovens; disso louvam-se as autoridades sovieticas, salientando que em certas oficinas imensas os operarios, com raras exceções, têm menos de 25 annos e os contramestres menos de 30.

A composição por idade das populações das grandes cidades russas, é, portanto, atualmente, anormal ;os individuos que atravessam a phase normalmente mais fecunda de sua existencia entram em proporção maior do que em qualquer

outra aglomeração européa: a natalidade deveria ser formidável.

Taxas de 21 por 1.000 como em Leningrad, de 18 por 1.000 como em Kiew e Odéssa, são, pois, na verdade, fraquíssimas: correspondem a uma fecundidade real, quando muito igual á das grandes cidades francezas mais desfavorecidas.

Mas, trata-se, na U. R. S. S., de populações que até ao presente tinham sido extremamente prolificas. A esterilidade atingiu-as como um raio e por extraordinario que seja o fenomeno politico e economico constituido pela tentativa de comunismo dos Soviets, o desenvolvimento inverosimil da natalidade constitue outro muito mais fantastico e cujas consequencias serão, de certo, infinitamente mais duraveis.

CAUSAS DA DIMINUIÇÃO DA NATALIDADE

As causas essenciaes da diminuição da natalidade parecem ser as seguintes:

1º. A autorisação e a organização official da pratica dos abortos, ligada á difusão do conhecimento dos processos anti-concepcionaes;

2º. A nova legislação da familia, que lhe tira toda estabilidade.

ORGANISAÇÃO OFFICIAL DA PRATICA DO ABORTO

O decreto de 18 de novembro de 1920 autorizou o aborto praticado nos hospitaes ou em outras instituições para esse fim designadas pelas autoridades. O fim essencial desta resolução foi de suprimir as praticas clandestinas do aborto: estas são prohibidas por lei, sendo os medicos, parteiras ou quaesquer outras pessoas que violarem esta interdição, sujeitos á pena de prisão ou de trabalhos forçados, sem que, entretanto, pena alguma seja prevista para a propria abortada.

A mulher que desejar fazer-se abortar é sujeita ao julgamento de uma commissão composta de tres mulheres (uma doutora, uma representante do commissariado da saude publica e uma funcionaria exercendo as funcções de secretaria). A autorisação só póde ser concedida se a gravidez data de menos de tres mezes; isto posto, tem a comissão amplas atribuições para resolver e a autorisação é dada liberalmente, sobretudo justificada por motivos de saude, de idade, de insuficiencia de domicilio ou de salario. São praticados abortos mesmo para a primeira gravidez e não são raras mulheres operadas varias vezes no mesmo ano.

Numerosas clinicas especiaes foram preparadas nas cidades para estas operações. Moscow contava treze, em fins de 1931, com perto de mil leitos.

O numero de praticas legais do aborto em Moscow foi, segundo as estatisticas sovieticas, de 6.723 em 1921, de 10,152 em 1924 e de 40.001 em 1927; segundo o numero de leitos e a duração da permanencia das clientes, deve aproximar-se de 80.000 em 1931, um unico dos estabelecimentos praticando, conforme recente depoimento de seu cirurgião-chefe, 20.000 abortos por ano.

Em Leningrad as estatísticas soviéticas indicam 6.692 abortos em 1924, 35.523 em 1927, 67.000 em 1929. O índice dos abortos para a população era, neste último ano, de 31,5 por 1.000, ao passo que o da natalidade era apenas de 22.

A proporção dos abortos nas pequenas cidades não é tão elevada quanto nas grandes, mas em todas sobre as quaes possuímos estatísticas o progresso cresce com rapidez.

Entretanto, jámais as autoridades soviéticas encaminharam á pratica do aborto. Ao contrario, em sua propaganda pelo film, pelas conferencias, etc., sempre denunciaram os inconvenientes possíveis para a saúde da operada. Fazem-no hoje ainda, mas porque numerosos medicos começam a se alarmar com as consequencias fisiologicas dos abortos repetidos: esterilidade, perturbações periodicas, inflamações, gravidez, extra-uterina, etc.

Mas o efeito destas tentativas tendentes a limitar os abortos foi nulo, ao passo que a proclamação do principio de que a mulher é senhora de seu corpo, a autorisação legal da pratica do aborto e o fato de que a operação é praticada quasi gratuitamente em otimos hospitaes onde as doentes permanecem apenas quatro dias e onde são raros os accidentes imediatos, determinaram que numerosissimas mulheres recorram a este processo para evitar encargos de familia ou para escapar ás consequencias de suas leviandades.

Não ha razão alguma para que o numero dos abortos deixe de aumentar consideravelmente nas cidades e de progredir nos campos, á medida que se multipliquem as clinicas gynecologicas especializadas.

Fato interessante a reter: contrariamente á expectativa das autoridades, a legalisação da pratica do aborto não fez desaparecer as praticas clandestinas, que ainda são frequentes, atualmente.

A NOVA LEGISLAÇÃO DA FAMILIA

A) O Casamento

A segunda das causas primordiales que, em nossa opinião, provocam a redução da natalidade nas aglomerações urbanas soviéticas é a legislação que regula o casamento.

A legislação soviética relativa ao casamento é o inverso da que existia sob o regimen tzarista. Nessa época o casamento era sempre um ato religioso, não havia casamento civil e a união contraída era indissolúvel, pois não existia o divorcio.

A esse regimen de estabilidade completa, cuja consequencia era uma grande fecundidade em todas as classes da sociedade, foi substituído um regimen em que as uniões são fundamentalmente instaveis.

Não faremos aqui o historico da legislação soviética do casamento, fixada inicialmente pelo código de setembro de 1918; contentar-nos-emos em resumir o que é atualmente, em virtude do código de 1926, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1927, ha cinco anos, portanto.

Este código prescreve a inscrição dos casamentos no registro civil, caso os interessados aceitem, para tal fim, as declarações necessarias, mas essa declaração é apenas um ele-

mento de prova para constatar que ha união entre os declarantes; este elemento é valido na ausencia de prova em contrario, mas todos os outros elementos de prova pódem ser produzidos para estabelecer a nulidade.

Não é mais o ato civil do casamento, é a vontade conjunta dos conjuges que, para o casamento, tem o valor constitutivo.

E' por isso que o "casamento de fato" é equiparado, quanto ás suas consequencias, ao casamento registrado. O artigo 12 do codigo reconhece como provas de um "casamento de fato" certos "atos concludentes", ou seja, o fato de morar juntos, o de viver em commum reunindo os recursos, e o de reconhecer, perante terceiros, como conjuge, seu parceiro.

O homem e a mulher só pódem casar depois dos 18 anos. E' uma consequencia da veleidade de estabelecer uma egualdade absoluta dos direitos para os dois sexos, mas esta dissociação da lei não leva em conta a maior precocidade da mulher, o que se verifica em todas as legislações estrangeiras: os principios da doutrina suplantam os ensinamentos da fisiologia.

Os casamentos entre consanguineos são proibidos, entretanto não sendo as relações entre os mesmos, ainda no gráo mais proximo, passíveis de pena, esta disposição tem um alcance muito secundario.

Os futuros esposos devem provar que, mutuamente, deram a conhecer seu estado de saude, em especial o que diz respeito a molestias venereas ou mentaes e á tuberculose. Devem declarar quantos casamentos contrairam anteriormente, registrados ou não, e quantos filhos possuem.

Notar-se-á que, em certos casos, é praticamente impossivel a um individuo precisar o numero de seus casamentos não registrados, pois, admitindo sua boa fé, não saberia dizer quaes, dentre as mulheres com quem viveu, aquelas com quem suas relações foram de constancia suficiente para serem consideradas ou não como constituindo casamento. Quando do estudo do codigo de 1926, alguns representantes do povo mostraram que certos individuos tinham, simultaneamente, uma série de ligações e viviam maritalmente ora com uma mulher, ora com uma outra.

Cada conjuge tem o direito á livre escolha de seu officio, e a mulher não é obrigada a seguir o marido, se este muda de domicilio.

Os esposos têm de sustentarem-se mutuamente, e foi, pelo legislador, tentado um esforço para assegurar, em teoria, o cumprimento desse dever, mas, na verdade, o conjuge mais fraco não póde de modo algum, contar com o concurso do outro.

E' expressamente especificado que os esposos não se devem fidelidade e que a mulher não deve obediencia ao marido.

B) O Divorcio

Ao contrario do que muitos acreditam, os soviets de fórmula alguma aboliram a propriedade privada; um trabalhador (escritor, engenheiro, etc.), póde possuir 100.000, 200.000 francos, ou mais, ser proprietario de sua casa propria; legal-a em testamento, ou legar uma importancia de 50.000 francos, aproximadamente.

O código contém, portanto, disposições relativas aos bens dos conjuges: estabelece a separação para o que possuíam antes do casamento e a comunhão para os bens adquiridos ulteriormente. Percebe-se as injustiças que esta comunhão, ótima se os casamentos fossem estaveis, traz consigo, devido á facilidade do divorcio quando os dois conjuges trabalham. quando um economizou uma soma, basta que o outro faça pronunciar o divorcio para ter o direito á metade das economias.

Para o divorcio basta a declaração de um dos conjuges no cartorio do registro civil. Os divorcios tornam-se cada vez mais frequentes. Si não são infinitamente mais numerosos ainda, é que uma grande parte da população, notadamente os que já não são jovens e os habitantes do interior, conservaram seus costumes antigos e sua antiga concepção de direitos e deveres.

Entretanto, as idéas novas, das quaes a mocidade está imbuida, propagam-se rapidamente: é inevitavel que produza a multiplicação acelerada do numero de divorcios.

Aliás, não é necessaria a declaração do divorcio para permitir a um dos esposos separar-se do conjuge: póde faze-lo sem preencher essa formalidade, que só tem o efeito de fixar a data, a partir da qual não terá mais que auxiliar seu parceiro a prover a suas necessidades e a ocasião de poder contrair um novo casamento.

C) O abandono das crianças

A legislação sovietica organizou a pesquisa da paternidade; o pae é obrigado, si se divorcia ou si abandona a mãe com quem havia contraído uma união de fato, a prover parcialmente as necessidades de seu ou seus filhos; para isso é feito um desconto em seu salario. Na realidade, é frequente que essa consignação não seja descontada ou que seja muito insufficiente, o que se verifica em especial tratando-se de um pae de muitos filhos em uma série de ligações diversas. Essa é uma das razões que explicam porque ha tantas creanças abandonadas.

Quando não é possivel averiguar, devido á conducta passada da mãe, qual é, entre os homens com quem teve relações, o verdadeiro pae da creança, o código sovietico resolve que é aquele cuja escolha apresenta para a creança maiores vantagens sob o aspecto economico.

Esta solução é tanto mais bizarra quando se considera que o mesmo código não estabelece nenhuma diferença entre o filho legitimo e o natural, sob o pretexto de que se conforma ás leis da natureza. E' verdade que foi adotada em substituição á do código de 1918, reconhecida impraticavel, que dividia a paternidade e a responsabilidade entre todos os paes possiveis e impunha a cada um uma parte do onus da manutenção da creança.

ERRO FUNDAMENTAL DA LEGISLAÇÃO SOVIETICA SOBRE O CASAMENTO

Em suma, quando se estuda a legislação sovietica, verifica-se que ela considera o casamento como interessando apenas o individuo e não a sociedade.

A' primeira vista, parece o fato ser extraordinario numa organização comunista, onde um ato tão importante deveria ser subordinado ao interesse social. E' preciso procurar a explicação na vontade dos legisladores de destruir a familia que seria, no coração do individuo, uma rival da comunidade. Não se apercebeu que destruindo a familia ia destruir igualmente a natalidade.

Mesmo que não existisse na Russia a pratica legal do aborto, a legislação do casamento bastaria para fazer desaparecer a fecundidade russa que era proverbial.

Como uma mulher aceitará o encargo de quatro, cinco ou mais filhos, quando sabe que qualquer dia póde ser abandonada pelo pae dos mesmos, sem que lhe seja necessario um pretexto siquer? Será crível que ela se console com o fato de que seus filhos poderão, ao menos teoricamente, passar a infancia, da manhã á noite, nas crèches, nas guardadeiras de creanças e nas escolas, voltando para junto de sua mãe, que terá passado o dia na usina, apenas para dormir?

Em taes condições, nem uma mulher em vinte aceitará voluntariamente paternidades repetidas: ou os Soviets modificarão de principio a fim sua attitude a respeito da familia e sua legislação de casamento, ou o indice da natalidade continuará a minguar, com uma rapidez sem exemplo, e o mesmo acontecerá, dentro de poucos anos, para todo o territorio da U. R. S. S.

LETRAS CATHOLICAS

FRANÇOIS MAURIAC — *Commencements d'une Vie* — Paris, Bernard Grasset. 1932.

JONATHAS SERRANO.

E' incontestavel que a nossa época está revelando uma preferencia impressionante pelas biographias. Não apenas de contemporaneos, ou de vultos notaveis dos ultimos seculos, mas até — o que *a priori* se teria talvez negado — por figuras medievas mal conhecidas em minucias, e, mais longe no tempo, soberanos ou conductores de homens do velho Egypto e da Mesopotamia. Comprehende-se facilmente a curiosidade em torno das peripecias da existencia de um Lénine, de um Mussolini, de um Ford, de um Edison. Não é difficil entender o exito extraordinario dos Maurois e dos Ludwig, ainda que a tentativa deste ultimo, relativamente a Napoleão, pudesse ter parecido uma audacia, depois de tantos estudos magistraes sobre o temivel Corso. E sabemos hoje que a biographia de Bonaparte é a obra prima de Ludwig, no genero.

Mas os leitores contemporaneos vão mais longe e nos surpreendem com o seu interesse em conhecer, nos pormenores, aliás problematicos não raro, a vida de Tamerlão, de Gengis Khan, de Attila, de Ramsés II e de Nabuchodonosor. E collecções como as das livrarias Plon e Gallimard, especialmente consagradas ao genero biographico, esgotam edições, transpões oceanos, distraem adolescentes e homens maduros.

O interesse pelas minucias, pelas anedotas vividas, pelo individual, bem concreto e expressivo, também se revela no dominio magistralmente explorado em França por Lenôtre. Em recente ensaio sobre o genero — *Eloge de la Petite Histoire* — Abel Dechêne com subtil analyse investiga as razões psicologicas dessa preferencia do publico.

Entre as negativas, sem duvida a mais forte foi e é o desgosto, o enfado, o enjôo — é o termo — provocado pelos livros pesados, seccos, atulhados de minucias doutoraes e insipidos documentos. O sonho de Michelet não se verificava: o Passado não resurgia. Na fria necropole da Historia, a erudição lograva apenas exhumar ossadas.

Rarissimas as excepções. Com justiça, ao lado de Lenôtre, lembra-se, o exemplo de Funck-Brentano. E' que as dif-

ficuldades do genero são das maiores: deve o erudito, na hypotese, desdobrar-se em artista, para os efeitos da apresentação. Sem todavia falsear a realidade. Dahi, na pratica, os insuccessos. Sob o pretexto de animar a historia e resuscitar o passado, offerece-se ao publico muita pagina de pura imaginação.

Mas o facto é que as biographias estão na moda. Tambem as memorias, até de vivos, se vão multiplicando. E as razões psicologicas são, afinal, as mesmas: o interesse que despertam os episodios reaes, *vividos*, as surprehendentes inverosimilhanças da propria Verdade.

Algumas vidas são admiraveis romances, muito superiores aos outros, quero dizer, aos de pura fantasia (se é que os ha com algum valor literario.) O que de melhor existe nas obras de ficção ainda é, mais ou menos desfigurado, o que fornecem as inesgotaveis surpresas da vida real. E eis o que confessam ás vezes os proprios romancistas. Aqui está o depoimento de Mauriac: "nos romans expriment l'essentiel de nous-même."

Sabemos ainda, por este pequenino ensaio de autobiographia — primeiro capitulo apenas das memorias do autor, conforme nos explica elle mesmo na Introduccão — sabemos, por exemplo, que a triste mansão onde foi situado o drama de *Genitrix* era a morada da avó paterna de Mauriac. O arrabalde ou bairro afastado de Juanhaut, descripto em *Thérèse Desqueyroux*, é apresentado sob o nome de Argelonse. Denominação falsa, mas realidade viva. Nem só logares: typos, scenas, dramas observados, angustias pessoaes padecidas no proprio eu... Como seria interessante que certos romancistas nos revelassem, em minuciosa analyse, o que ha de verdadeiro, embora sob a mascara da fantasia, em cada personagem de suas obras!

Mauriac observa, ao concluir a Introduccão deste seu voluminho: "Seule, la fiction ne meut pas; elle entr'ouvre sur le vie d'un homme une porte dérobée par où se glisse, en dehors de tout contrôle, son ame inconnue."

E mais adiante, quasi ao findar o ultimo capitulo: "Un homme de lettres est tel qu'un terrain où des fouilles sont entreprises... Il est condamné á découvrir, aux yeux de tous, ses substructions, á diterrer ses plus secrètes assises." Por isto mesmo é que não conhecemos jámais o homem sem conhecê-lo bem toda a obra. E vice-versa.

Essas perquirições minuciosas pódem fazer-se, fazem-se as mais das vezes por mera curiosidade, mais ou menos scientifica, ou literaria, ou até simplesmente bisbilhoteira. Deveriam fazer-se, convem que se façam, de um ponto de vista mais alto, mais humano, superiormente critico (e então literario e scientifico em sua accepção mais respeitavel) — para melhor julgar o valor de cada espirito e a inexaurivel riqueza das almas humanas, que se não repetem, quaes productos de manufactura em séries ou marcas registradas.

Ha todavia, por entre essa diversidade infinita, um fundo commum, que todos sentimos e não apenas comprehendemos. E é muita vez um consolo para algum de nós reconhecer-se, em parte ao menos, na fraqueza, ou dolorosa confissão daquelle a quem lemos. E, mesmo sob as apparencias da ironia, quanto não nos descobrem do seu intimo os que sabem analysar as

pequeninas miserias da vida quotidiana! Pensava-o eu, ha pouco, ao reler o capitulo de Jerome K. Jerome sobre a timidez no seu volume *Stelle thoughts of an idle fellow*.

Mas voltemos a Mauriac. Pena é que o seu ensaio de autobiographia se limite quasi exclusivamente aos primeiros tempos da infancia e da adolescencia. Ainda assim ha muito que apreciar nestas paginas intimas. A extrema austeridade do meio familiar de Mauriac é uma nota impressionante. Elle proprio diz que era: "un enfant triste et que tout biessait". E todavia não era a religião a causadora de tal tristeza. Ouçamo-lo: "Ce serait fou d'incriminer la religion. Elle me don nait alors plus de joies que de peines." E Mauriac explica a sua tristeza pela consciencia, pelo sentimento profundo de sua fraqueza physica, de sua supposta incapacidade para vencer na vida. Dahi, o seu isolamento, o seu amor á solidão, o derivativo da literatura.

Noutro livro de confissões, este nosso e bem brasileiro, e tambem publicado ha pouco, o sr. Humberto de Campos nos conta as suas tristezas de infancia. E não só pela pobreza, mas ainda por saber que era um menino feio. Pobre coração humano, que começa a soffrer desde tão cedo!

Tão differentes em tudo, na extensão, no estilo, nos sentimentos de ordem mystica, ha entretanto em ambos traços communs de commovedora sinceridade. A evocação do berço, do torrão querido, seja a villa soturna.

olhando um rio sem vapor nem ponte
ou, pelo contrario,

"la ville de pierre et da bonc, si pareille et si différente", aquella Bordeus tão intimamente ligada ao seu espirito que Mauriac affirma, fazendo-a falar:

"Moi, ta ville, j'ai tout devusé á la fois dans ton berceau. Tu portes partout avec toi la matére de tes livres... Tu n'e'n as qu'un qui est moi-même et toi-même confondus et qui est inépuisable..."

Na obra de Humberto de Campos não é apenas Miritiba, é todo o Maranhão, é o Piauhly, é o Norte que vive, palpitante e amado. E' o cajueiro, o grande amigo das horas felizes de menino. São as praias, em que a voz materna canta, para alliviar o coração ferido.

Mas, fechados os dois volumes, a impressão final que cada um nos deixa é bem diversa. A tristeza de Mauriac, ainda que transpareça nas paginas de seus outros livros e no amargor sobretudo da inspiração e terrivel analyse psychologica daquelle admiravel estudo que é "Le Noeud de Vipéres" — é um sentimento que não suffoca a esperanza e Victor Poncel não o desconheceu, em sua critica, severa, aliás, desse romance.

A tristeza de Humberto de Campos, que transparece em suas memorias em varios topicos e sobretudo em certos finaes de capitulo, não é simplesmente literatura. Ha um tom que se não simula e vem do intimo. E lembro-me que, faz quasi dois annos já, o mesmo Humberto de Campos confessava, em chronica do *O Jornal*, que admira os homens de fé sincera. Em poetica imagem assim se exprimiu: "No tumulto da ever-são universal, quando se esboroam, sobre a terra que treme, monumentos levantados por scientistas e philosophos, é con-

soo dos olhos descobrir afastado da região dos escombros um albergue de solitario, edificado sobre a pedra. Lá fóra, na porcella que uiva e morde, sob o cipoal de fogo dos relampagos e a orchestra rolante dos trovões, correm os homens da tribu maldita, que não puzeram no alicerce do edificio um pouco do seu coração.”

Fecho o livro de Mauriac. Fechei o de Humberto de Campos. E penso, melancolicamente: No albergue do solitario ha infinita esperanza. Por que não escutarão tambem os que correm, sob trovões e relampagos, a voz do proprio coração que aspira ao indestructivel?

CHRONICA PEDAGOGICA

L. VAN ACHER

BIBLIOGRAPHIA :

No Congresso Catholico de Educação (São Paulo, Outubro de 1931) pediram varios membros fossem publicadas noticias bibliographicas sôbre pedagogia catholica, louvavel desejo a que hoje começamos a dar satisfação.

E, antes de mais nada, uma novidade alviçareira: "*O Bulletin Thomiste*" conceituado orgão da Societé Thomiste" e colleccionador de todos os estudos modernos que, de algum modo, se referem a *Santo Tomáz de Aquino*, acaba de abrir, no capitulo da *Bibliografia Critica* dedicado ás doutrinas philosophicas, uma secção especial de pedagogia. (*Juillet-October*, 1932, p. 620). (1) Muito suggestiva a enumeração e resenha dos recentes trabalhos sobre pedagogia thomista, sobresahindo nelles a producção copiosa do prof. Mario Casotti, da Universidade Catholica de Milão: *La pedagogia di Raffaello Lambruschini; Maestro e Scolaro, saggio di Filosofia dell' Educazione; Pedagogia di S. Tommaso d'Aquino, saggi di Pedagogia Generale* (1929-31).

A philosophia pedagogica do prof. Casotti é dominada pela preocupação de criticar o idealismopantheistico e monistico de *Gentile*, cujos corollarios pedagogicos se reduzem á confusão substancial de mestre e alumno, á negação do papel professoral ao exagerado activismo do discipulo e á consequente eliminação do proprio ensino. E' sem duvida vigorosa tal critica, mas o campo limitado da polemica levou o A, a con-

(1) A *Revue Néo-scholastique de Philosophie*, de Louvain, abriu, nas resenhas, uma secção de Pedagogia e Philosophia da Educação. (1933).

fundir o activismo ou actualismo neo-hegeliano de Gentile com outras teorias modernas da escola activa estranhas a essa concepção metaphysica — Tanto mais preciosa é, por isso, a brochura do P. Busnelli S. J., explicando, aprofundando e rectificando a doutrina do professor milanês (*Filosofia e Pedagogia. Appunti a proposito di un libro*, 1931).

No breve espaço de tres annos (1828-1930) teve a *De Magistro* de Santo Thomás a honra de duas traduções italianas comentadas. A. Guzzo (*Tommaso d'Aquino, Il Maestro, Trad. Introd. Commento*) e G. Muzio (*S. Tommaso d'Aquino, Il Maestro, Estratti della Summa Teologica e dalle questione "De Veritate, con introd. e commento*). O commentario de Guzzo é discretamente idealista. O de Muzio corrige o primeiro e refuta o idealismo de Lombardo Radice e Gentile. Por fim, um artigo de D. Morando (*Sul De Magistro di S. Tommaso*) na *Rivista Rosminiana* (Abril-junho 1931).

Passemos da Italia ao Novo Mundo. Em 1929 publicou-se em Nova York (Bruce): "*The Philosophy of teaching of St. Thomas Aquinas*, introdução de E. A. Fitzpatrick, tradução do "*De Magistro*" e commentario por Mary H. Mayer. Pondo de parte um bom, embora breve, capitulo sobre os principios fundamentaes da philosophia pedagogica do Aquinate, parece o commentario pouco fiel ao texto e um tanto "phantasista". A introdução de Fitzpatrick explora luminosamente certas idéas essenciaes thomistas para a solução dos problemas da pedagogia moderna, cujos resultados seriam muito mais adequadamente interpretados pelos principios de Sto. Thomás, do que pelas doutrinas da behaviorismo, freudismo e macanismo. No emtanto, o "*De Magistro*" de Sto. Thomás, reagindo contra doutrinas árabes e platonicas que, de qualquer modo, enfraqueciam o papel do mestre, tenciona sobretudo reivindicar e precisar a eficiencia do professor e não focalizar a actividade pessoal do alumno. Dahi a differença do accento em Sto. Thomás e nos commentadores norte-americanos: *L'accent est mis ici plutôt... sur le rôle de l'élève que sur celui du maitre. On peut certes, sans concordisme arbitraire, trouver á la méthode "active" une justification thomiste. Encore faut-il tenir compte de l'ensemble des données qui conditionent l'édu-*

cation et de l'ensemble des doctrines thomistes qui les exposent. C'est dire qu'il n'est pas sans danger de voir manier S. Thomás par ceux qu'un long contact n'a pas familiarisés avec tous les aspects de sa pensée multiple et une. No fim da critica, tivemos a agradavel surpresa de encontrar a confirmação, tão autorizada quanto inesperada, do artigo publicado na "A Ordem" (Setembro 1931) sobre *Sto. Thomás de Aquino e a Escola Nova*.

Indiscutivelmente, havemos de nos inspirar em Sto. Thomás para a construcção da philosophia pedagogica, sendo, porém, illusorio limitarmo-nos ao "De Magistro" do grande Doutor commum. E, no emtanto, é o êrro de muitos, pois, sobre 22 estudos consagrados á pedagogia de Sto. Thomás, 15 ocupam-se mais ou menos exclusivamente em commentar a questão do mestre, ao passo que os outros não passam das generalidades. Como diz Woroniecki (*Para uma sinthese pedagogica*, 1931), cumpre emprehendamos um ensaio de sinthese pedagogico-philosophica, unindo organicamente a doutrina tradicional da educação christã aos resultados dos trabalhos e experiencias de nosso tempo. Para tal fim, imprescindivel se torna um estudo acurado dos hábitos, virtudes e vicios, tais como os expõe a fina psychologia moral do Doutor angelico. A esse respeito nenhum trabalho moderno é plenamente satisfatorio: nem o de B. Roland Gosselin (*L'Habitude*, 1920) por ser muito succinta juxtaposição das doutrinas thomistas e modernas; nem o de J. Chevalier (*L'Habitude, Essai de métaphysique scientifique*, 1929), por discrepar do thomismo no conceber o hábito como necessariamente material; nem, por fim, o de Mlle. J. Chabrol, por ser exclusivamente pratico.

Se não temos ainda estudos completos sobre a theoria pedagogica dos habitos, no espirito de Sto Thomás, não faltam ao menos certas monographias sobre aspectos particulares dessa doutrina. P. ex. : Woroniecky — *Longanimidade, virtude propria do educador*. Pena que o artigo seja escripto em polonez. Mas nada impede meditemos sobre aquella virtude que dá á paciência uma nota de optimismo sadio, preservando o educador do desanimo no esforço aparentemente inutil. (*Sum teol*, 2^a 2^a ae, q. 136 a 5) — Emfim Mc. Larney (*A catholic view of collegiate sports according to the principles of S. Thomás Aquinas*. Domini-

cana, 1930, p. 269), chama a atenção para serio aspecto da virtude de modestia (2^a 2^{ae} q. 168). O estudo da moderação nos movimentos corporeos exteriores não só fornece principios de organização racional esportiva, particularmente urgente nos actuaes "colleges" norte-americanos, como tambem orienta toda a educação physica recreativa. Quem leu a doutrina de Sto. Thomás sobre a necessidade do exercicio physico, percebe a ingenuidade das accusações feitas nesse particular á pedagogia christã e medieval (p. ex.: Bunge *Evolucion de la Educacion* cap. 2, paragrapho 14; Compayré, (*Histoire de la pédagogie, leçon 4*). A pagina escripta por Sto Thomás sobre os histriões, não só é sublime de elevação christã, mas tambem conserva toda a actualidade em face do profissionalismo esportivo. (q. 168 a 3. ad 3.) Emfim, para a educação, sobretudo feminina, nunca se poderá assaz recomendar a *questão* 169; ha modestia no apparato exterior, por sua inexcedivel moderação e firmeza (ver sobretudo *art. 2 c. e ad 2.* a respeito da pintura do rosto nas mulheres).

Em proxima chronica diremos a nossa opinião sobre a monumental historia da pedagogia contemporanea, publicada pelo Instituto Catholico de Pedagogia de Munster, e cujo primeiro volume apenas mencionamos: *Geschichte der paedagogischen Ideen und Einrichtungen in den grossen Kulturlaendern — Die Paedagogik der Gegenwart, I. Koesel, Muenchen, 1933.*

O ESTADO E A EDUCAÇÃO

O socialismo avassalador continua as conquistas pedagogicas. Quem quizer uma idéa do systema na sua pureza póde achar elementos proveitosos em E. Devaud, *La pédagogie scolaire en Russie soviétique*. Mas não basta saber para onde vamos. Reagir é o lemma! Se familias e professores catholicos tivessem solida organização nacional e internacional, poderíamos enfrentar com segurança a luta contra a escola unica socialista, proposta no programma politico do general Waldomiro Lima, em termos diplomaticos, revelando o estylo do sr. Fernando de Azevedo; e reclamada brutalmente na declaração de principios do Partido Democratico Socialista, do Rio.

Na França, deante do avanço do socialismo escolar, fundaram-se, ha dois annos, as "*Associations des Parents d'élèves de l'enseignement libre*" (A. P. E. L.), com 29.000 membros, representando 70.000 alumnos. Formadas por departamentos são essas associações federadas e dirigidas pela "Delegação Nacional", cujo presidente é o sr. Philippe de Las Cases. (*Boletim trimestral da Associação: 16, rue de la Ville — l'Evêque, Paris (VIII e)*).

Aqui no Brasil, temos a valorosa Associação dos Professores Catholicos, do Districto Federal, presidida pelo denodado prof. Everardo Backheuser e notabilizada pelo *Memorial* apresentado á Comissão Constituinte. Se todos conhecem a efficacia do dito memorial, porque não trabalham pela federação de todas as ligas de professores catholicos brasileiros? E qual seria nossa força se á união catholica dos technicos do ensino acrescentassemos a federação dos pais catholicos de todo o Brasil?

La liberté des familles diz brilhantemente Charmot, (*Alerte, Parents! "Etudes", 20-12-32*) *est de plus en plus menacée de périr dans l'organisation socialiste des sociétés modernes. Elle ne peut être sauvée aujourd'hui que par l'association des parents. L'Etat est plus fort que chacune d'elles; il l'est moins que toutes ensemble. S'il este le maître aujourd'hui, c'est qu'il a réussi á relacher les liens de la famille par une longue série de lois destructives. C'est en les resserrant, malgré les obstacles, qu'elles peuvent rétablir leur prestige et leur pouvoir moral. Pas autrement.*

E continu'a: "Nas vesperas de perderem mais uma das suas liberdades sagradas, torna-se premente o dever de se unirem as familias para se salvarem. Pois a escola unica, leiga e gratuita elimina, praticamente, para os pobres a liberdade de educarem os filhos em escolas particulares religiosas. Ora, só a união faz a força. Em nossas sociedades modernas, o individuo nada vale. Ignorado é o caracter sagrado da personalidade. Deus trata cada homem como ser inviolavel, havendo de vingar por si mesmo, por vingança eterna, a violação dos direitos. Mas o Estado, que age como um Deus a este não imita no respeito absoluto ás pessoas... O Estado só trata com o numero, porque elle mesmo representa o numero. Urge, pois, formarmos numero; cumpre associemo-nos para a luta neces-

saria, si não quizermos consentir na decadencia das familias, diariamente aggravada.”

Appellos tão vibrantes lembram a these não menos forte e commovente do dr. Papaterra Limongi, no Congresso de Educação de São Paulo (*Actas do Congresso*, p. 69).

Voltando ao artigo de Charmot, assignalamos uma optima refutação daquelles que pretendem arredar a familia da educação, sob pretexto de incompetencia technica. Essa razão não passa de vulgar petição de principio: supposto que o ideal da educação seja a produção economica ou a industrialização geral da vida humana, como dizem bolchevistas e americanistas, não ha duvida que os educadores hão de ser exclusivamente technicos eliminada a collaboração da Igreja e da Familia, como factores não technicos.

Mas a crise economica, tanto na Europa como na America, ahi está a provar o erro dos ideaes economicistas e materialistas. Voltemos pois á velha e verdadeira concepção educativa. Educar é formar homens. Somos educadores na medida em que sabemos humanizar a criança. Perdemos a competencia educadora, na medida em que mechanizamos e materializamos o educando. Ora, quem ousará pretender que os pais não sabem humanizar os filhos? Quem lhes contestará a capacidade radical de formar homens honestos, num ambiente fechado á concurrencia dos negocios e do dinheiro, dos interesses e profissões? Quem negará ás mulheres consagradas pela maternidade aquelles dons de espirito e coração, impedindo que a criança considere o mundo como duro e frio combate de egoismos, e dissipando no seu espirito todos os fanatismos, os da arte, da sciencia, do dinheiro, da machina, do progresso! (ver Gina Lombroso, *L'ame de la Femme*, cap. 3).

Se a familia é indispensavel á educação humana, é isto sobremodo verdade nas épocas de industrialização e scientismo. “Se o humanismo se perde nos laboratorios em que se força o desenvolvimento cerebral, sempre se encontrará no seio da familia.” Mas em taes épocas, a familia ameaçada não se poderá salvar sem associação, sem collaboração com a escola catholica e sem desenvolver pela formação os talentos naturaes paternos e maternos.

A REFORMA DO ENSINO EM S. PAULO

Em 22 de fevereiro de 33, no "Jornal do Estado", órgão official dos poderes do Estado de São Paulo, e... órgão de propaganda do partido socialista brasileiro de São Paulo, foi promulgada a nova reforma do ensino estadual. Nomeado o sr. Fernando de Azevedo director da instrucção publica (perdão: do "Departamento de Educação") a reforma havia de seguir com a certeza de um corollario !

Em substancia: todas as Escolas Normaes do Estado foram transformadas em escolas secundarias, de curso fundamental, completado por um curso de formação profissional de professores primarios. Na Escola Normal da Praça, que já passou pelas denominações: "Instituto Pedagogico"; "Instituto Caetano de Campos" e agora foi transformada em "Instituto de Educação", haverá, além do curso secundario fundamental e complementar a "Escola de professores", comprehendendo: (a) um curso de formação de professores primarios; (b) um curso de formação de professores secundarios; (c) um curso para formação de directores escolares; (d) um curso para formação de inspectores escolares; (e) um curso de aperfeiçoamento.

Estudemos a reforma objectivamente, á luz das idéas do sr. Fernando Azevedo, expandidas no manifesto educacional: Monopolio leigo do Estado, coeducação, escola unica e, por isso, curso secundario de base commum, formação secundaria e universitaria de todos os mestres, equivalencia dos salarios do professorado.

Para o monopolio foi dado largo passo. De um dia para outro, foram criadas dez escolas publicas secundarias. (As antigas escolas normaes da praça da Republica, do Braz (ou Padre Anchieta), de Piracicaba, Botucatu', Pirassinunga, São Carlos, Casa Branca, Campinas, Itapetininga, Guaratinguetá. Por outra parte, foi coarctada cautelosamente a multiplicação das escolas normaes livres equiparadas:

Art. 172: "Nenhuma escola normal livre poderá ser equiparada, além das já existentes e em regime de fiscalização prévia, que se poderão transferir para localidades do Estado)" (sic).

Disse eu: monopolio do Estado. Não é bem isso.

Melhor seria: monopólio de particulares. Senão vejamos:

O director do "Instituto de Educação" a quem pertence de direito dirigir a "Escola de Professores" deve ser escolhido pelo governo entre os cathedáticos da mesma, os quaes são effectivamente quatro. Os primeiros tres, drs. Roldão L. de Barros, A. F. de Almeida Junior, M. B. Lourenço Filho, são homens do "Lyceu Rio Branco", conhecido estabelecimento particular de ensino, nesta capital. O quarto, dr. Fernando de Azevedo, accumulando a directoria do "Departamento de Educação" póde ainda ser nomeado officialmente director do "Instituto de Educação" e da "Escola de Professores". O quinto professor desta ultima, prof. A. F. de Proença, é apenas commissionedo, accumulando a directoria da Escola Secundaria do "Instituto de Educação".

O director deste Instituto, findo o prazo de tres annos de exercicio do cargo, póde a este ser reconduzido "mediante proposta da congregação do Escola de Professores" (Art. 125).

Dest'arte, inspectores e directores escolares, professores secundarios, estadoaes, todos hão de ser submetidos ao supremo beneplacito dessa oligarchia pedagogica, cuja inamovibilidade pratica está consagrada no decreto e póde ser perpetuada após revogação do mesmo, graças á incrível mas comprovada capacidade de adaptação de certos membros aos regimes politicos mais diversos. Emfim, esses *quattuorviri jure dicundo* serão tambem... "*libris purgandis*", não só monopolizando, de alto, o ensino propriamente estadual, como tambem julgando, em ultima instancia, a producção didactica de mestres publicos e particulares.

Tambem a coeducação está em franco progresso, decretada por duas vezes e para todas as novas escolas secundarias (art. 66; art. 175).

Introduzindo o curso secundario para os futuros professores primarios, alargou o sr. Fernando Azevedo a reforma Francisco Campos, preparando a "organização da escola secundaria em typo flexivel, de nitida finalidade social, como escola para o povo, capaz de pela sua estrutura democratica, ser accessi-

vel a todos e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, com seu campo de cultura geral e as secções de especialização, destinadas á preparação para as actividades de preferencia intellectuaes ou de base normal e mecanica. (Programma do general Waldomiro Lima, 22) e Manifesto Educacional, o ponto nevralgico da questão).

Ora, não temos pessoalmente, objecção alguma de principio contra o curso secundario, de base unica e polifurcado. Apenas registramos alguns factos: o curso bifurcado de Fortoul (1852) e o systema polifurcado e cyclico de Leygues (1902), na França, foram julgados prejudiciaes tanto á cultura geral como á especialização. A reforma Herriot (1925-28) adoptou o curso paralelo, nem incorporou o "primaire superieur" ao secundario pre-universitario.

Na Allemanha, é paralelo o curso secundario *commum* pre-universitario. No regime excepcional dos *Reform Anstalten*", o curso é polifurcado, mas permanece exclusivamente pre-universitario ou separado da *Mittelschule*, escola secundaria inferior. Existe, na Allemanha, a formação universitaria do professorado primario, mas a escola secundaria, preparatoria á academia pedagogica é a *Deutsche Oberschule*, e não o *Gymnasium* nem o *Realgymnasium*, nem a *Oberreaalschule*. Na Belgica, a mesma separação entre o secundario inferior (*école moyenne*) e superior (*athénée*). Na Hollanda, distincção analoga entre o *Gymnasium*, ou *lyceum* (superior) e a *Loogere burgerschool* (inferior). Na Inglaterra, as *Central schools*, analogas as *primaire superieur* são distinctas do secundario pre-universitario. Mais insuspeito é, porém, o caso da Austria. Em 1921, foi lá introduzida a escola unica secundaria, com base *commum* de quatro annos para todos os alumnos de 11 a 14 annos (*Allgemeine Mittelschule*). A experiencia systematica de varios annos demonstrou o prejuizo para a cultura geral e a especialização devéras scientifica. Pelo que em 1927, voltaram á separação do secundario inferior (*Hauptschule*, 4 annos), introduzindo no superior o curso paralelo, e possibilitando, em casos determinados, transferencia do secundario inferior para o superior e de um typo deste ultimo para outro typo do mesmo, (cfr. R. Meister, *Probleme der Schulgestaltung in Oesterreich. Intern. Zeitschr. Erzieh.* 1931-32, p. 103).

Nenhum dos sobreditos paizes adiantados admite pois, o curso secundario de base absolutamente commum para todos. O typo sonhado pelo sr. Fernando Azevedo é mais approximado da actual escola secundaria publica norte-americana, polifurcada e extremamente flexivel segundo as exigencias individuaes dos alumnos, preparando para a "vida" e para o "college". Essa escola, no emtanto, é passivel das criticas feitas ao regime. Fortoul e Leygues como á *Allgemeine Mittelschule*. A flexibilidade individual do curso prejudica a cultura geral, dizem W. S. Monroe e M. E. Herriot em *Reconstruction of the secondary — school curriculum*, 1928, p. 96. Dahi a organização de cursos geraes — *general courses, orientation and try-out-courses*.

A criação da *junior high school* obedece á mesma necessidade de concentração no ensino. A mistura de alumnos com tendencias mui diversas torna a cultura superficial: *The intellectual life is at a low ebb among us. We do not have here as they do in the older countries in Europe a layer of intellectuals sharply marked off from the common people below and the commercial classes somewhat above them. Rather, what intellectual life we have is shared by all groups. It is widespread from the point of view of a reading public, but it is spread thin, so thin it is pancakey.* — W. F. Cunningham em *Nat. Cath. Educ. Associat. Bulletin*, vol. 28, november, 1931, n. 1, p. 115.

Será porventura assim que o sr. Fernando Azevedo quer realizar a "solida base de cultura geral de que fala no Manifesto? (l. c.) ou tenciona apenas evitar "o divorcio entre os trabalhadores manuaes e intellectuaes"? Como se tal divorcio não dependesse do espirito e sim da separação material das escolas! Como si o accesso a todos os capazes não fosse possivel em regime paralelo, com as devidas transferencias ou "pontes"! Como si a democracia fosse a verdadeira inspiradora do curso secundario de base absolutamente commum e polifurcado! Com effeito, segundo o competente e insuspeito testemunho de Dom Xavier de Mattos, O. S. B., doutor em pedagogia por Washington, o mencionado typo de escola secundaria é preferido nos Estados Unidos, porque tanto a escola particular pelas taxas mais numerosas, como a escola publica pelas maiores dotações do Estado, têm interes-

se economico em ter o maior numero possivel de alumnos. E', no fundo, a mesma psychologia como no tocante á coeducação cujo motivo, na America, é a economia, sem respeito ás exigencias mais elementares da moralidade. Aliás, se invocamos tão somente a democracia igualitaria, porque não equiparamos o primario ao secundario e o analphabeto ao primario ? (A. Fouillée, *Les études classiques et la democracie*, p. 150).

Em summa si o sr. Fernando Azevedo quer reformas "sociologicas", consulte préviamente os factos.

Outro ponto é a formação secundaria e universitaria de todo o professorado. Não tenho nenhuma objecção de principio, limitamo-nos a desejar que o ensino criado seja de véras secundario e não exageradamente profissional. Por mais séria que seja uma escola normal, o seu espirito accentuadamente profissional não se adapta facilmente ás exigencias da cultura geral que deve dominar na escola pre-universitaria. Nem todos têm a volubilidade de espirito do sr. Fernando Azevedo. Ainda em 1931, approvava esse "educacional" a extincção da cadeira de latim, no ensino normal, pretextando que o professor é "um verdadeiro tecnico do ensino, de quem devemos exigir o maximo de eficiencia no seu ministerio, sem exigencias de ordem cultural, a que não obrigam as suas funcções professionaes". (ESCOLA NOVA, vol. II, março e abril 1931. Ns. 3 e 4, pag. 389).

Em 1933, ahi está novamente a cadeira de latim, acompanhada de não poucas exigencias de ordem cultural, a que não obrigavam necessariamente as funcções professionaes do magisterio primario.

Amanhã, si vencer o movimento humanista lançado por Irving Babbitt e Paul Elmer More contra o utilitarismo e igualitarismo norte-americano, podemos esperar nova recrudescencia do humanismo no sr. Fernando Azevedo. Acompanhar o tempo e a moda ephemera, tal é a profudeza e o "criterio scientifico", de quem defende o "Ideal relativo" em educação !

Resta finalmente a famosa equivalencia, digamos proporcional, dos salarios.

Neste ponto, parece haver inconsequencias. Seja exemplo: No "Instituto de Educação" cathedromaticos da "Escola de Professores" e do curso secundario ganham o mesmo ordenado. Mas os primeiros estão sujeitos a doze aulas semanaes ordinarias, sem numero determinado de aulas extraordinarias obrigatorias; ao passo que os segundos têm dezoito aulas ordinarias e mais seis extraordinarias obrigatorias por semana. E' vedado a professores e assistentes da escola secundaria o ensino particular a alumnos da Escola ou candidatos á mesma. Tal ou semelhante prohibição não existe para os cathedromaticos da escola de professores.

Não podemos ainda communicar noticias definitivas sobre os cargos e salarios accumulados pelos proceres "educacionaes". O futuro dirá se o sr. Fernando Azevedo é deveras "pioneiro" na remuneração de si mesmo e dos mais proximos collegas e amigos.

São Paulo, 25-3-33.

CHRONICA FEMININA

LUCIA MIGUEL PEREIRA

Certas palavras existem que precisariam, ao menos por algum tempo, ser riscadas dos dictionarios. Umas porque, á força de estar na moda, vão perdendo a expressão; seixos rolados, a repetição esbate-lhes as arestas, arredonda-lhes os contornos, fal-as tão polidas, tão lisas que lhes rouba a physionomia propria; assim idealista, adjectivo tão empregado — e tão barateado — de uns annos a esta parte que já não elogia nem define ninguem. Degenerou em rotulo anonymo, applicavel a qualquer producto.

Outros vocabulos, porém, mereceram igual sorte, mas justamete pelo motivo opposto. Porque adquirem uma influencia exagerada. Dynamismo, por exemplo. Entrou em circulação quando os modernistas patrios, seguindo as pegadas de Graça Aranha, descobriram a época da machina. E de então para cá tem feito carreira brilhante. Tão brilhante que a nossa burguezissima e pácatissima gente, affeita á gostosa moleza tropical, convenceu-se de que de facto estava numa era dinamica, e entrou a viver apressadamente.

O rythmo da existencia modificou-se, fez-se trepidante, sem que essa azafama correspondesse sempre a uma necessidade imperiosa. Todos passaram a se agitar numa especie de movimento browniano sem saber bem porque, nem para que. E o repouso meigo e manso, a calma de corpo e de alma, geradoras das boas maneiras e dos bons sentimentos, foram desapparecendo. O gesto apressado é rude, como rude é o espirito tenso. A belleza, quer physica, quer moral, está na harmonia, e a harmonia é equilibrio, e é medida. Sem duvida, uma reacção se impunha contra o diletantis-

mo esterilizante. E ella se faz, para honra da nossa geração, num esforço digno de desvendar o sentido profundo e grave da vida. Mas fez-se exageradamente. Não se enrijaram somente os lutadores, aquelles cujo endurecimento é util e justo. Estamos vendo uma nova classe de dilettantes mais absurdos do que os antigos: os dilettantes da agitação. E se isso é nocivo aos homens, ainda o é mais ás mulheres, cuja placidez, e até mesmo cuja apparente frivolidade foram sempre preciosissimos para o bom andamento das sociedades. Mais timida, e por isso mesmo mais conservadora do que a masculina, a indole feminina soube ser, através da historia, a guardiã segura de muita coisa bella e pura, das virtudes domesticas, do cunho familiar, dos legados daquelles que antes de nós procuraram resolver os problemas vitaes. A tradição, aquillo que, vindo da experiencia do passado, resistiu ao espirito iconoclasta das novas gerações, á sua vaidade de tudo descobrir por luzes proprias, deve ter motivos reaes de existencia. Deve corresponder a uma necessidade verdadeira. Do contrario não subsistiria. Mantel-a, foi sempre uma delicada tarefa, que, por sua natureza, tocou mais particularmente ás mulheres. Mas, antigamente, ellas tinham tempo para isso...

Mesmo criando filhos numerosos, achavam vagas para tornar suas casas lares de verdade, centros de reunião, para manter as amizades, para fazer essa coisa de apparencia futil mas de incalculavel valor: conversar. Ah! o encanto e a virtude das longas conversas, intimas e despretenciosas, de coração e espirito abertos! Quantas dolorosas barreiras derrubam, quanta crise, quanto erro, evitam ou remedeiam. Creio que se poderá reconstituir a mentalidade de um povo sabendo como e onde conversava.

E um dos symptomas mais alarmantes da nossa época é talvez o de estar deixando perder-se esse habito honesto e amavel. Disso, temos de confessal-o, é a mulher a grande culpada. Sem duvida, a vida tem mudado, e o trabalho feminino, que arranca de casa as moças, é indispensavel em muitos casos. Mas sel-o-á em todos? Não se estará, tambem nisso, exagerando a acção do determinismo economico? A migração feminina dos interiores para os escriptorios e repartições não correrá por conta de uma concepção por demais materialista da existencia? Aliás, á trepidação não as-

salta apenas as jovens que andam empregadas. Nessas é, em parte, explicavel, ou, pelo menos, desculpavel. Desorganiza quasi todas. A mulher moderna, ainda a ociosa, é a mulher que não-tem-tempo.

Quando não possui outro elemento de dispersão, procura o jogo. Seguindo o fumo, que suppera, e muito, em prejuizo, o jogo vae se tornando um vicio feminino. Hoje não se recebe mais para conversar, recebe-se para jogar. Em vez de palestra repousada e bemfezja, a excitação febril, a tensão nervosa; as parceiras succederam ás amigas, pois não ha amizade sem a comprehensão que só a troca de idéas póde dar.

E assim, com esse dynamismo artificial, vae-se malbaratando, com espantosa inconsciencia, a doçura do convivio humano, aperfeiçoado lentamente por seculos e seculos de civilização, deleite precioso e delicioso dever.

Sem elle não se afinam os espiritos, nem conseguem as almas sair dos limites apertados do eu, fonte de egoismo e de separação.

CHRONICA POLITICA

H. SOBRAL PINTO

I

(De 18 de Janeiro a 17 de Fevereiro)

O Brasil está a viver as suas horas mais amargas. Os seus homens publicos de maior responsabilidade, no momento actual, são os primeiros a proferir palavras, que espalham, por toda a parte, a inquietação e o desanimo. "Ha uma desorganisação generalisada",— proclamou de publico o sr. José Americo (*Diario Carioca*, de 8 de Fevereiro)—"Precisamos de um homem capaz de promover as concessões legitimas e *deter essa onda inexpressiva, que marcha como uma corrente que vem perdendo os seus destinos.*"

São, assim, os vultos de maior prestigio do governo revolucionario, que entraram a proclamar que não dispõem de meios para construir, no paiz, um regimen legal que se mostre capaz de vencer o impeto furioso dessa corrente anarchica que invadiu todos os dominios da administração publica.

Após dois annos e meio de governo, quando a Revolução começa a dar os primeiros passos para a volta da Nação á ordem constitucional, o sr. Ministro da Viação, lançando as suas vistas sobre o panorama da vida publica brasileira, recolhe de tudo o que ahí enxergou esta impressão desoladora: "*Na actual confusão de valores, no chãos da hora presente, os homens são simples joguetes dos imprevistos. Sossobram conforme as circumstancias que os dominam.*" (Ibid.)

Não se trata de voz isolada. Testemunhos identicos surgem, a cada instante, no scenario barulhento da politica revolucionaria. Em entrevista dada ao *Diario Carioca* (21 de Janeiro), dizia o General Góes Monteiro: "*Estamos numa época de transição e de incertezas, em meio a uma desorientação geral que as paixões e appetites de toda a especie vivem a agravar. Sente-se que não ha ainda convergencia de esforços...*"

Outro militar, — o General Christovam Barcellos — que a Revolução de Outubro collocou em altos postos, atravez dos quaes se dirige constantemente aos seus concidadãos, viu-se obrigado a confessar aos officiaes da Escola de Estado-Maior, que tinham terminado o seu curso: "*Nutria a esperança de que esta turma encontraria, lá fóra, um ambiente mais propicio aos mistéres da caserna e á applicação dos ensinamentos aqui recebidos e ampliados. Infelizmente, como a que a precedeu, ella vae ainda caminhar por veredas difficeis e perigosas, num ambiente de incertezas, o que exigirá que cada um exerça, com as véras de sua alma, o apostolado da fé e da confiança nos destinos do nosso paiz.*" (*A Noite*, de 25 de Janeiro.)

Tal é o triste espectáculo que o governo revolucionario offerece á analyse dos publicistas brasileiros, empenhados em estudar, com objectividade rigorosa, o nosso factó social, e animados do intuito de descobrirem as verdadeiras leis que têm presidido ao nosso desenvolvimento historico.

Por toda a parte o que se nos depara é a desordem das attitudes e a divergencia das idéas. Tão intenso é o antagonismo dos homens que manejam a cousa publica, que logo nos assalta o pensamento de que todos falam linguas differentes.

Evidentemente, este cipoal dramatico de incertezas e de inseguranças, generalisadas, que é a vida publica actual da Nação, não póde ser considerado como estado normal do organismo social brasileiro.

Segundo a advertencia salutar de Durkheim (*Les régles de la méthode sociologique*, pag. 59), "a observação... confunde duas ordens de factos, muito dissemelhantes sob certos aspectos: os que são tudo o que devem ser, e os que deveriam ser differentes do que são, os *phenomenos normaes e os phenomenos pathologicos*."

Após ter, deste modo, distinguido o funcionamento regular dos órgãos sociaes e o funcionamento perturbado desses mesmos órgãos, pondera, com inteira justeza, o illustre fundador da escola sociologica franceza (Ibid., pag. 61): "Para as sociedades como para os individuos, a saude é bôa e desejavel, a doença, ao contrario, é cousa má, que deve de ser evitada."

Essa desorganisação geral, que os actuaes dirigentes brasileiros são os primeiros a reconhecer como o elemento mais caracteristico da nossa vida social, constitue phenomeno pathologico, que precisa de ser combatido, firme e energicamente, afim de que o organismo nacional se veja restaurado á saude robusta e vigorosa, que precisa de attingir.

Infelizmente, os nossos homens de governo ao se defrontarem com esse estado pathologico da nossa sociedade, mostram-se possuidos de uma tal ignorancia das leis que regem a vida das collectividades, que delles muito pouco ha que esperar, no sentido de estirparem o mal profundo, que está a consumir as melhores energias do nosso povo.

E' hoje ponto pacifico, na arte de governar, "que entre as grandes classes de phenomenos sociaes, notadamente entre a vida industrial da sociedade e a sua vida moral, politica, intellectual, ha correlação e causalidade reciproca" (Gaston Richard, *La Sociologie Générale et les Lois Sociologiques*, pag. 55), resultando "desta reciprocidade... solidariedade e harmonia espontaneas, decorrentes da subordinação normal dos elementos ao conjuncto". (Ibid., pag. 56.)

Quando, assim, os governantes de um paiz se vêm a braços com desorganisação geral, como essa que o sr. José Americo e os generaes Góes Monteiro e Christovam Barcellos proclamam que domina a vida publica brasileira, cabe-lhes o dever de examinar o problema social no seu conjuncto, para que lhes seja possivel conhecer, em toda a exactidão da sua realidade, a verdadeira origem do mal estar de toda a nacionalidade.

Se os nossos dirigentes quizessem estudar com sinceridade o factó social brasileiro, deveriam começar por aceitar esta lição da experiencia tão bem focalisada pelos sociologos modernos: "Os estoicos diziam que basta levantar um dedo para abalar o Universo: na sociedade, toda medida legislativa ou administrativa, toda invenção industrial, toda descoberta scientifica, toda maxima moral, todo methodo educativo produz consequencias que vão muito além do factó e do instante presente. Além disto, uma sociedade (ou uma comunidade) não é sêr ephemero: ella se compõe sempre de trez gerações que são estreitamente dependentes. E' assim que os phenomenos sociaes podem apresentar a fórmula circular debaixo da qual elles se apresentam á observação. Nós tomamos aqui o termo circular no sentido que lhe dá a medicina, pois a analogia assim limitada é bem fundada. Uma doença do cerebro estendendo-se ao systema

nervoso póde repercutir sobre o coração : ella determina perturbações da circulação que aggravam o estado cerebral. A doença toma então o character circular, isto é, o effeito reage sobre a sua causa, o condicionado sobre a sua condição. Ora, a explicação sociologica deve sempre contar com phenomenos deste genero. A causalidade ahí é sempre reciproca." (Gaston Richard, *ibid.*, pags. 68-69.)

Tendo exposto o principio geral da complexidade do facto social, o illustre sociologo, que acabamos de invocar, offerece, logo a seguir, exemplo magnificamente elucidativo, que mostra, em todo o vigor da sua actuação, a efficiencia desta lei de reciprocidade : "Um phenomeno concreto, o exodo rural nos permite de fixar as nossas idéas sobre este ponto. Uma grande cidade deve sempre a sua existencia quer ao desenvolvimento de uma industria manufactureira ou extractiva, quer á reunião de muitas fórmãs de actividade commercial e industrial. Os salarios nella são sempre mais elevados do que nas villas. Se as facilidades das communicações auxiliam, um grande numero de operarios agricolas, mais aventureiros do que os outros, procuram tirar beneficio deste accrescimo de salario. O proprio salario rural recebe a repercussão da emigração urbana. Esta, com effeito, torna rara a mão de obra dos campos, e contribue para nelles elevar o salario dos braços que ficam disponiveis. A formação das nossas grandes cidades melhora, então, a condição do operario rural, e, por toda a parte, o seu salario augmentou. (Meuriot, *Les agglomérations Urbaines dans l'Europe Contemporaine*, 3ª parte, cap. XX, pag. 410.) Disto resultam duas especies de phenomenos novos. Um certo numero de explorações agricolas não podem resistir a este augmento do salario; os arrendamentos diminuem; muitos proprietarios vendem as suas terras, que se partilham, e numerosos operarios ruraes tornam-se proprietarios em virtude mesmo das economias que a elevação da taxa dos salarios lhes permittiu fazer. Mas outros proprietarios, melhormente aparelhados de capitaes, luctam contra o augmento dos salarios, introduzindo na exploração rural as machinas agricolas. O numero dos braços empregados nos paizes de grande propriedade immovel póde, então, reduzir-se, mas disto resulta um novo movimento dos operarios ruraes para a industria urbana. E' assim que as consequencias do phenomeno inicial reagem constantemente sobre as suas condições, e augmentam a intensidade da causa." (*Ibid.*, pags. 69-70.)

Lição maravilhosa, que os nossos homens publicos deviam de aprender, com rigor e segurança, para que a applicassem nos differentes dominios da sua actividade.

Nenhum delles, entretanto, ao desencadear o movimento de Outubro de 1930, attendeu á lei da *causalidade reciproca* dos phenomenos sociaes. Todos elles, ao se investirem contra o poder central que o sr. Washington Luis manejava, procediam sob o só impulso da aspiração de abater o adversario orgulhoso, intransigente, e dominador, que confundia, petulante e irritante, os estímulos da sua vaidade pessoal com os interesses superiores de toda a collectividade.

Na verdade, por que se fez a Revolução de Outubro? Para reduzir "a hypertrophia do poder pessoal do homem que, pela sua posição", — declara o sr. José Americo (*Diario Carioca*, de 8 de Fevereiro) — "tinha mais que dar, subornando os representantes dos outros poderes, que viviam dessas concessões num regimen de permuta de favores em que se degradou a vida republicana no Brasil".

Falando sobre esse mesmo assumpto, o sr. Ary Parreiras sustentou que "uma das causas immediatas do movimento revolucionario de Outubro" (*A Nação*, de 5 de Fevereiro) foi "o facto de ter querido o Presidente da Republica guindar ao poder uma pessoa que representasse a sua orientação e o seu pensamento". (*Ibid.*)

Não ha como divergir da affirmação destes dois governantes actuaes, pois que ella traduz verdade incontestavel. No Brasil imperial ou republicano só existiu até hoje um unico poder : a vontade

soberana do Chefe da Nação. "O rei" — observa Carlos Maximiliano (*A Nação*, de 31 de Janeiro) — "quer se chamasse Pedro II ou Isabel, Floriano ou Nilo Peçanha, reinava e governava. O poder pessoal do Chefe do Estado, entre um povo que só se lembra da politica para assumpto de palestra, foi, é e será um facto."

Consciente da força do seu poderio incontrastavel, cada Presidente da Republica, ao tomar posse da sua investidura, tinha logo a pre-occupação de impôr ao meio politico nacional, desde o inicio do seu governo, á sua vontade soberana. Em virtude desta orientação, passadas algumas decadas, a Republica offerencia, realmente, ao olhar do observador sereno este espectáculo contristador: "Os vinte Estados, em que se subdividira o mappa do Brasil, — relata o sr. Getulio Vargas (Manifesto á Nação, *Jornal do Commercio*, de 15 de Maio de 1932) — "annullado o poder de representação, valvula de segurança do regimen, com raras excepções, debatiam-se presos de governos olygarchicos, que exploravam, em beneficio proprio, as posições e os proventos materiaes.

Os governadores, em concilio, elegiam o Presidente da Republica, que, por sua vez, determinava sobre a substituição dos governos locais. Os deputados eram simples mandatarios da vontade arbitraria dos régulos estadoaes, cujo desplante attingia o extremo de indicarem, ás vezes, até aquelles que deviam hypotheticamente representar a opposição.

Terminado o mandato, os governadores aposentavam-se no Senado, occupando o lugar dos que iam substituil-os nos Estados, em um revesamento attentatorio da moral politica."

Impunha-se, em face desse descalabro, reforma radical dos nossos costumes politicos. O paiz não podia continuar a ser a victima indefesa de velhos quadros politicos, que vinham perdendo, dia por dia, e num crescendo assustador, a noção superior do que seja a verdadeira arte de governar.

A Revolução de Outubro, surgiu, pois, como reacção energica e possante contra todas essas deturpações do regimen republicano. Se o povo a acolheu, com ardor e entusiasmo, foi porque nutria a firme convicção de que os dirigentes revolucionarios cuidariam, tanto que subissem ao poder, de transformar, sem demora, em realidade viva, todas as promessas, que não cessavam de fazer nas horas asperas da propaganda alliancista.

Mas, ninguem attentara nesta circumstancia: a Revolução de Outubro para vencer e dominar o poder central, e os seus satellites, representados pelos diferentes governos estadoaes, teve necessidade de quebrar todos os quadros, que, imperfeitos embora, constituam os unicos estelos organizados da nossa mal disposta hierarchia social. Para destruir o velho edificio legal do paiz foi necessario prégar, em todos os tons, a desobediencia ás autoridades constituídas. No seio das classes armadas, na esphera da hierarchia administrativa, e no meio do elemento politico proclamava-se, ousada e abertamente, a necessidade de se rebellarem todos contra as ordens dos seus chefes naturaes. Parallelamente a estas investidas, despertava-se, no coração dos moços, e em nome do progresso, o desprezo sarcastico á experiencia dos homens encanecidos.

Facil foi a empreitada dos revolucionarios, porque o paiz vinha sendo agitado, desde muitos annos, por intensa e ininterrupta campanha de desmoralisação de todos os valores sociaes, que tinham tido, até então, a responsabilidade exclusiva da direcção dos negocios da nacionalidade. Na imprensa, no parlamento, nos comicios, nos theatros, nas academias, e nos livros, as vozes que conseguiam se fazer ouvir e applaudir, eram as que se erguiam, colericas e ultrajantes, contra o absolutismo do Presidente da Republica, na esphera da politica federal, e o dos Presidentes de Estado, no que se referia aos interesses da politica de cada uma das regiões federadas.

O resultado dessa campanha de desprestigio systematico de todas

as autoridades, foi a implantação da indisciplina nos múltiplos ramos da nossa actividade social. O respeito desapareceu, por completo, dos diversos quadrantes da nossa vida humana de relação. Na sociedade brasileira tudo foi nivelado. Na politica, na administração, nas classes armadas, na industria e no commercio ninguem admittiu mais nem a superioridade do posto, nem a ascendencia da idade, nem a preeminencia da cultura, nem a primasia da experiencia. Cada qual se julgou com o direito pleno de mandar e de ser obedecido.

Esse era o estado de espirito, que reinava no paiz, quando o senhor Getulio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisorio. A realidade social que apparecia, mesmo aos olhos dos observadores menos attentos, era, em verdade, essa que o sr. Getulio Vargas certa vez descreveu: "Encontramos o paiz num ambiente politico-administrativo de panico, e, para modifical-o, tivemos de empregar esforços inauditos. O movimento subversivo arrastara elementos de varias procedencias, que a hora da luta congrega e as exigencias do trabalho reconstructor dispersam.

Em paiz vasto, qual o nosso, com uma população esparsa em nucleos afastados, de aspirações politicas e exigencias administrativas diversas, era fatal que surgissem correntes revolucionarias distinctas pela sua ideologia, embora marcadas todas pela mesma elevação moral e identico patriotismo. Que admira se houvessem reflectido na actuação governamental essas tendencias contradictorias, cujo antagonismo de superficie a acção coordenadora do Chefe do Governo conseguiu neutralisar, em beneficio dos interesses superiores da communhão!" (Manifesto á Nação, JORNAL DO COMMERCIO, de 15 de Maio de 1932).

Nesse ambiente tremendo de paixões exaltadas e de interesses contradictorios, que a victoria da Revolução despertára ou aguçára, o sr. Getulio Vargas, conforme elle proprio confessou, concentrou "todo seu esforço... em firmar a ordem material, para tornar possivel a realização dos melhoramentos e reformas exigidas pela nova situação do paiz" (Ibid.).

Para alcançar este objectivo, o Chefe do Governo Provisorio procurou, desde o inicio do seu governo, "cercar-se" — foi s. excia. quem o disse (André Carrazzoni, DEPOIMENTOS, pag. 36) — "de elementos de sua inteira e immediata confiança", afim de pol-os "á testa dos negocios publicos" (Ibid.) em quasi todos os Estados da Federação, na qualidade de "representantes seus cuja fé revolucionaria está acima de qualquer suspeita" (Ibid.).

A consequencia, immediata, dessa politica do sr. Getulio Vargas não tardou em surgir, com todos os seus cortejos de males inevitaveis, concretizados no absolutismo e na irresponsabilidade integraes dos governos nacional e estaduaes.

Quem se dispuzer, assim, a estudar comparativamente, e com objectividade rigorosa, a actuação dos governos legaes da Republica velha, e a actuação dos governos discricionarios da Republica nova, verificará, de maneira impressionante, a efficacia constante, na esphera social, da lei de *casualidade reciproca*, pela qual, como tão bem accentuou Gaston Richard, "as consequencias do phenomeno inicial reagem constantemente sobre as suas condições, E AUGMENTAM A INTENSIDADE DA CAUSA". O absolutismo do Poder Executivo, na Republica de 1891, provocou, necessariamente, a indisciplina de que a Revolução de Outubro foi o expoente maximo. Mas, essa indisciplina geral, pela desorganização total em que mergulhou a vida da Nação, tornou imprescindivel o fortalecimento cada vez mais illimitado, do Poder Executivo do Governo revolucionario, levando o General Góes Monteiro, — qua, ha pouco mais de dous annos dava o exemplo maximo de desrespeito á autoridade, — a proclamar, agora: "A convergencia dos esforços deve orientar-se para o FORTALECIMENTO DA AUTORIDADE E DA DISCIPLINA, por meio de uma organização solida, material e moralmente, e pela selecção dos valores, conser-

vando os elementos aptos profissionalmente para as funcções de commando e o officio das armas e pondo fóra das fileiras os elementos parasitarios, antipatrioticos e exploradores das classes armadas. A sorte do Brasil, unido, forte e disciplinado, depende, antes de tudo, da cohesão e da disciplina das suas forças militares" (Entrevista ao DIARIO CARIOCA, de 21 de Janeiro);

D'ahi só se esforçar, effectivamente, o governo revolucionario no restabelecimento do regimen constitucional quando viu o paiz já sob o seu dominio exclusivo na esphera federal, e sob o dos seus delegados de immediata confiança, no ambito das differentes circumscripções federaes.

Mas, como o sr. Getulio Vargas já teve occasião de recordar, os "antigos dominadores das colligações olygarchicas que infelicitaram o paiz, tentam resurgir e procuram, novamente, impôr-se, em meio á confusão creada pelas ambições politicas" (Manifesto á Nação, JORNAL DO COMMERCIO, de 15 de Maio de 1932).

Urgia, nestas condições, que os dirigentes revolucionarios, em face da lucta eleitoral de 3 de Maio vindouro, para a escolha dos membros da futura Assembléa Constituinte, cuidassem de se apparelhar atravez da creação de partidos politicos officiaes. Até agora, o governo do paiz vem sendo exercido sob a só base da força material, e, quando os dirigentes revolucionarios sentem a necessidade de contacto mais directo com a opinião publica, sempre lhes foi facil encontrar, em qualquer jornal diario, uma columna submissa, para, atravez della, fazer ao povo promessas brilhantes como estas de que se tornou porta-voz o Capitão João Alberto: "Queremos dotar o paiz de uma Constituição que seja um espelho da terra e do homem, da terra e do homem de um Brasil que, procurando renovar-se para não se immobilisar na cauda da civilização, não necessita demolir o que no passado encarna o espirito bom das tradições nacionaes.

Eis ahi definido o nosso compromisso revolucionario. Não pretendemos ficar aquem, nem ir além desse compromisso. Queremos cumpril-o, entregando o Brasil aos seus legitimos destinos" (Entrevista ao "Jornal da Noite", de Porto Alegre, in A Nação, de 5 de Fevereiro).

De 3 de Maio, em deante, porém, a situação politica vae se tornar mais complexa, porque das urnas vão surgir os nomes dos que, por pertencerem á Assembléa Constituinte, hão de querer participar, mais ou menos efficientemente, do governo da Nação.

Como deixar, em taes condições, que appareçam na liça, livres e independentes, os quadros politicos que a Revolução de Outubro derrubou dos postos de mando. O sr. Getulio Vargas, e os seus delegados de confiança nas Interventorias estadoaes, enxergaram o risco, que correriam, se consentissem que a opinião publica se organizasse, expontanea e independentemente, sob a orientação dos velhos partidos politicos. Trataram, por isto, de formar os seus nucleos partidarios, cuja vida e actuação giram, exclusivamente, em torno da influencia incontrastavel do poder publico.

Tal facto só foi recebido, com escandalo, pelos que vêm acompanhando o desenvolvimento da Revolução alheios ao imperio incoercivel das leis sociaes. Esses encontraram o seu admiravel interprete no DIARIO CARIOCA, que soube exprimir, com maravilhosa justeza, o estado de espirito da opinião nacional, em face dessas aggremações politicas officiaes: "Diziam os idealistas revolucionarios que a Republica de 89 mentira aos objectivos dos seus fundadores pela politica pessoal que se enraizou nos seus arraiaes partidarios. No regimen extinto pela Revolução de 1930, cada governador de Estado era chefe de uma facção politica. Escravo das proprias paixões e fiador das paixões dos seus correligionarios, aquelle chefe de governo, para não perder o prestigio e não deixar fracassar as aspirações dos que pertenciam ás suas côrtes, manobravam as machinas

eleitoraes de maneira notavel. Governo no Brasil nunca perdeu eleição. Os Prefeitos, os tyrannetes locais, os chefes políticos, obedeciam á batuta mór do sóba e do seu Partido.

D'ahi a tristeza do panorama politico da Republica" (10 de Fevereiro).

Com a victoria da Revolução de Outubro, que yiera, precisamente, para acabar com todas estas deturpações do regimen republicano, esperavam todos que ia se inaugurar, no paiz, a era nova de governos realmente representativos.

Entretanto, o que todo o mundo está a assistir, surpreso e desiludido é este espectáculo, que o mesmo jornal pinta, com absoluta fidelidade. "Os partidos políticos brotam em abundancia pelos Estados. No Norte, então, cada Estado, com excepção do Ceará, os PARTIDOS OFFICIAES ESTÃO HONRANDO A DEDICAÇÃO DOS INTERVENTORES PELA CAUSA DA REVOLUÇÃO. O Capitão Carneiro de Mendonça e o Comman-dante Ary Parreiras, do Estado do Rio, não quizeram seguir as lições dos seus colegas. Não fundaram partidos. Isso fica para os politicos.

E' lastimavel o scenario brasileiro. O interventor do Rio Grande do Norte, Capitão-Tenente Bertino Dutra, chegou a improvisar uma faustosa caravana para a propaganda eleitoral, sob sua chefia. O sr. Lima Cavalcante tambem fez o seu passeio pelos sertões pernambucanos, para mostrar o valor e as bellezas do Partido Social Democratico. O Tenente Juracy Magalhães reúne, em palacio, o directorio do partido que fundou. O sr. Punaro Bley, do Espirito Santo, que se julgava fóra do brinquedo, já organizou a sua troupe. No Pará, o Major Barata está firme, e o alistamento do seu pessoal vae de vento em pópa. E assim por deante...

Da maneira pela qual os Interventores estão agindo, defendendo galhardamente o "espirito revolucionario" não póde haver duvidas quanto á victoria das urnas. Essa não fugirá dos olhos tranquilos dos illustres donatarios. A machina desmantellada pela Revolução, entre as mais nobres esperanças do povo e os propositos regeneradores dos verdadeiros *leaders* do movimento de Outubro, foi organizada a contento dos beneficiarios da victoria" (Ibid.).

Para os que examinam os phenomenos politicos á luz das verdadeiras leis sociaes, esta aggravação dos males do nosso regimen representativo não constitue nenhum acontecimento inesperado. Esses nunca se deixaram illudir pelas campanhas optimistas do positivismo politico riograndense que, por influencia das doutrinas de Comte, admittiu sempre o progresso constante do facto social, por effeito da combinação da lei das variações progressistas, com a das variações rythmicas, consubstanciadas nesta formula celebre: "A marcha natural da civilização determina, então, para cada época, ao abrigo de toda a hypothese, os aprefeiçamentos que o estado social deve attingir, quer em todos os seus elementos, quer em todo o seu conjuncto. Unicamente estes podem executar-se, e elles se executam necessariamente, com o auxilio das combinações feitas pelos philosophos e pelos homens de Estado, ou apezar destas, combinações" (Appendice general, pag. 93, *in Systeme de Politique Positive*, vol. 4).

Se essa lei fosse verdadeira, não obstante possuirem os homens da Republica velha e os da Republica nova "a mesma mentalidade, embora separados por passageiras dissensões" (Getulio Vargas, *in* André Carrazzoni, *Depoimentos*, pag. 36), o systema politico, instituido pela dictadura revolucionaria, teria de estabelecer necessariamente, methodos e processos de governo em tudo muito superiores aos que eram empregados pelo systema politico, que a Revolução destruiu.

Mas, as variações sociaes obedecem a outra lei, como, com espirito inequivocamente scientifico, estabeleceu Gaston Richard (Ibid., pags. 211-212): "O desmentido repetido das previsões sociologicas não é devido, em grande parte, á circumstancia de terem os seus

autores as apoiado sobre a idéa de repetição regular, mas sobre a idéa de variação progressiva, ou á de haverem combinado, arbitrariamente, os dois pontos de vista, como o fez Comte? Os estatísticos parecem menos expostos a erro, porque, a sua maneira de prever consiste em estender ao futuro uma relação numerica entre duas séries de factos simples, depois que ella foi bem verificada no passado. O estatístico suppõe que os factos sociaes se repetem com um minimo de variações, das quaes elle faz abstracção. Ao contrario, o theorista do progresso tem por assentado que os factos sociaes devem variar sempre num certo sentido: pacificação, emancipação, secularisação, etc.. O acontecimento confirma, ordinariamente, a visão do estatístico e desmente a do theorista do progresso. O estatístico concede, quando muito, que os factos sociaes estão sujeitos a variações rythmicas, que reconduzem, por exemplo, uma série de annos de encarecimento após uma série de annos de abundancia. Parece, portanto, que se o sociologo quer operar como verdadeiro sábio, elle deve adoptar a attitude que consagrou os estatísticos, abandonando a noção de variação progressiva, para substituil-a pela do rythmo”.

Agora, que os nossos dirigentes estão cuidando, realmente, de formular a constituição, que vae reger, de futuro, a nossa vida politica, é indispensavel que se desempenhem dessa tarefa delicada sem nunca desprezar esta advertencia salutar de Paul Bureau (*Introduction á la Methode Sociologique*, pags. 56-57): “As doutrinas sociaes a que adherimos, não são, para nós, theorias abstractas sómente; em torno dellas se agglutina toço um conjuncto de attitudes, de praticas e de gestos, de relações mundanas ou profissionaes, de castas e de maltas, de classes e de tribus, de amizades ou de alianças. E não é pequena a intolerancia destes grupos, restrictos ou grandes, onde se faz fincapé em torno dos preconceitos que cimentam o accordo, e onde, sobre certos assumptos considerados sagrados, o grupo não deixa outro direito senão o de repetir as formulas usuaes apostilladas pelos guardas do interesse commum. E’ preciso, então, saber em certos casos romper comsigo proprio e romper com os outros, e esta dupla ruptura póde ser muito penosa”.

O que nos tem sido dado a presenciar, como manifestação publica de alguns dos mais illustres membros da Sub-Commissão, encarregada de organizar o projecto constitucional, não é de molde a tranquillisar aos nossos desinteressados observadores do facto politico brasileiro. O sr. Antonio Carlos, por exemplo, na entrevista que deu ao *Diario Carioca* (5 de Fevereiro), ao expôr o ponto de vista vencedor no seio da Sub-Commissão sobre a organização do Poder Executivo, sustentou: “No tocante ao regimen presidencial, as directrizes vencedoras se têm orientado no sentido de evitar o abuso de poder, estabelecendo systema de frelos e contra peso que, tornando effectivas as responsabilidades presidenciaes, impõe dispositivos prohibindo os excessos por parte dos presidentes da Republica e dos Estados”.

Outra figura de relevo, e que é das mais acatadas no meio revolucionario, o sr. José Americo, tambem em entrevista ao mesmo jornal (8 de Fevereiro), insiste em apoiar, quasi nos mesmos termos, essa orientação, pois diz que: “Necessitamos de um regimen presidencial com os frelos e contra pesos necessarios, isto é, precisamos crear mais possibilidades de acção, diminuindo as facilidades de concessões illegitimas e os abusos do poder”.

Como se vê, esses dois legisladores estão agindo sobretudo debaixo da influencia das recordações, que guardam, intactas, das investidas que, quando na opposição, soffreram por parte do governo do sr. Washington Luis. Essa impressão, que ainda conservam, impede-os de acceitar esta verdade, focalisada em formula lapidar, por Augusto Comte (Appendice general, pag. 52, *in Systeme de Politique Positive*, vol. 4): “Que se examine... com attenção, as doutrinas

acreditadas hoje entre os povos, nos discursos de seus partidarios mais capazes, e nos escriptos que dellas offercem a exposição mais methodica; se, após tel-as examinado em si mesmas, observa-se historicamente a sua formação successiva, logo as descobrimos como concebidas em espirito puramente critico, que não poderia servir de base a uma reorganização.

O governo que, em todo estado de cousas regular, é a cabeça da sociedade, o guia e o agente da acção geral, é systematicamente despojado, por estas doutrinas, de todo principio de actividade. Privado de toda participação importante na vida de conjuncto do corpo social, elle é reduzido a papel absolutamente negativo. Olha-se mesmo toda a acção do corpo social sobre os seus membros como devendo ser estrictamente limitada a manutenção da tranquillidade publica, o que não póde ser, em nenhuma sociedade activa senão um objecto subalterno, do qual o desenvolvimento da civilização atenuou, singularmente, a importancia, tornando a ordem muito facil de manter.

O governo não é mais concebido como chefe da sociedade, destinado a unir em feixe e a dirigir para um fim commum todas as actividades individuaes. Elle é representado como um inimigo natural, acampado no meio do systema social, contra o qual a sociedade deve se fortificar pelas garantias que ella conquistou, mantendo-se; em face delle, em estado permanente de desconfiança e de hostilidade defensiva, prestes a explodir ao primeiro symptoma de ataque”.

A obra de reconstrucção constitucional, em que se dizem empenhados os nossos dirigentes actuaes, só se tornará benefica e duradoura se os constructores da nova legalidade nacional abandonarem, corajosos, estas doutrinas dispersivas, que teimam em enxergar na autoridade publica o mais temivel inimigo do nosso povo.

Quando um grupo de homens se forma, por investidura do poder publico, para elaborar o projecto do estatuto fundamental de uma nação, cumpre-lhe mostrar-se submisso a este axioma, definido, com tamanha precisão, pelo sr. Carlos Maximiliano (*A Nação*, de 31 Janeiro: “A mais desejavel fórma de governo é a que melhor se adapta ao meio nacional”). Só assim a obra construida será duradoura, porque, antes de ter os seus alicerces na lei juridica, assentou as suas solidas bases na acceitação expontanea de todos os cidadãos.

No Brasil deste momento, porém, tal attitude é das mais difficeis de ser mantida, pois não ha um só homem publico, entre nós que se resigne a encarar os acontecimentos sociaes desta hora dramatica com objectividade rigorosa. Sobre o mesmo ponto, as manifestações publicas de todos elles são em tudo divergentes e irreductiveis. Veja-se, por exemplo, no que diz respeito ao adiamento das eleições á Assembléa Constituinte, marcadas para 3 de Maio proximo.

Alludindo a esse acontecimento, o sr. José Americo achou que era do seu dever affirmar (*Diario Carioca*, de 8 de Fevereiro): “Tenho... a coragem de dizer que o pleito deve ser adiado, por dois ou tres mezes, isso tambem no interesse dos adversarios do governo. Para os revolucionarios é mais conveniente a sua realização em 3 de Maio.

Explica-se — acrescenta o sr. José Americo. — No Norte, por exemplo, não havia organizações partidarias definitivas. Com a Revolução, extinctas as influencias pessoaes, dispersaram-se os elementos.

Nessas condições, a recomposição partidaria torna-se difficil. Em Maio, pois, a victoria dos chamados revolucionarios será integral, pelo menos, no Norte”.

Mais explicito e positivo, quanto aos possiveis perigos da eleição, em 3 de Maio, foi o Major Magalhães Barata, no telegramma ao

sr. José Americo, de apoio á sua iniciativa em favor do adiamento: "Será lamentavel que para satisfazer a inexplicavel e intencional pressa, impeçamos á verdadeira Nação de comparecer ás urnas na escolha daquelles que tem de dar o rumo constitucional a seus grandiosos destinos. Sem alistamento ex-officio, obrigatorio, seria ridicula a cifra eleitoral até 3 de Maio, e, ainda mesmo assim, o será num paiz de 40 milhões de habitantes.

Funcionarios publicos, militares de terra e mar, operarios syndicalizados, alistados ex-officio, jámais constituirão por si sós a Nação brasileira agora, e só elles poderão mandar seus escolhidos á Assembléa Constituinte" (*Jornal do Brasil*, de 14 de Fevereiro).

Logo em seguida, entra o Interventor Paraense a formular hypotheses futuras, que parecem traduzir, no seu conteúdo, as ameaças veladas da corrente revolucionaria, que, desde a victoria da Revolução de Outubro, se vem batendo pela instituição, no paiz, de uma dictadura prolongada: "Reunir no Rio", — accrescenta o Major Magalhães Barata (*Ibid.*) — "para deliberar sobre os destinos do paiz, individualidades escolhidas por um circulo restricto de alistamento ex-officio, será não só *arriscar a verdadeiro fracasso e completo naufragio os principios revolucionarios de 1930, que nos custaram vidas preciosas de heroicos companheiros, immolados desde 1922, até á quéda do derradeiro baluarte do perrepismo, como ainda abrir uma phase de novas luctas, cujas consequencias serão, de certo, imprevisíveis*".

Pois bem, no proprio seio do Governo Provisorio, outros vultos de incontestavel prestigio dissentiram, energica e vigorosamente, da maneira de ver desses illustres revolucionarios. O sr. Antunes Maciel, mal foi informado da iniciativa do seu collega de Ministerio, declarou: "De facto, as considerações do Ministro José Americo são ponderosas, e não se póde deixar de achar razoavel a sua suggestão. Em todo o caso, como Ministro da Justiça, que assumi o posto com o compromisso politico de tudo fazer para assegurar a realização das eleições em 3 de Maio, como estava decretado, *só me cabe agir dentro desse objectivo. E os meus actos são por demais eloquentes nesse particular. Tudo tenho feito, realmente, com o apoio franco do Chefe do Governo Provisorio, para accelerar o alistamento, de modo a fazer-se em 3 de Maio um pleito digno das aspirações do povo*" (*Diario Carioca*, de 9 de Fevereiro).

Por seu turno, o sr. Oswaldo Aranha, em entrevista ao *O Globo* (9 de Fevereiro, 3ª edição), começou por affirmar: "Sou *formalmente contra o adiamento das eleições já marcadas em decreto para 3 de maio.*" E, para explicar este seu parecer, accrescentou: "Como se justificar, agora, esse adiamento?! Em principio, fez-se a Revolução porque se queria uma eleição immediata, mesmo sem eleitorado, uma vez que não se podia chamar de eleitorado o que culminou no ultimo pleito presidencial. Mas, agora, que já ha um pequeno, mas real alistamento, por que adiar-se o pleito?"

O que acabamos de apontar, á luz de documentos authenticos, mostra em todo o vigor da sua evidencia, a confusão extensa e a divergencia profunda que reinam, sem limites nem restricções, no grupo mesmo dos nossos dirigentes actuaes. Quão longe estamos, assim, dos altos objectivos que o General Christovão Barcellos queria que fossem os do Governo do sr. Getulio Vargas, e que elle consubstanciou neste trecho do seu discurso aos alumnos da Escola de Estado-Maior (*A Noite*, de 25 de Janeiro): "Trata-se agora de aproveitar, sem mais detença, do poder discricionario de que se arma as revoluções, para extirpar-se os cancos que depauperavam o organismo nacional, males que nós reconheciamos mas que, por principio ou temperamento, ou por commodismo, talvez, suppunhamos que fossem solucionados atravez dos tempos, por um milagre de Deus. Trata-se agora de dar ao trabalho ingente de soerguimento eco-

nomico e moral do nosso paiz a nossa cooperação espontanea e sincera."

Muito afastado estamos da benefica consecução destes patrioticos objectivos. A realidade, que os proprios homens de governo entrevêm, é esta sombria expectativa, de que nos fala o sr. José Americo (*Diario Carioca*, de 8 de Fevereiro): "*Tenho muito receio de que, se a transição para a phase constitucional se der com os mesmos vicios, as mesmas impurezas politicas, tenhamos uma reacção ineluctavel, uma revolução de outro character. O Brasil tem sempre um grande material humano para esses movimentos. Basta surgir um chefe de grande envergadura em certas crises mais agudas. E isso porque não temos estabilidade de instituições, uma grande tradição de ordem, e figuras primaciaes representativas, que infundam confiança geral.*"

Por mais alto que se eleve o nosso optimismo, não nos assiste o direito de contradictar a palavra autorizada do Ministro da Viação. Bem desejariamos applaudir, sem reservas, estas affirmações do General Christovão Barcellos (*Ibid.*): "Se... vissemos com os olhos de quem quer ver o que a Revolução tem feito no campo das idéas, divisariamos muitas mãos elevadas aos céos e ouviriamos vozes exclamando: "Deus, como vos agradecemos o milagre de, criaturas contingentes, se transformarem, quando chamadas a legislar, fazem obra não para ellas, nem para nós, mas para as gerações vindouras, que viverão felizes sob o pallio de leis serenas, previdentes e protectoras."

Passa, então, esse militar a apontar varias medidas, que, no seu entender, importam em realisações magnificas do Governo Provisorio. Entre ellas chama a attenção, sobretudo, para o novo systema eleitoral: "No regime passado", — salienta — "de trez em trez annos, no periodo de reconhecimento dos congressistas e durante as campanhas presidenciaes, o Exercito era fortemente abalado pelos attentados aos resultados das urnas, e, ante a compressão dos governos na distribuição dos diplomas e nas depurações, garantiam as Camaras unanimes e submissas, promptas a reconhecerem seu candidato presidencial, a apoiarem os seus desmandos e dividirem a responsabilidade dos erros de uma administração facciosa e impatriotica.

D'ora em deante, as classes armadas não mais assistirão ao triste espectáculo dos chamados reconhecimentos politicos e das campanhas presidenciaes.

Foram creados os Tribunaes Eleitoraes constituídos por juizes e advogados proeminentes; sob os olhos austeros dos magistrados, dos juristas e dos representantes dos partidos, abrem-se as urnas metallicas que substituiram as celebres actas falsas, fazem-se a contagem das cedulas, apuram-se, reconhecem-se e diplomam-se os candidatos eleitos."

Apparentemente, o novo systema eleitoral traduz inequivoco aperfeiçoamento no que diz respeito ás garantias da apuração do voto do eleitor. O trabalho de verificação, sendo executado por homens alheios ás lutas partidarias, reveste-se, inquestionavelmente, de muito maior respeitabilidade junto da opinião publica.

Mas, não nos iludamos com essas garantias. O governo, que intervinha, ostensiva e desabridamente, no reconhecimento de poderes, quando este era da alçada das Camaras Legislativas, bem pôde continuar a intervir, com a mesma desfaçatez, no reconhecimento feito pelos Tribunaes Eleitoraes.

Ainda agora acabamos de assistir a uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que fel-o perder toda a confiança que nelle depositavam os cidadãos brasileiros, que conhecem o alto valor moral dos illustres homens publicos, que nelle têm assento.

Em fins de Janeiro foi o Governo Provisorio informado de que tinham se alistado eleitores os srs. Mello Vianna e Dorval Forto. Ante essa communicação, o sr. Antunes Maciel, Ministro da Justiça, dirigiu ao Ministro Presidente do Tribunal Superior de Justiça Elei-

toral este officio: "Havendo sido deferida, em Bello Horizonte, e Manáos, respectivamente, a inscrição, no alistamento eleitoral, dos drs. Fernando de Mello Vianna, ex-vice-presidente da Republica, e Dorval Porto, ex-governador do Estado do Amazonas, peço a V. Ex. que determine as necessarias providencias no sentido do respectivo cancellamento, nos termos do n. 3 do art. 50 do Codigo Eleitoral; do art. 1º, letras a e b, e do art. 2º, § 1º, do decreto n. 22.194 de 9 de Dezembro de 1932." (*Jornal do Commercio*, de 31 de Janeiro.)

O art. 50, n. 3, do Codigo Eleitoral dispõe: "São causas de cancellamento:; suspensão ou perda dos direitos politicos."

O art. 1º, letras a e b, prescreve: "Ficam suspensos por trez annos os direitos politicos dos que se acharem incluidos em qualquer dos dispositivos enumerados nos paragraphos seguintes: a) — de todos os membros do Governo da União, depostos pela Revolução de Outubro de 1930, do vice-presidente do Senado e dos presidente e vice-presidentes da Camara; b) — de todos os membros dos governos dos Estados, que, solidarios com aquelle, lhe prestaram auxilio material ou politico para combater o referido movimento, pelo qual se manifestava de modo inequivoco a vontade da nação."

O art. 2º, § 1º, está concebido nestes termos: "Se, apesar dos motivos de incapacidade activa e passiva de voto, declarados no artigo precedente, algum dos incursos nos seus dispositivos fôr qualificado, ex-officio ou não, e inscripto no alistamento eleitoral, a sua exclusão se fará a requerimento de qualquer eleitor ou delegado de partido, ou em virtude de declaração do Ministerio da Justiça.

O processo da exclusão a requerimento será o do art. 55 do decreto n. 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932."

Ouvido o Procurador Geral da Justiça Eleitoral, Desembargador Renato Tavares, sustentou elle: "Em face dos termos expressos do art. 2º, *in fine*, do decreto n. 22.194, de 9 de Dezembro de 1932, duvida não ha que o cancellamento dos inscriptos no alistamento eleitoral, que tenham seus direitos politicos suspensos por trez annos, póde ser promovido em virtude de declaração do Ministro da Justiça, de sorte que o pedido está fundado em lei.

Incontestavelmente tambem é que os dois indicados cidadãos foram alcançados pelo alludido decreto: o primeiro pela letra a do art. 1º, pois que era o vice-presidente da Republica, membro do governo da União, deposto pela Revolução de Outubro de 1930; o segundo está sem duvida incluido na letra b do mesmo artigo, como governador que era, na mesma época, do Estado do Amazonas e que igualmente foi deposto pela Revolução victoriosa." (*A Noite*, de 3 de Fevereiro, 3ª edição.)

Depois de ter assim exposto o merito da questão, o Procurador Geral faz as seguintes ponderações relativas á fórmula processual a adoptar: "Surge apenas a questão de saber se ha necessidade, no caso, de ser promovido o processo prévio de exclusão, para o fim de autorisar o cancellamento solicitado.

No § 1º do citado art. 2º do decreto n. 22.194 está prescripto que o processo a requerimento de qualquer eleitor ou delegado de partido será o estabelecido no art. 55, do Codigo Eleitoral, que dispõe: "Na exclusão promovida a requerimento, tomará o Juiz Eleitoral estas providencias: a) mandará autuar e registrar a petição; b) publicará edital com prazo de 10 dias, para sciencia do interessado, que poderá contestar dentro de 5 dias; c) concederá dilação probatoria, de 5 a 10 dias, se requerida; d) a seguir, remetterá o processo, com sua informação, ao Tribunal Regional, que resolverá dentro de 10 dias. § 1º — Se decretada a exclusão, nenhum recurso fôr interposto, o Tribunal Regional communicará a sentença ao Tribunal Superior, que determinará o cancellamento da inscrição. § 2º — Havendo recurso, o Tribunal Regional fará subir os autos ao Tribunal Superior, que decidirá no prazo maximo de 10 dias. § 3º — Confirmada a de-

cisão recorrida o Tribunal Superior ordenará á Secretaria o cancelamento da inscrição.”

Tal processo, porém, a meu ver, não é applicavel ao caso em debate porque elle se originou de um officio do Ministro da Justiça e a declaração dessa autoridade não se póde considerar como um requerimento de qualquer eleitor, mas se a deve receber com a força que o referido decreto lhe dá.

Ella traz, por si, a presumpção legal da incapacidade para exercer os direitos politicos do cidadão que na declaração foi indicado.

Ha a considerar tambem que o citado § 1º do art. 2º do decreto n. 22.194 se refere ao processo de exclusão a requerimento e o art. 55 do Codigo Eleitoral, que regula o processo de exclusão, a requerimento de qualquer eleitor ou delegado de partido.

Ademais, a declaração do Ministro da Justiça acarreta a nulidade de pleno direito do alistamento effectuado, ex-vi do que dispõe o § 4º do mesmo decreto 22.194.” (Ibid.)

Focalisa, ainda o Procurador Geral, este outro ponto: “Finalmente, resta demonstrar que a este Tribunal Superior é que cabe privativamente ordenar o cancellamento pedido.

A competencia para ordenar essa medida é conferida ao Tribunal Superior pelo § 3º do art. 2º do varias vezes citado decreto 22.194, de 9 de Dezembro de 1932, e pelo art. 55, §§ 1º e 3º, do Codigo Eleitoral.” (Ibid.)

Em virtude de todos esses motivos, concluiu o Procurador Geral: “Sou de parecer... que este Tribunal defira o pedido e ordene o cancellamento solicitado.” (Ibid.)

Na sessão realizada em 7 de Fevereiro (*Jornal do Commercio*, de 8 de Fevereiro), o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, accetando a argumentação do Procurador Geral, Desembargador Renato Tavares, ordenou o “cancellamento da inscrição dos drs. Fernando Mello Vianna e Dorval Porto”.

Com este procedimento, o Tribunal Superior deixou de ser, para a opinião publica do paiz, o asylo inviolavel de todos os direitos electoraes postergados pelo poder publico audacioso.

Custa a acreditar que Tribunal austero, composto de brasileiros de indiscutida e indiscutivel respeitabilidade, tenha, em hora grave como esta que estamos a atravessar, capitulado, sem resistencia, ante arremettida tão iniqua como esta de que tomou a iniciativa o sr. Antunes Maciel.

Se o Tribunal Superior houvesse estudado, como era de seu dever, o Capitulo II, Titulo III, da Parte Terceira, do Codigo Eleitoral, teria verificado, desde logo, que o Codigo creou sómente duas especies de exclusão: uma, ex-officio, e outra, a requerimento de qualquer eleitor ou delegado de partido. Se, a seguir, aprofundasse melhor o exame da questão, apuraria que ambas essas especies de exclusão, foram sujeitas a processo regular, pois que o art. 54, que trata da exclusão ex-officio, prescreve, taxativamente: “Apurado o facto determinativo da exclusão, enviam-se ao Juiz Eleitoral os documentos comprobatorios, observando-se, no que fôr applicavel, o processo estabelecido no artigo seguinte”, isto é, o processo estabelecido para a exclusão a requerimento de qualquer eleitor ou delegado de partido.

Não póde haver, portanto, a menor duvida de que o Codigo Eleitoral não admite exclusão de quem quer que seja sem que se estabeleça, préviamente, um processo regular, no qual o eleitor accusado tem o direito de se fazer ouvir.

Ora, a innovação feita pelo art. 2º do decreto 22.194, de 9 de Dezembro de 1932, consistiu, apenas, na criação de uma nova especie de exclusão, parallela ás duas que já existiam. Eis os termos desse artigo: “A sua exclusão se fará a requerimento de qualquer eleitor ou delegado de partido, ou em virtude de declaração do Ministerio da Justiça.”

Por outro lado, pelo systema do Codigo Eleitoral, o Tribunal Superior só decide da exclusão de eleitores em grão de recurso.

O Procurador Geral, ao pleitear que o Tribunal Superior julgasse, privativa e *originariamente*, a exclusão dos srs. Mello Vianna Judiciario, avocou a si "discricionariamente em toda a sua plenitudo § 3º do art. 2º do decreto 22.194, de 9 de Dezembro de 1932, e no do art. 55, §§ 1º e 3º, do Codigo Eleitoral.

Mas, nesses mesmos textos está a refutação patente deste sophisma, pois que, o primeiro delles declara: "*Confirmada* a exclusão o Tribunal Superior ordenará á Secretaria o cancellamento da inscripção." Se a lei usa da expressão "*confirmada*", ella presuppõe, evidentemente, a existencia de decisão anterior.

Do mesmo modo o § 1º e o § 3º do art. 55 do Codigo Eleitoral só se referem ao Tribunal Superior, para conferir-lhe a attribuição de pôr em execução a decisão do Tribunal Regional, de que não houve recurso, ora de confirmar essa mesma decisão, da qual foi interposto recurso. Em ambos os casos, porém, o Tribunal Superior é *sempre* Tribunal de 2ª instancia.

Outrosim, se os srs. Ministros do Tribunal Superior pensassem, mais cuidadosamente, em se manter fieis á sua difficil missão, cabia-lhes o dever de, ao examinarem o merito do caso, estudar, perante a opinião publica attenta, mais estas circumstancias: 1ª) — Se e verdade que o art. 50 do Codigo Eleitoral estabelece como causa de cancellamento a suspensão ou perda direitos politicos, não é menos evidente que o Poder Judiciario, no systema politico que nos rege, é que pôde decretar essas sancções, não valendo, de modo algum, a objecção de estar o sr. Getulio Vargas a exercer o poder discricionario, uma vez que no art. 1º do decreto 19.398, de 11 de Novembro de 1930, que instituiu o Governo Provisorio, S. Ex., deixando de parte o Poder Judiciario, avocou a si "discricionariamente em toda a sua plenitude" — apenas — "as funções e attribuições, não só do Poder Executivo, como tambem do Poder Legislativo"; 2ª) — Se não ha como negar, que os srs. Mello Vianna e Dorval Porto faziam parte dos elementos hostis á Revolução de Outubro, é, tambem indubitavel que o Governo Provisorio baixou o decreto 20.558, de 23 de Outubro de 1931, no qual concedeu amnistia a todos os politicos da Velha Republica, e que só não abrangeu os crimes communs, os méramente funcçionaes e as praticas e actos administrativos lesivos ao interesse publico, fazendo preceder esse decreto deste *considerando*: "A Revolução, pela adhesão e pelo apoio da generalidade dos brasileiros, significou a condemnação formal dos processos, das praticas e dos homens do regimen subversivo, e, tornou-se, por si mesma, a mais exemplar sancção dos erros praticados contra o paiz e a Republica."

Não era evidente, assim, que o Tribunal Superior se encontrava em face de dois actos contradictorios: um, de clemencia; e outro, de odienta perseguição politica? Qual delles deveria seguir?

Todas estas questões o Tribunal Superior estava na obrigação de examinar, para resolver-as. Assim não procedeu, e, por isto, os homens serenos e desinteressados, que só acompanham a vida politica do paiz pelo muito que amam e estremecem á sua patria, tiveram, no tumulto estonteante dos acontecimentos politicos da hora actual, mais essa cruel e amarga desillusão, sobretudo, porque viram homens de alto valor moral tomarem decisão desta importancia sem admittir que os accusados fizessem chegar até os seus ouvidos as suas razões de innocencia. "Os Papas e os Príncipes" — escreveu, certa vez, São Francisco de Salles ao Duque de Nemours (Hamon, *Vie de Saint François de Sales*, vol. 2º, pags. 159-60) — têm tribunaes de Justiça, aos quaes remettem as accusações, afim de que dellas examinem o fundo, e para que, pela audiencia das partes e das testemunhas, se possa discernir de que lado está a verdade ou a mentira: *esse é um caminho que elles são obrigados a seguir, sob pena de damnção eterna; do modo contrario não haveria mais justiça sobre*

a terra. Recebestes accusações contra os meus irmãos, fizestes bem de as ouvir; mas, se nellas acreditastes, — vós me perdoareis, a mim que sou não sómente o vosso fiel servidor, mas o vosso affeiçãoado, ainda que indigno, pastor, — *de vos dizer que offendestes a Deus, e que sois obrigado de vos arrepender, ainda mesmo que as accusações fossem verdadeiras, pois palavra alguma contra o proximo póde ser acreditada antes de ser provada, e ella não póde ser provada sendo pelo exame e a audiencia das partes.* Quem quer que vos fale differentemente, Senhor, está trahindo a vossa alma. Por mais digno de fé que sejam os accusadores, é sempre indispensavel que os accusados sejam admittidos a se defenderem: os homens mais dignos de credito podem se enganar, ou serem levados, por alguns motivos humanos, a enganar.”

Estes conceitos admiraveis de um varão santo são, na terra, para os homens de boa vontade, o proprio julgamento de Deus. Nelles como que se estampa, em caracteres indelevelis, a reprovação universal ao procedimento tortuoso e indefensavel do Tribunal Superior, cujo julgado iniquo nesse caso da exclusão dos srs. Mello Vianna e Dorval Porto é bem o symptoma alarmante da inversão de todos os valores, no seio da confusa e anarchica mentalidade governamental que ora nos dirige.

Será possivel que a Revolução de Outubro, recebida com entusiasmo pela quasi totalidade da população brasileira, seja, pelas desillusões que vae espalhando, o tumulo sombrio de todas as aspirações nacionaes?

II

(De 18 de Fevereiro a 17 de Março)

Profunda inquietação invadira, incoercivel, a alma bravia do povo da Nortubelandia. Desde algum tempo um grupo de homens, apenas cobertos de tunica preta, havia aportado naquellas plagas, para annunciar ás gentes desse reino o que chamavam a *boa nova*.

Vindos de longes terras, esses homens, cujo saber e experiencia a todos encantavam, pregavam doutrina onde a mansidão e o amor ao proximo desempenhavam papel de insubstituivel relevo. O exemplo de vida, que offereciam, tinha como fundamento basico a renuncia, o desinteresse, e a humildade digna.

Aquelle povo, que a idolatria degradava, começou a se entusiasmar pelas cousas maravilhosas que os santos missionarios não cessavam nunca de contar sobre o reino de Deus. Não tardou que as verdades espirituaes, pregadas pelos filhos de São Bento ás massas populares, penetrassem, tambem, nas camadas altas do reino de Edwin.

Dentro em pouco o proprio rei, informado dos novos idéaes, que estavam empolgando a alma heroica do seu povo, achou que devia examinar, com zelo e prudencia, as aspirações espirituaes dos seus subditos, afim de imprimir rumo seguro á politica do seu governo, que já estava sentindo os reflexos inevitaveis da sublime pregação dos Benedictinos. “O povo nortubelez abraçará o christianismo ou permanecerá na idolatria:”, — narra Kurth (*Les origines de la civilisation moderne*, vol. 2.^o pags. 20-21) —. “Eis a questão que os sabios da nação, reunidos sob a presidencia do seu rei, tiveram de resolver na sessão mais solemne que um parlamento anglo-saxão jámais realizou no solo da Inglaterra. Scena augusta e sublime, onde, durante algumas horas, os destinos de um grande povo, e, quiçá, o futuro do christianismo no mundo inteiro, foram mantidos em suspenso, e decididos por um punhado de barbaros! Entraram definitivamente na historia da civilização, as palavras do velho, que deu o ultimo golpe nas irresoluções do soberano:

“Eis, Magestade, como eu figuro a vida dos homens aqui em baixo, em comparação com a eternidade que é para nós um mysterio. Quando, no inverno, estás sentado a te banquetear com os teus chefes e os teus servidores, o fogo arde no meio da sala, e um doce calor a aquece, enquanto que lá fóra os turbilhões de chuva e de neve se succedem raivosos. Então, ás vezes, vê-se um passaro atravessar, com vôo rapido, toda a sala, entrando por uma porta e desaparecendo por outra. Durante este curto trajecto elle está ao abrigo dos furores da tempestade, mas este instante de serenidade só tem a duração do relampago, e logo, escapando de tuas vistas, do inverno elle torna a entrar no inverno. Tal é a vida humana; ella brilha um instante, e nós ignoramos o que a precedeu, e o que a ella se vae seguir. Se, portanto, a doutrina nova nos traz um pouco mais de certeza, ella merece que nós a abracemos”.

Este discurso abre dignamente os fastos da eloquencia parlamentar ingleza, e nos faz comprehender a rapidez dos progressos do christianismo no meio de homens que eram capazes de semelhantes accentos”.

Exemplo admiravel de prudencia e lucidez, e cuja oportunidade, nesta hora dramatica da nossa nacionalidade, o Brasil todo está a sentir.

Dentro de algumas semanas eleita deverá estar a Assembléa Constituinte, que se incumbirá de fixar, em formulas adequadas, a orientação politica do paiz, em face dos grandes problemas espirituaes, moraes e sociaes que se apresentam, fortes, prementes e inevitaveis dentro da vida organica de toda a nação.

Como se vão comportar os nossos futuros legisladores relativamente a taes problemas? Mostrar-se-ão á altura de suas responsabilidades? Irão ter a coragem de voltar as suas vistas para o passado da Nação, afim de extrahir delle aquellas verdades espirituaes e moraes, cuja acceltação quasi unanime, hoje como hontem, por parte dos brasileiros, constitue a característica essencial da nossa gente? Convencer-se-ão, afinal, de que precisam afastar-se da attitude dos constituintes de 1891, que impuzeram a todo o paiz o seu ponto de vista individual, que era o do agnosticismo mais ferrenho e intransigente?

Nesta quadra, que o Brasil atravessa, de aventuras politicas audaciosas, e de exaltação revolucionaria intensa, é indispensvel que os nossos homens publicos, interessados em redigir o nosso estatuto fundamental, tenham bem presente ao seu espirito esta advertencia de sociologo eminente: “E’ exacto que esta vida se offerece a nós como *realidade anterior e superior á vida individual*. Quando nós entramos na existencia, muito falta para que nos encontremos deante de uma pagina branca sobre a qual nos seja facultativo escrever livremente os resultados de nosso capricho ou das nossas combinações reflectidas; ao contrario, a vida social coherente e organizada — bem ou mal, pouco importa — pesa sobre nós com todo o seu peso, e podemos sentir, atravez das cicatrizes de nossa carne quanto, tambem este peso é oneroso” (Paul Bureau — “Introduction A’ La Methode Sociologique”, pag. 92).

O dever, assim, dos nossos legisladores, é prescindir, com energia e firmeza, da sua orientação meramente individual, esforçando-se, no maximo que estiver ao seu alcance, por apprehender as verdadeiras aspirações dos seus concidadãos.

Mas, não basta esta simples attitude. O facto social é por demais complexo, para que possa com facilidade ser pelo legislador, apprehendido em toda a extensão da sua realidade, pois que, como muito bem focalizou Bureau (Ibid., pags. 92-93), “ao lado da vida social já formada, e na posse de seus quadros e de suas formulas fixadas, existe outra, a que está prestes a se formar, e que se elabora. Ora, esta é inteiramente imperceptivel á luz dos methodos que se preconiza, pois que o caracter fluctuante e impreciso de suas forma-

ções e de seus quadros não lhe permite de se mostrar em formulas definidas. Discreta e insinuante, ella se busca a si mesma, e, entretanto, nenhum sociologo prudente poderá renunciar ao seu estudo".

Nestes ultimos dias, alguns dos nossos homens publicos, de maior relevo nos quadros do governo revolucionario, tiveram manifestações, que vieram despertar, de certo modo, as antigas esperanças, que o paiz nunca deixou de nutrir, de ver os seus governantes pôrem termo final nessa scisão funesta, que reinava desde 1891, entre a legislação do Estado e as aspirações espirituaes dos cidadãos.

O sr. Oswaldo Aranha, por exemplo, fez constar do ante-projecto de Constituição, mandado organizar pelo Governo Provisorio, as seguintes disposições: "Não podem as autoridades indagar da confissão religiosa a que alguém pertença, salvo quando dependam disso direitos e deveres ou quando exija inquerito estatístico ordenado por lei" ("Jornal do Commercio", de 17 de Março).

Estabelecido, deste modo, o primado do espirito sobre os interesses temporaes, estendeu o ante-projecto a sua protecção a assumpto de não menor relevancia, pois que diz respeito á estabilidade, no territorio nacional, das ordens e congregações mantidas pela Igreja. Eis os termos das novas disposições: "E' garantida a liberdade de associação religiosa.

As associações religiosas adquirem a capacidade juridica nos termos da lei civil". (Ibid.).

Nos termos do ante-projecto, portanto, ficaremos issentos dessas perseguições que, de vez em quando, os inimigos da Igreja desencaedam, em outros paizes, contra essas fontes inexgotaveis de espiritualismo que são as Congregações religiosas.

Mas, não pára ahi o ante-projecto. Após aquietar a opinião publica, relativamente a estas questões delicadas, consigna elle, quanto á materia de ensino, esta disposição de real valor e importancia: "E' livre o estabelecimento de escolas particulares parallelas ás publicas, ficando sujeitas á fiscalização da União, e podendo ser por esta officializadas ou equiparadas para o effeito de concederem diplomas, quando os seus programmas e categoria do respectivo pessoal docente não forem inferiores aos dos estabelecimentos officiaes similares" (Ibid.).

Nesta época de absolutismo do Estado, quando certos pedagogos se esforçam, a todo o seu poder, por tornar o ensino monopolio exclusivo dos poderes publicos, um texto constitucional, como este, que assegura o livre estabelecimento de escolas particulares, é, sem a menor duvida, da mais elevada significação para um paiz, como o nosso, que tem grande parte do seu ensino secundario nas mãos das Congregações religiosas.

Tanto mais merecedor de applausos é o ante-projecto, quanto, em outra parte desse mesmo capitulo, prescreve: "Ao ministrar o ensino, o professor não pode ferir os sentimentos dos que pensam de modo diverso" (Ibid.).

Ha no Brasil, por influencia do indifferentismo religioso que reinou no ensino official, por mais de 40 annos, certa classe de professores, mediocres e ignorantes, que costumam construir a sua reputação de notaveis scientistas á sombra das affirmações, falsas e anachronicas, do conflicto inevitavel entre a Fé e a sciencia. Corresponde, portanto, á indisfarçavel necessidade esse dispositivo do ante-projecto, cujos propositos de respeitar a consciencia religiosa dos concidadãos se revelou, em toda integridade da sua força, neste outro texto de extraordinario alcance nacional: "A religião é materia facultativa de ensino nas escolas publicas, primarias e secundarias, profissionaes e normaes.

Nas escolas particulares será livre, e nas escolas publicas subordinado á confissão religiosa dos alumnos" (Ibid.).

A introducção no ante-projecto constitucional de todos esses dis-

positivos vem revelar que os nossos dirigentes actuaes já consideram o facto religioso como qualquer cousa que precisa de ser vista pelos órgãos governamentais do paiz. Parecem, assim, os nossos governantes tomados do desejo de olhar, com respeito, para os impulsos, incoercíveis, da consciencia religiosa dos nossos concidadãos. Synptoma bem significativo dessa intensão superior, temol-o neste outro artigo do ante-projecto: "Nãc se pode recusar aos que pertencem às classes armadas o tempo necessario á satisfação dos seus deveres religiosos, toda a vez que não collide com o serviço publico" (Ibid.).

Em seguida, para demonstrar a seriedade com que está estabelecendo as suas prescripções, o ante-projecto accrescenta em outro artigo: "Sempre que a necessidade do serviço religioso se faça sentir nas expedições militares, nos hospitaes, nas penitenciarias ou outros estabelecimentos publicos, é permittida a celebração de actos cultuaes, afastado, porém, qualquer constrangimento ou coacção" (Ibid.).

Não ha negar, em face de todos esses dispositivos, que os homens da Revolução de Outubro se mostram, no que se refere ao phenomeno religioso do paiz, muito perto das aspirações dos seus concidadãos.

Esbarrando-se, a cada passo, com o facto social religioso, elles não estão procedendo como os constituintes de 1891, e a maioria dos politicos republicanos, que puzeram em execução a carta fundamental da Republica velha. Emquanto que os homens da legalidade, que a Revolução de Outubro derrubou, teimavam em ignorar a actividade religiosa da Nação, os vultos mais representativos do regimen inaugurado em 1930, attentam nessa actividade, e se empenham por disciplinar-lhe, com sympathia e boa vontade, as consequencias sociaes, muito embora o façam com defficiencia e timidez.

Nada traduz melhor esa maneira de agir dos novos governantes do que as palavras do capitão João Alberto, na entrevista que concedeu á "A Noite" (17 de Março): "A Revolução fez-se para remodelar o paiz e integral-o no governo de si proprio, *de accordo com suas tradições, suas convicções e seus anseios*."

Como é, então, que a Constituição que vamos adoptar poderia fugir ás directrizes naturaes, *divorciando-se do sentir quasi unanime do povo brasileiro?*

Eu, pessoalmente, dou meu apoio integral á doutrina consagrada no projecto do sr. Oswaldo Aranha e bato-me extremamente por ella".

Conceitos esplendidos, que jámais brotaram dos labios de qualquer politico da velha Republica. Nenhum delles, por mais democrata que se proclamasse, teve jámais a coragem de dizer, publica e solemnemente, que a Constituição brasileira não podia continuar a ignorar, apesar de todo o seu esplendor, o facto religioso da nacionalidade

Depois de fixar certos aspectos de natureza puramente pessoal, prosegue o capitão João Alberto a sustentar: "A Igreja catholica é a maior defensora do operariado.

Quer saber?

Nos Estados Unidos, em 1888, os "Cavalleiros do Trabalho", em numero de 130 mil, empenharam-se em lucta com os patrões.

Muitos dos operarios eram catholicos.

Os Bispos do Canadá condemnaram o movimento, emquanto que os dos Estados Unidos se mostraram benevolentes com elle.

A divergencia foi levada a Leão XIII, que, depois de se informar de todos os detalhes da pendencia, declarou ver a reacção com accentuada sympathia, porque era justa.

Em 1889, 250 mil operarios londrinos declararam-se em grêve por insufficiencia de salario e excesso de trabalho.

O Cardeal Manning offereceu-se como intermediario entre patrões e operarios.

Convocou os chefes patronaes e ante sua resistencia, em uma

scena, ao mesmo tempo grandiosa e pathetica, ameaçou-os de ir em pessoa na praça publica appellar para o auxilio dos catholicos em favor da grève, obtendo assim a victoria para os operarios.

Leão XIII felicitou o Cardeal Manning pela sua attitude e este, quando alguém o incriminou de estar praticando o socialismo, respondeu que apenas "fazia christianismo".

As reivindicações operarias consagradas no Tratado de Versailles e pelas quaes me tenho interessado, são as mesmas codificadas pelo Bispo Ketteler, de Mayença, approvadas entusiastamente por Leão XIII, elle proprio, o autor da "Rerum Novarum", que será sempre a palavra suprema sobre a questão operaria". (Ibid.).

Não se satisfiz o capitão João Alberto com este relato veraz da actuação da Igreja em favor do proletariado soffredor.

Para mostrar a necessidade, em que se encontra o poder publico brasileiro de estender as mãos amigas á influencia benefica do catholicismo, acrescenta: "Sobre a indissolubilidade do vinculo matrimonial nunca transigi. A familia é uma instituição que não pode nem deve ser abalada por innovações contrarias á *indole e ás convicções religiosas da grande maioria do povo brasileiro*."

Quanto ao ensino religioso facultativo, a grita levantada por alguns elementos não tem razão de ser.

Quanto á assistencia religiosa, pode o Estado, que dá a medida, negar a espiritual?

Pode o Estado negar ou fingir desconhecer a realidade catholica no Brasil?" (Ibid.).

Confissão maravilhosa! Apprehensão justa e objectiva do problema religioso brasileiro! Rendição incondicional á evidencia dos factos sociaes! E tudo isto logo accrescido deste depoimento accorde com a verdade historica: "O Brasil deve á Igreja catholica a sua unidade espiritual, que constitue um dos élos mais poderosos da unidade nacional."

Deve mais a diffusão do ensino, que durante longos annos encontrou nella a propagadora quasi que exclusiva.

Deve, ainda, a educação moral do povo brasileiro, cujo padrão é dos mais altos, graças a isso.

E ha-de se negar essa evidencia, e investir contra a Igreja, pelo gosto de empregar phrases e conceitos sem significação como o clericalismo, laicismo e outras expressões sedicões e vãs? (Ibid.).

Lançando, em seguida, as suas vistas sobre as linhas ideaes do edificio constitucional, prestes a ser erguido, exclama o actual Chefe de Policia desta capital: "A Constituinte vem! Será eleita livremente, representará bem o Brasil, e não consentiremos que se deturpe a nossa lei magna com fantasmagorias."

O Brasil é catholico e sua Constituição só pode consagrar sobre familia e sobre regimen social os principios da doutrina catholica". (Ibid.).

Por seu turno, o sr. Gustavo Capanema, noutra quadrante da vida publica nacional, teve occasião de pleitear, no seio da commissão incumbida de organizar o programma do Partido Progressista de Minas Geraes, uma legislação constitucional, que saiba harmonizar, com prudencia e liberdade, as necessidades da intervenção temporal do Estado com as de submissão respeitosa ás aspirações espirituas da consciencia do paiz. Por isso, numa das reuniões dessa commissão, disse, sem reboços: "O Partido se fundava em Minas para agir em harmonia com o pensamento mineiro. E o pensamento mineiro era catholico, o que significava, pelo casamento religioso, e contra o divorcio a vinculo. Além disso, grande parte das populações sertanejas de Minas se casava pelo religioso, o que tornava imperativo o dever de se regularizar tão grave situação" ("Correio da Manhã, de 17 de Janeiro").

Mais tarde, na convenção, levada a effeito pelo mesmo Partido, em Bello Horizonte, o joven politico mineiro "proferiu magnifico discurso", — ("Jornal do Commercio", de 23 de Fevereiro) — , "em

que salientou o fim dos que se prendem a assistencia religiosa ás forças armadas.

Exaltou o suprehendente resultado que lhe foi dado observar no recente movimento armado, quando teve o prazer de verificar a attitude verdadeiramente notavel, pela sua abnegação, dos cappellães que acompanharam, em todv a campanha, as tropas mineiras.

Disse que os capellães não assistiam ao soldado apenas espiritualmente, mas também moralmente, levantando-lhes o animo e avivando-lhes o patriotismo e, ainda, materialmente, pensando-lhes os ferimentos. Por isso era a commissão de parecer que no capitulo "Ordem espiritual" se consignasse uma these favoravel á assistencia religiosa ás forças armadas".

Taes attitudes dos proceres do Governo Provisorio revelam, de sua parte, superior espirito de conformação com os postulados irreprimiveis da consciencia religiosa dos cidadãos brasileiros, na sua quasi totalidade.

Mas, a par disso, traduzir-lhes-ão o sentir sincero de convicções arraigadas, ou serão apenas méro expediente eleitoral, manejado com o intuito de captivar as sympathias da Liga Eleitoral Catholica, cujos numerosos votos, no pleito de 3 de Maio proximo, poderão influir, decisivamente, na victoria dos Partidos, que se empenham por obter a maioria no seio da futura Assembléa Constituinte?

O problema, neste momento, excede as forças da intelligencia humana. Os dados, de que se constitue, permanecem ainda no fóro interior de cada um dos actores. Como penetra-lhes na consciencia e lér, nos seus refolhos mais secretos, a verdadeira intenção que os anima?

Por outro lado, a historia nos fornece exemplos como este de que nos fala Albert Vandal ("L'Avénement de Bonaparte", vol. 2.º pagina 13). Estava Bonaparte a conferenciar com D'Andigné sobre a pacificação da Vendéa, quando a conversação recahiu na religião. Bonaparte, ante a evocação desse nome, declarou, peremptorio: "Tambem eu quero bons padres... A religião, eu a restabelecerei, não para vós, mas para mim." E acrescentou, como filho do seculo que léra Voltaire: "*Não é que nós outros, nobres, tenhamos muita religião, mas ella é necessaria para o povo, e eu a restabelecerei*".

Sinceras ou não, as declarações e attitudes dos governantes actuaes do paiz, precisam de ser acolhidas pelos catholicos brasileiros com sympathia serena e prudente. Cabe-nos, nesta emergencia delicada da vida da nação, repetir, simplesmente, as palavras de Cantú ("Historia Universal", vol. 9.º, pag. 375), escriptas a proposito da conversão de Henrique IV, rei de França: "Quer fosse por calculo ou por sentimento, abjurou, pois, segunda vez o protestantismo para seguir a religião de seus avós; o seu partido augmentou, e elle afinal foi sagrado em Chartres".

Em França naquelles tempos, também se punha em duvida a sinceridade do pretendente ao throno. Mas, como narra esse historiador (Ibid., pags. 375-376): "Clemente VIII, afim de não perder a França por causa das delongas, como Clemente VII perdera a Inglaterra por causa da precipitação, reconciliou Henrique com a Igreja. As cidades do Reino seguiram o exemplo de Paris, e os senhores que haviam esperado tornar-se independentes nas Provincias, curvaram a cabeça; os hespanhões recommçaram a guerra e foram vencidos. Mayenne veiu pôr-se á disposição de Henrique".

Não nos precipitemos, portanto, mas, também, não nos mostremos intransigentes. Aceitemos, com seriedade e dignidade, os offerecimentos de paz honrosa que nos estão sendo apresentados, tomando, apenas, as cautelas necessarias, para que tão brilhantes promessas não deixem de ser transformadas em realidade viva na organização definitiva, pela Assembléa Constituinte, do nosso Estatuto Fundamental.

Não nos paguemos de phantasias. Os membros do Governo Pro-

visorio enquanto tiverem forças, não consentirão, jámais, que o poder publico saia das suas mãos.

Elle envidará herculeos esforços no sentido de continuar a dominar a nova machina politica, que começou a montar, com tanto zelo e carinho. Demonstração inequivoca destes seus propositos, acaba de ter toda a Nação, ao lêr, escandalizada, nos jornaes a seguinte nota do gabinete do sr. Ministro da Justiça: "Na residencia do Ministro Mello Franco, estiveram reunidos na noite de hontem, os seguintes proceres revolucionarios: Ministros Mello Franco, Antunes Maciel, José Americo, Washington Pires, Juarez Tavora e Salgado Filho; Interventores Pedro Ernesto, Ary Parreiras, Carneiro de Mendonça e Rogerio Coimbra; General Góes Monteiro; capitão João Alberto, Drs. Antonio Carlos e Solano da Cunha, este por delegação do Interventor Lima Cavalcanti.

O Ministro Antunes Maciel, expondo os fins da reunião, explicou que não se tratava da organização immediata de um partido, porém da necessidade de se approximarem mais perto os elementos revolucionarios de todos os Estados, evitando-se dispersão de esforços e divergencias que, por vezes, têm surgido, nas fileiras daquelles. Para essa aproximação era aconselhavel a adopção de certas normas de acção politica e de um programma doutrinario minimo, tudo sob controle de uma commissão central de "leaders" revolucionarios authenticos, capazes, pelo seu prestigio, de dirimir differenças e assegurar a cohesão de todos os referidos elementos." (*Jornal do Commercio*, de 18 de Fevereiro.)

Depois de informar que "o blóco revolucionario" denominar-se-ia "União Civica Brasileira", accrescenta a nota que entre as theses approvadas figuram estas: "1ª—Os adversarios da revolução acham-se unidos por um objectivo commum — a posse do poder — de que foram afastados pelo movimento de 1930, ou, posteriormente, por uma selecção necessaria, dentro do proprio governo revolucionario. 2ª—Todas estas forças, que agora se unem contra a dictadura, estão convencidas de que a Constituinte, por si só, não resolve o problema brasileiro *Entretanto, fizeram della bandeira de lucta, calculando que, tendo de vir, mais cedo ou mais tarde, o seu adversario lhes proporcionará, de qualquer fórma, perante o povo, uma situação de meia victoria, que contam poder explorar contra os actuaes partidarios da dictadura.*" (Ibid.)

Nunca, para confusão dos actuaes governantes, a politica brasileira offereceu, atravez da attitude de seus homens eminentes, exemplo tão frisante de mediocridade de objectivos, e de subalternidade de interesses. O que todo o mundo está a enxergar, por entre as expressões vulgares dessas theses estultas, é a preocupação dos dirigentes do momento de se manterem, a todo o transe, *na posse do poder*, unico objectivo que os estimula.

Conhecendo, em todo o vigor da sua realidade, o juizo de reprovação geral do povo brasileiro sobre a obra politico-administrativa que levaram a effeito no territorio nacional, nestes dois annos e meio de governo discricionario, os homens da dictadura estão certos de que uma eleição livre implicaria na derrota completa de seus candidatos, uma vez que nas proprias fileiras catholicas innumerous são os elementos que descrêm, por completo, da sinceridade de suas promessas sobre o reconhecimento, na futura Constituição, da ordem espiritual, que tanto interessa á consciencia religiosa da Nação.

Nestas condições, ninguem se illude com o alcance verdadeiro desta outra these, votada pela União Civica Brasileira: "3ª—As diversas correntes revolucionarias precisam, portanto, offerecer uma frente cohesa ao adversario commum. Essa frente póde e deve ser estabelecida fazendo opposição ao esforço combinado dos reaccionarios, isto é, *concentrando esforços em torno do Governo Provisorio, para a manutenção da ordem, antes e durante a Constituinte.*" (Ibid.)

O Governo Provisorio está procurando enganar-se a si mesmo, com acreditar que a opinião publica se deixa embair com estes expe-

dientes, já surrados, de vel-o estabelecer, na vespera de pleitos, e sob o disfarce de arregimentar elementos para a "manutenção da ordem", organizações nitidamente partidarias.

Aliás, esse mesmo Governo se encarregou de desvendar os seus planos machiavelicos, desde que, em nota official, mandada publicar em todo o paiz, affirmou categoricamente: "Sendo notorio que elementos civis e militares se têm reunido, á margem das fronteiras do sul, em paiz estrangeiro, para concertar planos de perturbação da ordem, nas vesperas das eleições á Assembléa Nacional Constituinte — o Governo julga opportuno declarar que tem pleno conhecimento de taes trabalhos e está preparado para os annullar, á primeira manifestação de qualquer movimento sedicioso." (*Diario Carioca*, de 4 de Março.)

Se os poderes publicos estão, desde muito, perfeitamente aparelhados para defender, com rapidez eficaz, a ordem e a tranquillidade publica, como explicar a adopção desta these pela União Civica Brasileira: 4^a—Os Estados deverão, por seus elementos de governo e correntes revolucionarias, deixar bem clara a união contra a desordem, independentemente de quaesquer divergencias de caracter ideologico que possam existir entre as mesmas correntes."? (*Jornal do Commercio*, de 18 de Fevereiro.)

O verdadeiro sentido desta these, entretanto, deve de ser buscado nos termos claros do item 1^o das Instrucções baixadas pela União Civica Brasileira aos Interventores Estadoaes: "Neste momento todo especial, de consolidação e reconstrucção, os Interventores poderão interessar-se pela arregimentação politica dos elementos que fizeram a revolução ou que estejam integrados sinceramente nas suas idéas, pois só assim a obra revolucionaria será amparada e proseguida no proximo regimen constitucional." (*Ibid.*)

Toda essa phraseologia vaga, imprecisa e pharisaica tem, assim, por unico objectivo esconder, sob o já gasto disfarce de defesa da ordem, a arregimentação, á sombra das influencias do poder publico, das forças eleitoraes dos Estados.

Alludindo á semelhante proposito dos nossos governantes, observou, com absoluta procedencia, um dos matutinos desta capital: "Temos como perfeita e acabada a união cordeal e intima de todos os partidos officiaes e officiosos surgidos após a Revolução, seja qual fôr a ideologia e o programma de cada um.

Queremos... salientar que essa pretendida reunião dos partidos revolucionarios, com o fim de formarem todos um grande partido nacional, é a repetição do velho processo politico de que foi fertil a Velha Republica, a partir do governo de Campos Salles. Nada mais representa do que a repetição da "Politica dos Governadores" instituida por aquelle saudoso ex-presidente, para fortalecer, com o apoio dos Estados, o dominio do Presidente da Republica, que, em troca, augmentava a força dos Governadores amigos, dando-lhes o apoio do seu prestigio e a solidariedade do seu mandato presidencial.

E' isto, e nada mais que isto, o que se pretende fazer agora, com a constituição da "União Civica Brasileira", sob cuja direcção se fará a agglutinação dos varios Partidos que, nos Estados, os Interventores estão formando, graças ao prestigio do cargo e ás contingencias da situação.

O mais interessante é que a Revolução, depois de dois annos, segue as pegadas da Velha Republica, e lhe plagia os processos politicos, esquecida de que taes processos já mereceram a solemne condemnação do povo e a repulsa indisfarçavel da historia." (*A Batalha*, de 26 de Fevereiro.)

Os que se habituaram a estudar, com objectividade, a curva de actuação dos Partidos politicos, no mundo moderno, não se surpreendem com a restauração dos velhos processos de mandonismo, por parte dos elementos que assaltaram o poder exactamente em nome da reacção contra a pratica, pelos antigos dominadores, de semelhantes processos. Procurando alargar a sua experiencia, esses estudiosos

do facto social deparam, em toda a parte, com o mesmo phenomeno politico, conforme se póde ver neste testemunho de Daniel-Rops (*in* "Le Rajeunissement de la politique", pag. 24), o qual, analysando a acção dos quadros politicos do seu paiz, diz: "Observa-se, sem esforço, que as luctas parlamentares não visam nunca sendo o ataque aos homens ou aos Partidos e que as idéas, de que são pioneiros, só são invocadas na medida em que elles permitem de provocar os movimentos de opinião uteis para a manobra. O espirito politico não serve mais senão para a combinação e, todo elemento intellectual tendo sido d'elle banido, elle é incapaz de se renovar."

Os revolucionarios de 1930, ao tomarem conta do poder, precisaram de justificar, perante a opinião publica despertada, os motivos pelos quaes tinham appellado para o emprego da força. Os politicos da Velha Republica — allegavam os próceres revolucionarios — tinham fraudado, nas suas fontes, o regimen representativo. Os poderes politicos da Nação não se constitulam sob o só influxo da vontade popular. Os homens que nelles tinham assento eram simples mandatarios do Poder Executivo da União e dos Estados, cujo prestigio era todo elle empregado, sobretudo, para a formação de corpo eleitoral submisso ás ordens e aos interesses da autoridade publica arbitraria e caprichosa.

A Revolução — diziam ainda os novos governantes — vinha unicamente para estirpar estes males funestos, instituindo, definitivamente, e sobre bases solidas, o regimen representativo em toda a pureza dos seus postulados.

Muita gente houve que acreditou nessas promessas solemnes, feitas na hora confusa da victoria, quando tudo, ao redor dos novos dirigentes, era incerto e duvidoso.

Para consolidar a posse do poder, e afastar as ambições, que corvejavam os supremos postos da Republica, fazia-se mysterio aos novos governantes prometter, como unica obra digna da Revolução, a criação de regimen que fosse, exctamente, a antithese do que acabava de ser destruido.

Entretanto, a aspiração secreta que esses governantes traziam aninhada no seu coração, era simplesmente realizar o ideal de todos os politicos do mundo contemporaneo, que Spengler (*La Decadencia de Occidente*, trad. hesp. de Morente, vol. 4º, pag. 265) soube traduzir em fórmula brutal: "O importante não é realizar, senão poder mandar. Com o mando cresce o individuo sobre si mesmo e se converte em centro de um mundo activo."

Quando, assim, os dirigentes revolucionarios sentiram bastante consolidada a sua situação, em face dos velhos quadros politicos da Nação, dissolvidos ou desarticulados, entraram, logo, a tratar da realização da Assembléa Constituinte. E' que pensam, á sombra da impotencia dos antigos partidos, poder ainda dominar, atravez da compressão material do governo discricionario, o novo corpo eleitoral, composto, no dizer insuspeito do Major Magalhães Barata, "quasi que exclusivamente de funcionarios publicos, operarios syndicalizados". (*Jornal do Brasil*, de 25 de Fevereiro.)

Alguns factos occorridos, recentemente, dão bem a idéa do ambiente de coacção illimitada dentro do qual se vão processar as eleições de 3 de Maio proximo. Os Srs. Pedro Ernesto, Interventor Municipal; General Góes Monteiro, Inspector Geral de Regiões Militares; Coronel Mendonça Lima, Director da Estrada de Ferro Central do Brasil, e Capitão João Alberto, Chefe de Policia, em manifesto ao povo da Capital Federal, informam que fundaram um partido politico, com a denominação de Partido Autonomista do Districto Federal.

A não serem notas laconicas saídas nos jornaes alguns dias antes da publicação deste manifesto, ninguem ouvira jámais falar dessa agremiação partidaria, cuja fundação foi resolvida, da noite para o dia, por deliberação exclusiva desses quatro chefes de serviço, que não tiveram nunca qualquer contacto politico directo com a opinião

publica. Os postos, que têm exercido, são todos de caracter meramente administrativo, e foram obtidos por nomeação directa do Chefe do Governo Provisorio, de quem são delegados de immediata confiança. Sua actuação, na vida publica brasileira, só se caracteriza, anteriormente a 1930, por conversas secretas com elementos revolucionarios, e ás quaes sempre foi estranha a opinião publica. Depois de 1930, elles surgiram simplesmente como órgãos administrativos de um Governo imposto pela força.

Essa agremiação apparece, assim, no scenario politico da capital sem quaesquer titulos que a justifiquem, dando, ao contrario, a triste impressão de que esses quatro representantes do poder publico revolucionario, valendo-se da soberania incontrastavel das altas funcções que exercem, pretendem forçar os seus subordinados eventuaes a votarem nos candidatos da sua escolha.

Era natural, portanto, que a opinião da metropole se escandalizasse com a attitude desses próceres revolucionarios. Esse escandalo attingiu a taes extremos que o Coronel Mendonça Lima se viu na contingencia de dar uma satisfação ao publico, mandando publicar nota official, na qual, entre outras ponderações, faz as que se seguem: "A minha assignatura no manifesto do Partido Autonomista não implica, absolutamente, no meu ingresso para a politica partidaria. Significa, apenas, a minha inteira solidariedade aos meus tres illustres companheiros, na defesa dos principios consubstanciados no manifesto e uma homenagem ao povo carioca, cuja autonomia o Partido se propõe a pleitear." (*Correio da Manhã*, de 11 de Março.)

Não é de surpreher, porque, ha dois annos, estamos a viver num ambiente povoado de absurdos e de incongruencias. Nada ha que estranhar, portanto, nesta explicação: quando um chefe de serviço, e figura proeminente do Governo revolucionario, lança sua assignatura por baixo do manifesto de um Partido Politico, isso não quer dizer, de modo algum, que, com tal seu procedimento, esse chefe de serviço esteja se immiscuindo na politica partidaria!

Onde, porém, o caso se torna mais interessante, é neste outro aspecto, focalizado pela mesma nota do Coronel Mendonça Lima: "Lançado o Partido, naturalmente elle vae agora organizar-se, começando por constituir uma directoria para orientar a sua vida politica e administrativa. Dessa directoria eu não farei parte, porque julgo incompativel com o elevado cargo administrativo que exerço neste momento, o de director de um partido politico." (*Ibid.*)

Ora, o manifesto do Partido Autonomista não autoriza essa escapatória, pois que, após indicar algumas theses, que a nova agremiação se propõe a defender, acrescenta: "Com estes principios basicos, que são um primeiro passo para a organização definitiva da politica nacional, os autonomistas convocarão o eleitorado do Districto Federal ás urnas, na sustentação de seus proprios direitos, para o pleito de 3 de Maio." (*Jornal do Brasil*, de 5 de Março.)

O Partido Autonomista tem, portanto, finalidade immediata, e começará a actuar, com vigor e energia, desde este momento.

A organização definitiva, que a nota do Coronel Mendonça Lima invoca em defesa deste, só será, ao contrario, levada a effeito depois das eleições para a Assembléa Constituinte. E' o que, sem dubiedade, esclarece o manifesto: "Vencida esta etapa", — isto é, o pleito de 3 de Maio —, "serão chamados os elementos mais representativos do Partido para uma Convenção, que discutirá e assentará todos os pontos de seu programma integral." (*Ibid.*)

Persuadam-se, uma vez por todas, os próceres revolucionarios: são estas contradicções de actos e attitudes que os levam a perder a estima e a confiança dos seus concidadãos. Gestos seus, mesmos os mais nobres, são logo suspeitados de insinceros, julgando todo o mundo que, por detraz de sua apparencia superior e magnanima, está sempre algum interesse subalterno. E' o que vem acontecendo, por exemplo, com a concessão da amnistia aos revolucionarios paulistas.

Quando, em telegramma dirigido ao Sr. Francisco Simões Filho, ex-Prefeito de São Sepê, o Sr. Flôres da Cunha se declarou francamente favorável á amnistia, por toda a parte se fez ouvir um côro de applausos entusiasticos. Em todos os jornaes, em todos os lar, em todas as rodas, e onde quer que, enfim, se reunissem dois brasileiros para conversar sobre a vida politica do paiz, logo vinha á baila o referido telegramma do Interventor gaúcho, assim redigido: "Recebi com satisfação o seu telegramma. Devo seguir brevemente para o Rio, afim de tratar de varios assumptos. *A concessão da amnistia é um dos objectivos da minha viagem. Estou sinceramente empenhado em que seja decretada esta medida, pois desejo ardentemente o apaziguamento e a confraternização do generoso povo brasileiro.*" (*Diario Carioca*, de 9 de Março.)

Nesta hora grave, prenhe de riscos e de ameaças, uma medida de tal natureza seria, na verdade, o passo mais decisivo que o governo revolucionario poderia dar para a harmonia integral dos brasileiros de boa vontade. Porque se attenderia ás tradições christãs da nacionalidade, que foi formada, desde o seu alvorecer no concerto das nações civilizadas, sob a influencia desta lição maravilhosamente divina, de que São Paulo foi o humilde e santo porta-voz (1ª Ep. aos Cors., Cap. 13º, v. 1-8): "Ainda que fale a lingua dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como o metal que sôa ou como o cymbalo que tine. E ainda que tenha o dom da prophecia e conheça todos os mysterios e quanto se póde saber; ainda que tenha toda a fé, até o ponto de transportar montes, se não tiver caridade, nada sou. E ainda que distribúa todos os meus bens para sustento dos pobres, e que entregue o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, nada disto me aproveita. A caridade é paciente, é benigna; a caridade não é invejosa; não obra levianamente; não se ensoberbece; não é ambiciosa; não busca os seus interesses, não se irrita; não suspeita mal; não folga da injustiça, mas alegra-se com a verdade; tudo occulta, tudo crê, tudo espera, tudo supporta. A caridade nunca ha de acabar."

Se o Sr. Flôres da Cunha estava, realmente, empenhado em se bater, generosa e patrioticamente, pelo apaziguamento da familia brasileira, devia se inspirar nesta sublime lição do grande Apostolo que mostra que, sem caridade verdadeira, nada se constróe no seio das sociedades humanas. E a amnistia, ampla, e immediata, seria, no estado actual de conturbação geral dos espiritos, que flagella a sociedade brasileira, uma das fórmulas mais excelsas da caridade christã, no campo agitado das nossas luctas politicas.

S. Ex. deixou, entretanto, passar o momento opportuno. A amnistia, nesta hora, já não traz consigo aquella característica, de que fala São Paulo, isto é, a de não buscar os seus interesses.

Na verdade, se ella viesse nesta hora, já não teria o effeito de suspender a inelegibilidade de todos os que se viram attingidos pelo decreto 22.194, de 9 de Dezembro de 1932, uma vez que o art. 39 do Codigo Eleitoral dispõe: "São condições de elegibilidade: 1º — *Ser eleitor.*"

Ora, é evidente que, dada a exiguidade do tempo, a maioria dos que tiveram os seus direitos politicos suspensos, já não poderia alistar-se como eleitor. Privados ficariam, portanto, os seus partidarios de suffragarem os nomes dos seus chefes nas eleições de 3 de Maio proximo, para a Assembléa Constituinte, no seio da qual se vão debater problemas da mais alta importancia e significação para os destinos do paiz.

A amnistia, assim, se fôr realmente decretada, não impedirá, entretanto, que os governantes actuaes manejem a seu talante, e sem a fiscalisação dos seus adversarios, a Assembléa Constituinte.

Vamos ter, nestas condições, uma Constituição elaborada á inteira revelia de uma grande parte da nacionalidade. Estamos, assim, ameaçados de ver reproduzir-se, agora, o mesmo funesto acontecimento, que se verificou com a primeira Constituinte republicana, da

qual foram systematicamente afastados todos os elementos que se recusaram a humilhar-se deante da situação então victoriosa.

A obra que fôr levada a effeito por essa Assembléa Constituinte, desprestigiada já de antemão, perante a opinião publica do paiz, poder-se-á impôr á estima e á consideração de todos os brasileiros?

Queira Deus que estejamos enganados. Mas, para que se pudesse chegar a esse resultado, seria indispensavel que os legisladores que vão surgir da eleição de 3 de Maio proximo fossem homens serenos e desinteressados, que buscassem, antes de tudo, traduzir, em fórmulas juridicas perfectas, as justas aspirações de paz, de felicidade e de progresso que se aninham, fortes e irreprimiveis, hoje mais do que nunca, no coração, já muito agoniado, do desilludido povo brasileiro.

REGISTO

E' SEMPRE ASSIM...

Falleceu em Saubucar de Barrameda, na Hespanha, o sr. Garcia Ventós, chefe da minoria da esquerda republicana no *Ajuntamiento* da localidade. Ao sentir que ia morrer esse politico extremista pediu um padre para se confessar, tendo reparado seus erros passados, e recebido os santos sacramentos. A Egreja termina sempre perdoando.

O FLAGELLO DO LAICISMO

Alinhemos apenas factos para que o leitor deduza dos numeros as suas consequencias. Ao completar um anno da dissolução da Companhia de Jesus na Hespanha os jornaes divulgaram os seguintes dados referentes ao prejuizo soffrido com esse facto, pela cultura hespanhola; os famosos Institutos Chimico e Biologico que os jesuitas mantinham em Sarriá, continuam fechados. Igualmente acontece ao seu modernissimo Instituto Catholico de Artes e Industrias de Madrid. A escola de engenheiros technicos, tambem dirigida pelos filhos de Santo Ignacio, a tempo transferiu-se para a Belgica, e o governo nada poudo fazer no sentido da sua substituição. Os estabelecimentos de ensino secundario dos jesuitas não foram ainda substituidos. O governo apropriou-se dos edificios em que aquelles funccionavam para fazer funcionar nos mesmos, antigos grupos escolares. Relativamente ao ensino gratuito, com a supressão das escolas dos jesuitas resultou ficarem sem possibilidade de aprender cerca de 32.000 creanças pobres !

DUAS PALAVRAS AOS COEDUCADORES...

O pedantismo pedagogico é fertil em novidades. Uma dessas é a de que não ha distincção real entre os dois sexos na capacidade para o exercicio de funcções que até agora os homens se reservavam para si. E depois de affirmacão tão rotunda passa a preparar as mulheres de geito a confirmar sua sentença. E' a isto o que elles chamam "coeducação", cuja primeira phase, como é intuitivo, se passa na escola com a promiscuidade, nas classes, de rapazes e raparigas, exercicios desportivos em commum, etc., etc.

Vejamos as conseqüencias dessa "racionalisação, dos sexos". Fale Mr. B. B. Lindsey, presidente de um Tribunal de menores em Denver, (Colorado), Estados Unidos :

"Muitas das menores que me consultam conhecem as praticas anti-concepcionistas. Em 495 casos de gravidez só se verificaram 25 nascimentos. Só em dois annos, 1920 a 1921, 769 raparigas me revelaram as alterações do seu estado."

Ainda aqui acerta a sabedoria popular: "pelos fructos conhece-se a arvore". Eis os fructos da coeducação escolar". Julgue quem quizer.

A INGENUIDADE DOS POLITICOS...

A ingenuidade, ainda que não seja facil de ver-se, não é privilegio da idade infantil. Tambem os homens publicos, mesmo os mais gastos em expedientes partidarios sabem ser ingenuos algumas vezes. E' precisamente de um desses casos que hoje nos occupamos. E o ingenuo é nada mais nada menos que o sr. Herriot!

Não um Herriot qualquer, porém o emiente estadista francez, grande homem da Franco-Maçonaria, super "ex-maire" de Lyon, conspicuo chefe do governo francez...

Na realidade, não ha outra maneira de interpretar a gravidade, a circumspecção com que, em nome da grande Republica, firmou recentemente um Tratado de não aggressão com a dita dos Soviets. Um Tratado de não aggressão militar e financeira pelo qual os dois paizes, França e Russia, compromettem-se a, em caso algum, isoladamente ou em alliança com terceira potencia, recorrer á guerra, ou participar de combinações

de que resultem prejuizos para a economia de um ou de outro.

E como, para mais accentuar o gráo de credulidade do sr. Herriot, ha ainda no mesmo Tratado uma clausula pela qual a Russia se obriga a não exercer em França nenhuma actividade capaz de prejudicar o regime politico e social alli existente...

E' incontestavel que atravessamos uma época que, si algum caracteristico possue na vida internacional é o da precariedade do prestigio dos Tratados. Não ha como conseguir convencer os povos de que elles, os Tratados, são alguma cousa mais que um "trapo de papel". E se tal é o estado de espirito entre as nações em que os homens, apezar de tudo, ainda conservam um certo respeito por sua honra individual, como acreditar que seja melhor na Russia de hoje cujos dirigentes perderam toda a noção de moralidade publica e privada e que, ademais, odeiam nossa sociedade, nossas instituições, nosso espirito, nossa cultura, em summa a propria civilização occidental?

Todo o mundo está cansado de saber estas cousas. A experiencia dos paizes que se aventuraram a negociar com os Soviets está longe de ser animadora. Só a ingenuidade do sr. Herriot não lhe permite a elementar clarividencia para comprehender que nos chefes communistas não ha que fiar...

NO ES LO QUE YO SONABA...

Unamuno o helenista incomparavel, o genio, o super-sabio consagrado por todas as esquerdas hespanholas experimenta, no momento, o azedume, a acrimonia, o rancor da imprensa official e officiosa do seu paiz E é innegavel que faz ju's a essa hostilidade por seu famoso discurso do Ateneo, que significou um verdadeiro libelo contra a Republica "agria y triste", na expressão de Ortega y Graset. Com effeito, dando um balanço no activo da jovem Democracia denunciou com vehemencia, quiçá com escandalo, seus erros e, mesmo, seu fracasso.

Aqui e alli vê Unamuno, e com razão, todos os vicios do passado regime, aggravados. Sobretudo affirma que a arbitrariedade do poder publico, na Hespanha, nunca ha sido tão desabusado e tão insolente quanto agora. Uma phrase sua concretiza todo o seu pensa-

mento expresso na hoje celebre oração do Ateneo: "Vejo apenas que nos estamos afogando, cada vez mais, no campo das paixões". Dahi sua reclamação de desalento sobre a Republica: "Não é de meus sonhos!"

Sem duvida é algo difficil negar que a nova Republica hespanhola se tem gasto demasiadamente em actos de provocação e de vindicta. Está sendo explorada como se fôra propriedade de determinadas facções politicas. Ella não é do povo hespanhol porém dos esquerdistas, hespanhoes ou não hespanhoes...

De modo que Unamuno hoje tem razão, o que é prova de que não tinha hontem quando se alliava aos bandos da desordem promovendo a quéda do throno em momento em que, para recolher sua herança em Hespanha só existiam organisadas as correntes extremistas.

Unamuno merece o castigo de hoje como punição da sua leviandade, pois sua cultura, suas cans e sua idade provecta o indicavam precisamente para a função de combater contra as forças da dissolução da sua patria ás quaes, inconsequentemente se filiou.

O VOTO FEMININO

Uma estatistica recentemente publicada da actividade eleitoral em Nauen, Allemanha demonstra que a pujança do Centro Catholico naquella parte do ex-imperio, é devida ao voto feminino. Alli o numero de eleitores deste sexo é duas vezes superior ao do sexo contrario.

A EXPULSAO DOS JESUITAS EM HESPANHA

Trecho do discurso de Unamuno pronunciado no Ateneo de Madrid: "Um acto revolucionario foi a queima de conventos, tão injusto e miseravel como a expulsão dos jesuitas e a confiscação de todos os seus bens".

UM MISSIONARIO HOMENAGEADO

No sacro recinto da Sociedade de Geographia de Paris, reuniu-se o mez passado, uma selecta assistencia, de que tomava parte o presidente actual da Republica franceza e dois ex-presidentes, para ouvir o relato da audaciosa expedição Citroien, da Syria a Pekin. Entre

os presentes encontrava-se o missionario catholico Chardin, que fôra um dos participantes da arrojada empresa. A uma certa altura da exposição da viagem, o narrador contou o seguinte episodio: perdido em certo ponto do deserto a expedição tornou-se necessario recorrer ao roteiro de um viajante do seculo XV, frei Carpini, o primeiro europeu que percorreu aquellas paragens. Houve necessidade de appellar para o arrojo e o sacrificio de alguem que com perigo de vida, se destacasse do grupo para palmilhar sem medo, immensas solidades. O padre Chardin reclamou para si e desempenhou esta missão.

A assistencia voltou-se toda para o humilde ministro de Christo e o saudou com prolongados applausos.

UM PREMIO DA ACADEMIA PONTIFICIA

A Academia Pontificia de Sciencias estabeleceu um concurso universal sobre o thema da solução das equações differenciaes. Os candidatos além de expor e ampliar a theoria das soluções periodicas deverão propor um novo systema de sua applicação aos problemas praticos.

E assim a Egreja vae demonstrando seu aferro ao obscurantismo...

UM MEXICANO EXPULSO POR SUA BENEMERENCIA

A cidade mexicana de Temascalcelgo soffria da falta dagua. Para abstercel-a do precioso liquido era necessario emprehender obras de engenharia acima dos seus escassos recursos.

Afortunadamente vira a luz do dia, sob os seus céos, Monsenhor Ruiz y Flores, delegado apostolico no Mexico, o qual, desejoso de melhorar a situação dos seus conterraneos, desfez-se do seu patrimonio de familia empregando o producto, 60.000 dollares, nas obras de captação de aguas para o seu torrão natal.

Essas obras ficaram concluidas precisamente, quando, em virtude da apostolica e moderada Encyclica do Santo Padre sobre a situação da Egreja no Mexico, foi expulso do paiz o seu benemerito custeador, e acabam de ser inauguradas com solemnidade como homenagem ao illustre prelado mexicano exilado.

UM JUBILEO JORNALISTICO

“La Croix” o valente diario catholico de Paris commemorou o seu primeiro jubileo jornalístico, por ter completado meio seculo de actividade. Melhor elogio não lhe poderia ser feito do que o que lhe prodigalizou o eminente cardeal Verdier, por essa occasião, classificando-a como “um dos melhores auxiliares de que dispõe a Igreja na França”.

Um correspondente do “El Debate” de Madrid, faz notar, a proposito desse jubileo, que as officinas do prestigioso orgão catholico encontram-se installadas precisamente na casa que habitava Jules Ferry no momento em que, como ministro da Instrucção, infelicitava a França com as famosas leis laicas do ensino.

UMA RETRACTAÇÃO IMPRESSIONANTE

Momentos antes de receber os ultimos sacramentos o maestro Vives, recentemente fallecido em Madrid, fez pela União Radio a seguinte retractação que foi lida, a seu pedido:

“Antes de receber o Santo Viatico, deante de minha familia e meu confessor, faço constar minha retractação e digo que me arrependo do damno que com os meus escriptos haja produzido; e como com minha propria morte não posso desfazer o mal que já fiz, como é meu desejo, peço perdão a Deus, para mim e para todos os meus leitores”.

Esta edificante lição ahi fica para ser meditada pelos apostolos de nosso tempo e de nossa terra, pelos “espiritos fortes” de cuja coragem só se sabe que chega para offender a Deus e á sua Santa Igreja.

UM FRACASSO DO LAICISMO

Os correspondentes telegraphicos transmittiram um destes dias á imprensa uma noticia que não póde passar sem commentario. Trata-se do seguinte: a inspecção militar a que foram submettidos os ultimos recrutas de Beauvoir, em França, notou que cerca de 40 % eram illetrados e quasi 30 % analphabetos !...

O facto causou escandalo pois que, irrecusavelmente, exprime decadencia no ensino popular da grande Republica latina. E pode-se imaginar quanto lhe ha mo-

lestado o orgulho do seu povo, tão cioso dos seus braços de cultura.

Dois grandes jornaes parisienses, principalmente, reflectiram a sensação de despeito da opinião publica deante de tão inesperada e humilhante revelação: "Le Figaro" e "Le Journal". E são dignas da nossa attenção as recriminações que ambos dirigem ao governo pelas difficuldades creadas em França á actividade pedagogica das Ordens Religiosas, a que attribuem o facto acima assignalado.

Com effeito, sabe-se que obedecendo ás baixas paixões da Maçonaria, o governo creou em França, o ensino leigo. E por uma serie de medidas, durante varias decadas, reduziu immensamente o campo do ensino livre em que trabalhavam especialmente as Ordens monasticas. Todo o empenho do Estado dirige-se no sentido do monopolio escolar por meio da escola unica. E, neste sentido, de anno a anno, se foram aggravando os gastos com a instrucção publica de tal modo, que hoje ascende a uma somma demasiado vultuosa a consignação para o departamento que tem o seu encargo.

E sem embargo, agora ou se dá conta ao publico de que com este sacrificio imposto á Nação, o nivel da cultura popular em vez de elevar-se, baixa de modo tão sensivel e impressionante.

Para quem esteja em condições de raciocinar, esta consequencia da politica escolar franceza não surprehende. Em boa razão ha que reconhecer que ninguem póde competir com as Congregações religiosas na diffusão do ensino, nem mesmo o Estado porque lhe faltam a vocação e recursos materiaes sufficientes. Motivo pelo qual o ensino official ha de ser fatalmente limitado em extensão e efficacia. Consequentemente, do *monopolio escolar exercido pelo Estado, não só especulativamente, como praticamente, segundo a experiencia actual nos paizes que se aventuraram a estabelecê-lo, resulta imperiosamente a redução da cultura popular*. E citemos, a proposito, o Mexico, onde pela suppressão das escolas catholicas ficaram privados de ensino mais de dois milhões de creanças, e a Russia, onde cerca de dez milhões de pobres seres na idade escolar vivem abandonadas e soffrem os agravos desse abandono, na sua saude e na sua moralidade (A viuva de Lenine calcula em 8 milhões estes infelizes).

A EGREJA E OS MA'US PROPHETAS

Não poucos hão sido os prophetas que, como Voltaire, fixaram um praso, maior ou menor, para que a Igreja desaparecesse da face da Terra. Em 1891, na Constituinte republicana brasileira, os positivistas falavam della como de uma cousa historica, que pertencia ao passado. Um orador, o sr. Barbosa Lima, que morreu reconciliado com ella e de modo tão edificante, replicava aos que propunham medidas de perseguição, que isso era absurdo porque os constituintes se collocariam na situação indigna de quem insulta um cadaver.

Não obstante a Igreja offerece, no momento, uma prova de vitalidade desconcertante para os que lhe passaram attestados de obito. Em paizes como a Russia, o Mexico e a Hespanha soffre perseguições como nos tempos apostolicos. Outros como a Italia, com ella se reconciliam em todos os actos da sua vida publica e privada. Uns como a França e Inglaterra passam a dar uma importancia crescente, ás suas relações officiaes com o Vaticano. Muitos como Allemanha, Polonia, Rumania e Yugoslavia procuram concretizar melhor essas relações por meio de concordatas. E é insignificante o numero dos que até, até hoje, não hajam restabelecido suas representações diplomaticas junto ao Santo Padre.

Na actividade interna dos paizes vê-se: o Catholicismo, por meio de partidos politicos como na Allemanha, na Austria e na Belgica, constituindo o ponto de apoio da sua vida publica; a acção catholica envolvendo toda a Italia, quasi toda a França, Hollanda, Suissa, Belgica, etc., e dominando em grande parte nos Estados Unidos, na Inglaterra e na America do Sul. No Oriente a obra missionaria toma cada dia maior amplitude, verificando-se conversões em massa como nos primeiros tempos da Igreja.

Por toda parte a vida de piedade augmenta de modo prodigioso em extensão e intensidade. A litteratura catholica em paizes como França, Italia, Estados Unidos enfrenta sob todos os aspectos a litteratura profana. Nossas organizações operarias na França, na Belgica, na Suissa, nos Estados Unidos, na Austria, na Allemanha e em outros paizes impuzeram-se aos technicos da Sociedade das Nações. Nossas Universidades no Oriente, nos Estados Unidos, em algumas Republicas sul-americanas e em quasi todos os paizes do Velho Mun-

do concorrem em muitos logares, triumphantemente, com as officiaes. O recrutamento da juventude operaria e academica vae se fazendo por toda parte de modo animador.

Nossas obras de piedade e de assistencia social multiplicam-se com rapidez e efficacia.

Tal é, em ligeiros traços, o panorama da Egreja em nosso seculo. Viva, operante, rejuvenescida pela seiva, pela generosidade e pela abnegação das ultimas gerações.

OUTRO FRACASSO DA LAICISMO

Ao testemunho do fracasso do ensino leigo em França, que registramos nesta secção, devemos juntar um outro que é tambem de uma grande actualidade. Exponhamos o facto: Existia em Madrid uma instituição dedicada a amparar os meninos cegos e surdo-mudos. Alli recebiam esses pobresinhos uma solida educação religiosa e tambem aprendiam a ler e adquiriam um officio de accordo com a sua vocação, que lhes permittiria, mais tarde, prover a propria subsistencia e muitas vezes a de sua familia.

O estabelecimento estava confiado a religiosos que se occupavam da administração interna e prodigalizavam aos internados os cuidados de que os mesmos careciam na saude e na enfermidade.

Tudo ia indo sem novidades. Veio, porém, a Republica. Logo surgiram reclamações contra a piedosa instituição. Era anachronica em seus processos, dizia um. Não se dava aos meninos um tratamento ideal, diziam outros. E mais isto, e mais aquillo...

Ninguem ignora que a Republica hespanhola, obra do mero acaso, ao surgir encontrou-se diante de uma multidão a reclamar-lhe o penhor do seu reconhecimento. Isto acontece sempre... O peor, no emtanto, é que a esses benemeritos tambem dominava uma espantosa voracidade de empregos. E verdade seja dita, ella tudo tem feito para sacial-os. Sem duvida com essa intenção, acolheu sem exame as imputações feitas ao estabelecimento dos cegos e surdos-mudos, despediu as religiosas da sua funcção e contratou pessoal leigo para substituil-as.

Tanto bastou para que a anarchia se implantasse no velho internato. Os novos professores, em grande

parte, brilhavam pela ausencia no estabelecimento. E o batalhão de arrumadeiras, enfermeiras, enfim, de pessoas destinadas a manter limpo e em boa ordem o edificio e seus hospedes, primou em demonstrar seu desinteresse pela tarefa que lhe cabia.

Resultado: ao chegar o periodo das férias o governo determinou aos trezentos internados que seguissem para a companhia dos paes, a pretexto de reformas internas no predio do collegio. E ao recommençar o periodo escolar, o mesmo não se reabriu. As obras não estavam ainda concluidas; que esperassem um pouco mais, diziam ás mães interessadas. Agora sabe-se que o governo destina-o a outros fins o predio do collegio de cégos e surdos-mudos de Madrid!...

Temos, assim, um testemunho mais do fracasso do laicismo no campo da assistencia social.

UNIVERSIDADE CATHOLICA DE MILÃO

Inaugurou-se no dia 8 do mez passado, a nova séde da Universidade Catholica de Milão. A solemnidade estiveram presentes o principe herdeiro e o ministro da Educação Nacional da Italia. A'quelle foi offerecida, como recordação do acontecimento, uma artistica estatueta de bronze representando S. Francisco de Assis em oração.

O ENSINO CATHOLICO EM HESPANHA

Foi creada em Valladolid uma Junta Diocesana de Ensino, com a funcção de desenvolver o ensino confessional, orientar e fiscalizar os institutos de ensino catholico actualmente existentes naquella diocese. Tem ainda como finalidade unificar o ensino de taes estabelecimentos.

O ENSINO LAICO NO JAPÃO

A' obstinação dos laicistas de recusar-se á evidencia dos factos devem os partidarios da escola unica, ou melhor, da escola sem Deus, o não se aperceberem de que a experiencia, a pratica de tal regime o condemna de modo irremediavel. Não obstante, porém, essa obstinação, insistamos em por-lhes diante dos olhos as provas palpaveis do seu equivoco. O testemunho vem ago-

ra do Japão. É nada mais nada menos um ministro de Estado quem o offerece, e ministro precisamente da pasta da Instrucção Publica. Com effeito, o actual gestor dos negocios desse ramo da administração naquelle, paiz, aproveitando as recentes commemorações da acção missionaria no mundo, digiriu um caloroso appello ás congregações catholicas afim de ajudarem na obra de regeneração e engrandecimento nacional em que se acha empehhado o governo de sua patria.

Dos reuultados da policita escolar agnostica que no Japão, como em tantas partes, fôra instituido, diz francamente que se expressam em "consequencias deploraveis", entre as quaes assignala "uma verdadeira decadencia de moral publica, a floração do communismo e ainda, nestes ultimos tempos, um espirito de anarchia".

Seria ingenuidade suppor que taes consequencias só se hajam verificado no grande Imperio asiatico, quando a historia contemporanea de tantos povos occidentaes accusa a existencia dos mesmos males como effeito de causas identicas. A França que é um laboratorio onde todas as idéas soffrem os processos da sublimação, offerece os mais desoladores attestados contra o ensino laico. E por hoje basta-nos alludir á lamentavel situação do seu magisterio, que segundo dizia, não faz muito tempo — o veneravel "Le Temps", tem perdido o gosto pelo ensino, absorvido, em grande parte pelos interesses e pelas solicitações da mais impenitente, estreita e apaixonada politica partidaria: a socialista e communista.

Dahi a decadencia, já agora indisfarçavel, do seu ensino official, attesta em factos como o recente dos recrutas de Beauvais, entre os quaes foi comprovada uma tão vergonhosa percentagem de analphabetos!

Isto posto, não ha como fugir ao dilemma traçado pelo estadista nipponico: ou insistir na politica escolar laica, com o consequente de ruina da sociedade, ou tomar rumo opposto para formar gerações mais animosas, mais sadias, mais fortes de corpo e de espirito, mais conscientes do seu valor humano e dos seus destinos espirituaes.

SEÇÃO UNIVERSITÁRIA

CARTA A UM SEPARATISTA

LUIZ AMOROSO ANASTACIO

“Meu caro amigo,

... tenho certeza que você, encarando o problema debaixo dum angulo mais totalista, mudará as suas convicções que eu tanto deploro, e assim compreenderá como é possível remover as dificuldades do tamanho territorial (que é para você um espantinho intratável, como os gigantes para as crianças), sem prejuizos para a integridade física e unidade política da Pátria que ambos amamos, de modos tão diversos porém... Não faz muito que um scientista alemão, Von Ihering, creio, — de que nos deu noticia o Sr. Tristão de Athayde num dos volumes de “estudos” — chegou a conclusões interessantissimas sobre a geologia brasileira, testemunhando uma *unidade geologica* sobre a qual vimos ao longo da nossa tortuosa historia construindo um imperfeito mas laborioso edificio de unidade nacional que vai da base religiosa á superestructura intellectual do pais. E o que nos falta completar obra assim vultuosa, consolidando-a pelo seu indispensavel corôamento, é justamente estabelecer uma unidade economica, cuja fragilidade nos ameaça com as perspectivas sombrias do entredramento tragico dos brasileiros, a cuja ausencia valerá pela confissão de incapacidade duma patria inteira. Com effeito, caro amigo separatista, sobre aquella unidade tangivel que devemos agradecer a alguma prodigalidade ainda edênica de Deus, — foi possível elevar-se uma obra ciclica de vaidade, desde a espirital e moral, pela Religião e pelas tradições morais da nacionalidade, á intellectual, pelas literaturas e pelas artes, e á politica que a centralização coordenadora do Império consolidou, e que vocês querem submeter a uma experencia de inspiração infeliz. Poderá chegar uma geração de estadistas, ou mais de uma, ao estabelecimento dessa unidade economica, cuja base firme não é decerto a identidade arbitraria, que algumas ideologias insinuam, mas a lição clara e simples da realidade, que nunca forçariam sem crime. Todos, aliás, percebemos que se elabora a custo no momento essa unidade, sentimos que sua fragilidade é o segredo do desequilibrio nacional, que o esforço doloroso duma nação soffredora nunca é perdido, e nós podemos embora assim dilacerante repetir aquilo que dizia Henri Massis no seu livro dramatico: “*c’est d’unité authentique que nous sommes avides*”!

Você bem sabe que tivemos ha pouco uma illustração sangrenta do sentido de nossas necessidades, e esta advertencia continúa deante de nossa perplexidade, pois o drama se prolonga ainda!

Custa a crêr que se renuncie com tanta ligeireza — ainda que sob a justificação de sentimentos patrióticos invocados por intelligencias *desorientadas* — ao patrimonio da nação accumulado pelas gerações brasileiras de Sul a Norte, desde as gerações nortistas que encarnam a brasilidade, ás gerações centristas que a conservam intacta, ás gerações bandeirantes que ainda ampliam a patria num sentido de altura, ás gerações sulinas que sabem escrever historia como vigiam a fronteira.

A existencia dum problema não póde corresponder a attitudes summárias que, se liquidam, nada resolvem. Assim o problema da unidade, que se acha em equação critica, precisa ser encarado com a gravidade, de sua importancia, e a intelligencia, de sua delicadeza.

Por não encontrarmos bem a roupa que nos sirva, vamos retalhar-nos? .. O sacrificio só é grande quando traz um accrescimo de vida. Por isto é que o suicidio é sempre uma fraqueza. Não nos custará talvez muito descobrir o sentido verdadeiro do Brasil, colhendo-o na entalhadura opulenta da historia, e quem sabe não estará elle d'issimulado nas dobras mesmas dessa extensão territorial, cuja mutilação não fará a honra de ninguem, mas cuja conservação será a gloria dum povo.

Eu sei que você, amigo separatista, que se diz e se julga patriota, analysando melhor a perspectiva duma frangmentação aniquilante, compreenderá que o desequilibrio, oriundo de desigualdades conciliaveis, poderá e é digno de ser curado com processos mais nobres que uma amputação, que a historia brasileira repelle, que o sentimento nacional rejeita, que a grandeza da Patria não perdoará nunca á geração matricida que a consumir!

.....

Não atino bem com a justificação clara dum movimento de dissolução que só se explica em épocas, como esta, de grandes problemas e muito dispersionismo. A hipertrophia actual do senso politico dos brasileiros tem o perigo de não encontrar ambiente proprio em nossa indisciplina generalizada, de modo que uma aspiração desejavel póde tornar-se extremamente apaixonada e levar aos excessos que são tanto mais temiveis quanto mais cégos e inconscientes. Lembro-me agora dumas palavras judiciosas do notavel P. Munnynck, quando ponderava ao agitationismo pacifista: "quando se trata de applicar uma regra ideal á realidade concreta duma sociedade humana, desconfiemos de toda paixão"! Não estará ahi talvez uma palavra esclarecedora e ao mesmo tempo opportuna?

Penso que uma das preocupações mais vivas de nossa geração deve ser o estudo deste problema, cuja importancia já é demais proclamada por ser demais sentida.

Ou, porventura, teremos de cruzar os braços deante duma indiferença odiosa, deante do raciocinio simplista, deante da

covardia que teme attitudes e para a qual, sem duvida, escreveu Gide, em "pagina" recente do seu "jornal" estas palavras que nunca citaria senão acreditando que todos, em nosso procedimento publico, as repelliremos: "Ceux qui cherchent toujours leurs aises, á s'installer toujours "le mieux possible": grand signe de médiocrité".

.....

Creia, para terminar, amigo separatista, que tambem em conducta de coração sabe ser integralista o *todo* seu

Acção Universitaria Catholica de S. Paulo

Realizou-se no dia 15 de Março a primeira reunião da A. U. C. no corrente anno, com a presença do Assistente Ecclesiastico, Rvmo. Padre Leopoldo Ayres. Foi empossada a nova Directoria, com caracter interino, até a elaboração dos novos estatutos, que virão reformar a organização da A. U. C., tornando-a mais capaz de uma intensa vida interna e externa.

E' a seguinte a nova Directoria :

Presidente — João Pedro Galvão de Souza (Direito).

Vice-Presidente — Hugo Ribeiro de Almeida (Medicina).

Secretario — Paulo de Castro Cotti (Direito).

Thesoureiro — Henrique Chabassus (Polytechnica).

Foram nomeadas as seguintes commissões :

Propaganda — Francisco da Silva Prado, Raul Leme Monteiro, Paulo de Tarso Rodrigues, José Papaterra Limongi, Luis Filinto da Silva, Hugo Ribeiro de Almeida e José Bottiglieri.

Estudos — Edmur de Castro Cotti e Benedicto Vaz.

Imprensa — Milton de Souza Meirelles, A. Gomes Xavier Netto, Odilon Foot Guimarães e Luiz Mariutti.

E para representantes do 1º anno de Direito no Conselho Consultivo, Roberto Barreto Prado, Flavio Pinto e Silva, Mauro Brandão e Edmundo Velletri; de Medicina, Luiz Cesar Lessa, e do "Premedico", Waldyr Prado.

Todas as segundas e quartas quarta-feiras de cada mez serão effectuadas reuniões com conferencias, debates e aulas de apologetica. A Commissão de Propaganda promoverá excursões e organizará "caravanas".

ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS (*)

J. LOURENÇO DE OLIVEIRA

Eu devia remetter-vos, para o admiravel livro do Padre Leonel Franca — *Ensino religioso e ensino leigo*. Ou, ainda, para Tristão de Athayde, nos *Debates pedagogicos*. Muito bem versam ambos o assumpto, na fecundidade de provas e exuberancia de adducções convincentes de que estão cheios esses dois trabalhos e de que são tão capazes e recorridas aquellas duas grandes intelligencias. Eu não vos poderia dizer novidade, mas como a verdade é coisa sempre nova, não faz mal, repetida. A hora, além disso, é de fermentação e apropiadissima para o levêdo. Deus permitta que seja tambem de bom amadurecimento para o fruto que amanhã será dado em alimento á vida politica e social do paiz: a Constituição. Este é o momento azado para se attender ao conselho dos livros sagrados: "*Clama et iterum clama, ne cesses*"; "Clama e torna a clamar, não cesses de clamar".

Das verdades que precisam afundar-se, essencialmente, na convicção de todos, não vejo outra mais importante e decisiva para o nosso futuro nacional do que esta: o ensino religioso nas escolas.

Deus é o unico lastro capaz de garantir contra naufragios uma consciencia. E' a unica força capaz de basear seguramente a efficiencia do homem e do cidadão. E' o unico fundamento capaz de supportar o edificio de uma nacionalidade. Sem religião, o homem não conseguirá formar-se dentro da largueza, da possibilidade que uma nação d'elle exige. E como na escola é que se prepara e educa o homem, só a formação religiosa o salvará de uma educação côxa, frustra, atrophizada. Instruir não é educar. Livre Deus a um povo de ser unicamente instruido, sem educação. Artes a ignorancia que, pelo menos, delimita um pouco o homem, no instinctivismo primario da lei natural. Instruir, sem educar é munir a intelligencia para os conhecimentos desregrados, com incitamento de paixões, de ambições e com abolição da regencia de conducta que só a formação moral impõe e contrapõe ás ousadias de um espirito lançado para todos os caminhos que os livros apontam. Já se foi o tempo em que se podia acreditar incondicionalmente no hugoanismo de Victor Hugo, affirmando que abrir uma escola era fechar uma prisão. Quantas vezes abrir uma escola é intelligentemente armar e excitar um candidato á cadeia. Por tudo isso se condemna a escola leiga, que, ou só instrue, deixando a formação moral para a familia, ou educa o menino dentro de uma moral condescendente, indefinida, regida de caprichos subjectivos, desuniforme, inconstante, mutavel no tempo, deslocavel no espaço, incapaz, absolutamente, de plasmar um caracter para o bem e para a grandeza da patria.

O peor de tudo, porém, é que a escola leiga não existe.

(*) Palestra da série promovida pela A. U. C. de Bello Horizonte e realizada na Radio Educadora Mineira.

Mostrar-vos-ei: 1) que o laicismo é um mytho; 2) que não ha educar sem religião; 3) que a Constituição de 91 não prohibia o ensino religioso nas escolas; 4) que a nova magna carta brasileira deve garantir, explicitamente, o direito livre desse ensino.

1. — O laicismo, absolutamente, não possui o sentido neutral que lhe quereria attribuir o agnosticismo de nossa primeira republica, modelada servilmente pelo da republica franceza.

Nada mais claro do que as palavras de um laicista francez, Viviani, depois Ministro da Instrucção, naquella paiz:

"Falam-nos de neutralidade escolar; mas já é tempo de dizer que a neutralidade escolar nunca passou de uma *mentira diplomatica*, uma tartufice de momento; invocamol-a para atormentar os escrupulosos e timoratos, mas agora já não se trata mais disto; joguemos francamente com cartas á mesa. Nunca tivemos outro proposito sinão o de crear uma universidade anti-religiosa de modo activo, militante, bellicoso." (Ap. L. Franca — *Ensino* etc.)

O regimen leigo francez foi o que nossa republica imitou. E ahí está como é elle sincero, puro, neutro.

"A escola leiga não é, nem póde ser, na realidade, uma escola neutra, — diz o Padre Leonel Franca. — Antes os conflictos de idéas e crenças, ella não representa um tribunal de arbitragem desinteressado, em cuja sentença imparcial depositam confiança as partes litigantes, que directamente não chegam a entender-se; não constitue um territorio inviolavel que não beneficia a nenhum dos belligerantes. Nada disto. Na luta, ella colloca-se ao lado de todos os cathecismos, de todos os indifferentismos, de todos os sectarismos, aggressivos contra os direitos de quantos — e são, em toda a parte, maioria esmagadora, — conservam fidelidade a uma religião positiva." (*Ensino religioso*, etc.)

Olhae esta criança que vae para a escola. Seus paes, christãos, vão transmittir-lhe a fé que têm. No estabelecimento de ensino começa a ingerir noções de lingua, mathematica, historia. Canta hymnos e vae aprendendo o que é patria. Mas não ouve falar em Deus e nem confirmar, pelos mestres, o que em casa aprende e pratica. Os annos passam naquella atmospheria. A criança notará que a escola não se preocupa com Deus nem com a religião. Se a escola é a casa do saber e os mestres devem saber mais do que os paes, alguma razão haverá para não haver religião ali dentro. Dahí a primeira duvida. Ora, que laicismo é este, que neutralidade é esta que abala a confiança, que póde fazer achar que a familia está errada? Mais tarde, no gymnasio do Estado, a tarefa é proseguida. Para a escola superior vae então um rapaz abalado, de cuja alma alguns mestres se encarregarão de facilmente arrancar, por meio de affirmações materialistas, alguma raiz persistente de sobrenatural. E elle, atido unicamente a preceitos não claros nem imperativos, que a largueza subjectiva abre mais ainda, solicitado das paixões, desgarrado da experiencia, será um jovem rodeado de possibilidades más, em grave perigo de naufragios.

Unicamente uma acção forte da familia poderá preservar a fé contra a dissolvencia da escola leiga. E quando os paes, por indifferença ou desleixo ou ignorancia, nenhuma reacção provocam na intelligencia que a escola começou a alphabetizar, então o effeito é mais fatal ainda.

Eu vos pergunto: Que leiga é esta escola que exige tanto resguardo dos paes? Que leiga é esta escola que atrophia o sentido religioso e leva ao septicismo, ao materialismo?

2. — Segundo: sem religião não ha educar.

O fervor scientista do seculo 18 pretendeu que podia crear uma moral scientifica. Chegou-se á illusão de que a intelligencia humana é illimitada e o progresso, infinito. Houve uma presumpção de que a moral humana encontraria na luz da intelligencia um fanal que lhe raspasse largamente as trilhas da conducta. E a apressada sensação

de que ella podia deixar as "muletas theologicas" — como affirmou um jacobino francez — e andar livremente, impulsada pela simples convicções racionaes.

Os scientificistas — ainda de nossos dias — entregaram-se arduamente á obra dessa affirmação, no esforço orgulhoso de acabar com Deus. Vêde, por exemplo, o trabalho methodico, paciente, intenso, que o communismo está tentando na Russia, que elle pretende deschristianizar, desespiritualizar, materializar.

Entretanto, a verdadeira sciencia, numa sincera confissão de bocas insuspeitas, affirma categoricamente que não existe, que é impossivel uma moral scientifica.

Ouvi alguma coisa das que cita o Padre Franca.

Diz Claparède, nome respeitabilissimo na pedagogia moderna :

"Pretende-se, não raro, que a sciencia é capaz de nos fornecer um ideal. E' um erro que precisa ser muito persuadido. A sciencia explica o curso dos phenomenos, porém não prescreve jámais que os phenomenos hajam de seguir este curso de preferencia áquelle. A chimica informa-nos da potencia explosiva da dynamite, mas não nos diz que uso fazer dessas faculdades explosivas; não nos diz se havemos de a empregar para estourar uma mina ou, então, um potentado."

H. Poincaré, o grande Poincaré, conclúe taxativamente, de varias considerações sobre o assumpto :

"Não ha, não haverá nunca uma moral scientifica, no sentido proprio da palavra."

Ou, ainda, Max Scheler, o conceituadissimo pensador allemão :

"Actualmente, encontramos ainda certos espiritos fortes, nos Estados sul-americanos, e alguns rumenos, bulgaros, servios, japonezes, a crerem que os progressos da sciencia moderna lhes hão de trazer a resposta ao problema de que se occupa a religião. Estes espiritos fortes crêem ainda no que entre nós crê a massa. Dia virá em que só os negros da Africa prestarão fé a semelhantes incongruencias." (Ap. L. Franca — *Ensino*, etc.)

Que a falta de Deus, que a formação de uma sociedade não religiosa é um mal grande, um descalabro para as collectividades humanas, prova-o a miseria e desordem e a maldade desgovernada destes nossos dias atormentados. Soffremos as consequencias que nos trouxeram e trazem os erros materializadores dos ultimos seculos. Perdemos-nos e dissolvemos-nos nas infelicidades multiplicadas de nossa civilização pós-christã, como bem lhe chamou Tristão de Athayde.

Se a propria religião nem sempre, ou a custo, detém o homem na propensão á força para as maldades, que freios e pelas o irão conter, se elle é educado no agnosticismo, no atheismo, na inimização espiritual ou odio de Deus ?

As estatisticas, na França, mostram como subiu espantosamente o indice da criminalidade nos jovens e nos meninos depois da implantação da escola leiga no paiz. E juizes sinceros (não catholicos) têm reclamado e feito sentir que só a formação religiosa poderá salvar, freiar os jovens, na força pujante com que são arrastados pela rampa.

E' bem de ver a escola neutra, leiga, indifferente, agnostica, superior ao problema religioso, é um mal, é uma defficiencia; de forma, não fórma; atrophia, não desenvolve; materializa, não eleva; annulla o melhor do homem, este "quid" divino que o inspira para os mais altos commettimentos e os gestos mais sublimes; fecha-lhe os horizontes, numa pobreza lamentavel de aspirações; e alimenta, surdamente, numa cultura morna, de linhas estreitas, o animal de paixões, de fraquezas, de reivindicações frias, que dorme dentro do sêr humano e que o sentimento religioso tanto se esforça por domar.

Essa escola não fórma homens. E "as fórmulas politicas são vãs sem o homem que as anime, dizia o nosso Ruy Barbosa. E' o vigor

individual que faz as nações robustas. Mas o individuo não pôde ter essa fibra, esse equilibrio, essa energia, que compõe os fortes, senão pela consciencia do seu destino moral, associada ao respeito desse destino nos seus semelhantes. Ora, eu não conheço nada capaz de produzir na criatura humana em geral esse estado interior senão o influxo religioso. Os descrentes, em geral, são fracos e pessimistas, resignados ou rebeldes, agitados ou agitadores". (Ap. L. Franca — *Ensino*, etc.)

Toda essa população de dissolvencia e apodrecimento, de desagregação de caracter, temol-a visto nós, infelizmente, na onda de desvarios, de erros, de insinceridade, de irreflexão que trouxe para o Brasil a Republica, com seu agnosticismo envenenado e sua escola leiga, creando uma atmospheria emmiasmada de toxicos e dissolventes, na qual vão crescendo e vivendo os nossos homens e o nosso homem publico. Os que se formaram e que se nutriram no ambiente mais sadio e mais hygido, mais robusto e mais equilibrado, do Segundo Imperio, já todos se foram. Desappareceram nos primeiros vinte annos deste seculo. O segundo Rio Branco, o segundo Nabuco, um Rodrigues Alves, um Campos Salles, um Oswaldo Cruz, um Ruy Barbosa. Agora só temos filhos do seculo, filhos da Republica inutil que a ingenuidade moça e inexperiente de alguns idealistas nos deixou. Os filhos do estado leigo, do estado neutro, com sua escola neutra, sua escola leiga, são os homens publicos que, mal integrados na função politica, logo se integram tambem no respeito-tabú a uma incomprehendida e desastrada dissociação e incompatibilidade entre o Estado e a vida religiosa dentro do Estado, achando que separar é abolir, neutralizar é prohibir. Deante do art. 72, § 6º, da Constituição Brasileira — "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos publicos" — armaram-se de uma impenetrabilidade, de uma rigidez inamolgavel, com a boca cheia de todos os respeitos sagrados a uma Constituição, que em tudo mais espesinhavam, pisavam, cuspiam, destrataavam, annullavam, cynicamente, como a principios não existentes.

3. — Que a Constituição de 91 não prohibia o ensino religioso nas escolas, mostraram-n'o nossos melhores constitucionalistas.

Mas foi inutil gritarem das melhores vozes, em nossas letras juridicas, que laicizar o ensino publico não era prohibir o ensino religioso na escola; que o art. 72 não era incompativel com o ensino confessional particular. Em vão se explicou Ruy Barbosa, mais lidimo interprete da Constituição Brasileira, porque seu mais eficiente e maior elaborador. De nada valeram opiniões como as de Pedro Lessa, Araujo Castro e outros.

4. — A obra de 91, porém, foi rejeitada. Não porque fosse insufficiente ou inferior á nossa cultura politica e, sim, porque nós é que fomos insufficientes e inferiores a ella. Está rejeitada porque era uma pedra de escandalo para os desmandos nacionaes, um alvo de escarneo para o despudor do regimen, sumindo-se a nação nos aviltados rebaixamentos a que chegamos.

Agora se trata de um novo e supremo regimento politico para o povo brasileiro.

Carregados de todas as torturas e inquietações e insufficiencias e descontentamentos e descrenças, de que nos enche amargamente esta hora de incertezas e desenthusiasmos, que vivemos — vamos, assim mesmo, caminhando para a regiminização do meio. Uma coisa esperam os catholicos: a garantia explicita do ensino religioso, expressa em nosso pacto fundamental como coisa racional, franca, livre, digna de uma verdadeira democracia.

Se paizes como a Allemanha, Hollanda, Belgica, Inglaterra, Estados Unidos dão um exemplo imitavel de liberalidade, imitemos tal bom exemplo, deixando, de vez, o nosso jacobinismo.

Que querem os catholicos? Simplesmente isto: que o cathecismo, a instrucção religiosa, educação religiosa seja facultada, na escola,

aos educandos que a queiram e cujos paes tambem o queiram. Haverá mais simples e justo intento? Haverá direito mais direito?

E' livre a terra, tem garantias nitidas o cidadão, que paga os dinheiros que são dispendidos com as escolas. Por que não póde elle, ao fim, obter que seu filho tenha garantida alguma hora de instrução religiosa facultativa, segundo as crenças de cada um?

Esperamos em Deus que a experiencia crúa e dura da primeira Republica tenha chegado para varar a insensibilidade lastimavel e amorpha de nosso agnosticismo official. E que o Estado se defina no sentido de nossas prementes necessidades nacionaes. Se vivemos a clamar e reclamar que o paiz não tem homens; se achamos que Diogenes aqui perderia tempo com sua lanterna, criemos este homem, alimentando-lhe a alma na doutrina definitiva do christianismo. Para a grandeza do Brasil, que tanto desejamos ver grande, que tanto desejamos cada vez maior.

BIBLIOGRAPHIA

“Bahu’ de Turco” — Sá Poty — Recife — 1932.

Na verdade, o livro é um carregamento bem variado de historias, anedotas, ineditas umas, conhecidas outras, da poesia popular, do “bom-senso” popular.

Nos versos, em sua variedade de assumptos e ritmos, ha um constante bom humor sadio que nos leva a rir com franqueza e por motivos agradaveis e provocantes.

O livro tem alguma coisa da genial criação de Cervantes. E nos parece do mesmo genero. Não é, entretanto, a poesia popular que vive em suas paginas. Nem essa que nos vem do sertão, primitiva, brasileira, nem essa outra que se faz na cidade, langorosa, em “estufas”.

São versos em que se encontram, em expressões felizes, as criações do genio satirico do nosso povo (... e tambem de outros povos).

Faltam no livro as quixotadas... e as temos tambem.

O bom-senso humoristico e classico de Sancho Pansa traslada-se bem na brejeirice do Jeca que o autor expressa em formas felizes e originaes. — J. J. S.

“Officio da Semana Santa” — Em latim e portuguez — D. Beda Keckeisen — Bahia.

Um livro de grande oportunidade quando a christandade se está preparando para commemorar o 19º Centenario da Morte de N. S. Jesus Christo.

Os actos da Semana Santa, tão profundamente bellos e tão cheios de santo recolhimento perdem mui-

to da sua magnitude excelsa para aquelles que a elles assistem sem comprehendel-os e sem acompanhá-los.

Para que isso não mais aconteça, o revmo. d. Beda Keckeisen, monge beneditino da Congregação da Bahia, acaba de realizar um trabalho digno de todos os applausos. Num simples e portatil livrinho, que está, encadernado em cartolina, percalina ou couro, á vontade dos fieis, reuniu d. Beda todos os actos da Semana Santa, desde o domingo de Ramos até domingo da Ressurreição. Antes de cada officio, encontram-se explicações minuciosas das passagens e das ceremonias que se vão seguir, mais facilitando, assim, o acompanhamento dos mesmos por parte da assistencia.

Ainda não satisfeito, o autor incluiu no precioso manual o ordinario de Missa, em portuguez e latim, tornando-o, assim, utilizavel todas os dias do anno.

O preço de um exemplar encadernado em cartolina é de 5\$000, em percalina, 8\$000 e em couro, 10\$. Para as vendas maiores de 20 exemplares ha abatimento de 10 % , maiores de 50, 20 % e maiores de 100, 25 por cento.

NELSON DE SOUSA CARNEIRO
XXII de Agosto — O movimento
constitucional na Bahia — Compa-
nhia Editora Nacional — 1933 —
São Paulo.

O sr. Nelson de Sousa Carneiro, tendo tomado parte no movimento levado a effeito pelos academicos bahianos em 23 de agosto de 1932, contra o interventor daquelle Estado e em apoio da revolução paulista, acaba de narrar pormenorizadamente o que foi aquelle frustrado levante. Os moços bahianos vinham preparando um levante armado contra o governo da Bahia. Contavam mesmo com sérias e valiosas adhesões. Mas, ao lançarem o grito de combate não teve o mesmo nenhum éco, ficando a juventude rebellada inteiramente á mercê das forças do interventor, que os obrigou á rendição, prendendo-os, depois algum tempo, o que motivou protestos de senhoras da sociedade bahiana, mães ou parentes dos moços detidos.

E' pois, o livro do sr. Nelson Carneiro mais um depoimento para a historia do movimento constitu-

cionalista que São Paulo encabeçou em 9 de julho ultimo, trazendo, mais, algumas informações em torno daquelles acontecimentos.

Cornelio Pires, "Chorando e rindo"
— Companhia Editora Nacional —
1933 — São Paulo.

O autor de "Joaquim Bentinho", "Tarrafadas", "Patacoadas", e um grande numero de livros humoristicos e de anedotas regionalistas, quiz tambem concorrer para a fixação da historia do movimento constitucionalista de São Paulo, dando á publicidade uma collecção de episodios e anedotas da guerra civil que aquelle Estado sustentou em 1932. "Chorando e rindo", como diz o proprio titulo, é a exposição de factos ora tristes, ora chistosos da vida das trincheiras nos dias da luta cruenta. Fixa, ainda, quadros magistraes de heroismo da mulher brasileira, como o daquella mãe que, contemplando o cadaver do filho morto num combate, respondeu aos que lhe aconselhavam não chorasse: "Eu não estou chorando! Estava olhando para o cadaver do meu filho e pensando por que Deus não me deu mais vinte filhos como este para eu mandar para a frente, em defeza de São Paulo".

Lê-se o livro de Cornelio Pires com o maior interesse, tanto pelo chiste de umas anedotas como pelo attrahente de todos os seus episodios.

Frei Henrique Trindade, o. f. m.
— Os contos de frei Jacopone —
Typ. das Vozes de Petropolis —
1933.

Uma collectanea de contos simples e bem narrados. Frei Henrique explica, no prefacio, que frei Jacopone existe, e que os contos são delle mesmo, cabendo, apenas, ao autor do livro, a fixação em letra de fôrma. De uma forma ou de outra, porém, os contos merecem ser lidos. São admiraveis pela concisão e pelo sabor ingenuo que possuem, e as "Vozes de Petropolis" deram-lhe um feitio elegante e sobrio, com muitas illustrações no texto.

L. S.